

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **198** Jan.-jun.
2020

ISSN 1413-1536

Gustavo Casseb Pessoti

Uma nova
década perdida

Uma análise sobre o crescimento da
cidade de Salvador (BA) e os reflexos
na segregação socioespacial

Indústria de bebidas na Bahia:
desempenho e perspectivas

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

ALTERNATIVAS PARA A POLÍTICA
ECONÔMICA NA PANDEMIA



C&P 198 **jan./jun. 2020**
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA DOS SANTOS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JORGETE OLIVEIRA GOMES DA COSTA

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Arthur Souza Cruz

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA ADJUNTA
Aline Pereira Rocha, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Guillermo Javier
Pedreira Etkin, Lucigleide Nery Nascimento, Pedro Marques de Santana

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

CONSELHO EDITORIAL
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio
Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gervásio Ferreira dos
Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro
Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena
Araújo, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto, Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira do Nascimento, Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo,
Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis, Rafael Carvalho da Cruz Góes
(Estagiário)

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Ludmila Nagamatsu Dias

REVISÃO DE LINGUAGEM
Bernardo de Menezes

DESIGN GRÁFICO E WEB
Julio Vilela, Nando Cordeiro, Vinícius Luz

EDITORIAÇÃO
Autor Visual – Perivaldo Barreto Pereira

ILUSTRAÇÃO
Vinícius Luz

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa, Patrícia Fernanda Assis da Silva

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita. Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador:
SEI, 2020.
n. 198
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 198.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)

 **SEI**  25 ANOS DE SEI
65 ANOS DE HISTÓRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

 **GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**7 ECONOMIA EM DESTAQUE**

ECONOMIA BAIANA CRESCE EM 2019, MAS EXPECTATIVAS PARA 2020 SÃO IMPACTADAS PELA PANDEMIA DE COVID-19

Carla do Nascimento

Elissandra Britto

Pedro M. de Santana

29 ENTREVISTA

PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON)

Antonio Corrêa de Lacerda

ARTIGOS**37 INDÚSTRIA DE BEBIDAS NA BAHIA: DESEMPENHO E PERSPECTIVAS**

Carla Janira Souza do Nascimento

61 UMA ANÁLISE SOBRE O CRESCIMENTO DA CIDADE DE SALVADOR (BA) E OS REFLEXOS NA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Leonardo Silvério G. de Santana

Márcia M. Couto Mello

Marília Moreira Cavalcante

Ana Licks Almeida Silva

75 HABITAÇÃO SOCIAL EM SALVADOR: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2009 A 2019

André Luís Santos de Sousa

Ludmila Gavazza de Andrade

Márcia Maria Couto Mello

Ana Licks Almeida Silva

91 INADEQUAÇÃO DAS ATUAIS METODOLOGIAS DE MAPEAMENTO DE SISTEMAS LOCAIS DE PRODUÇÃO DAS ATUAIS METODOLOGIAS DE MAPEAMENTO DE SISTEMAS LOCAIS DE PRODUÇÃO

Diego Lemos Ferreira

Jair Guimarães Goes da Conceição

Renelson Ribeiro Sampaio

107 CIDADE FORMAL X CIDADE INFORMAL: UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO URBANA NO BAIRRO DO LOBATO

Ana L. Almeida

Márcia Mello

Suzana Gomes Cruz

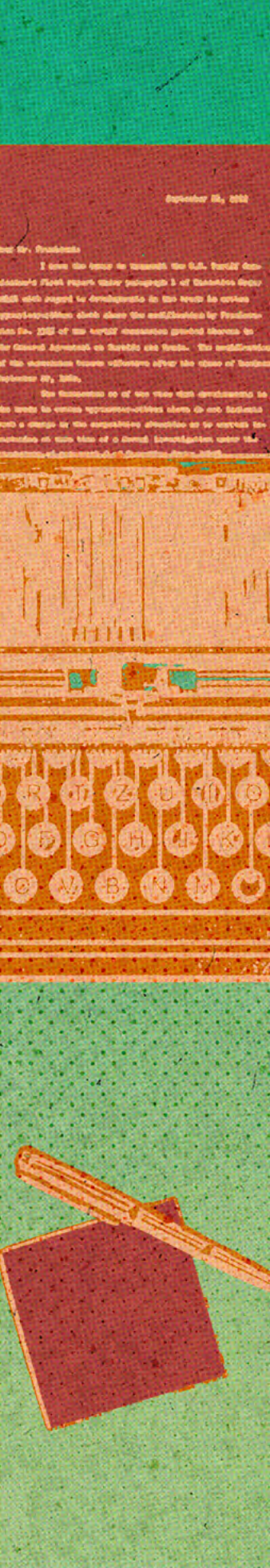
Tálio Martins Caldas Prado

120 PONTO DE VISTA

UMA NOVA DÉCADA PERDIDA

Gustavo Casseb Pessoti

126 LIVROS**128 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****137 INDICADORES CONJUNTURAIS****137 INDICADORES ECONÔMICOS****144 INDICADORES SOCIAIS****153 FINANÇAS PÚBLICAS**



CARTA DO EDITOR

A edição 198 da revista *Conjuntura & Planejamento* faz uma análise da trajetória da economia brasileira e baiana em 2019. Nesse período, o país vivenciou um processo de lenta retomada do crescimento, colocando no centro das discussões as expectativas para condução da política macroeconômica em 2020.

As incertezas políticas permaneceram em 2019, entretanto a atividade econômica começou a apresentar sinais de reversão do ciclo. No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou crescimento de 1,1% em 2019 em relação ao ano anterior, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2019) divulgadas pelo IBGE. Na avaliação da equipe de análise conjuntural, num cenário de baixo crescimento dos indicadores nacionais, taxas reduzidas de inflação e de juros e ambiente econômico global em desaceleração, a economia baiana praticamente repetiu o mesmo desempenho do ano anterior, levando-se em consideração as peculiaridades de cada setor de atividade econômica.

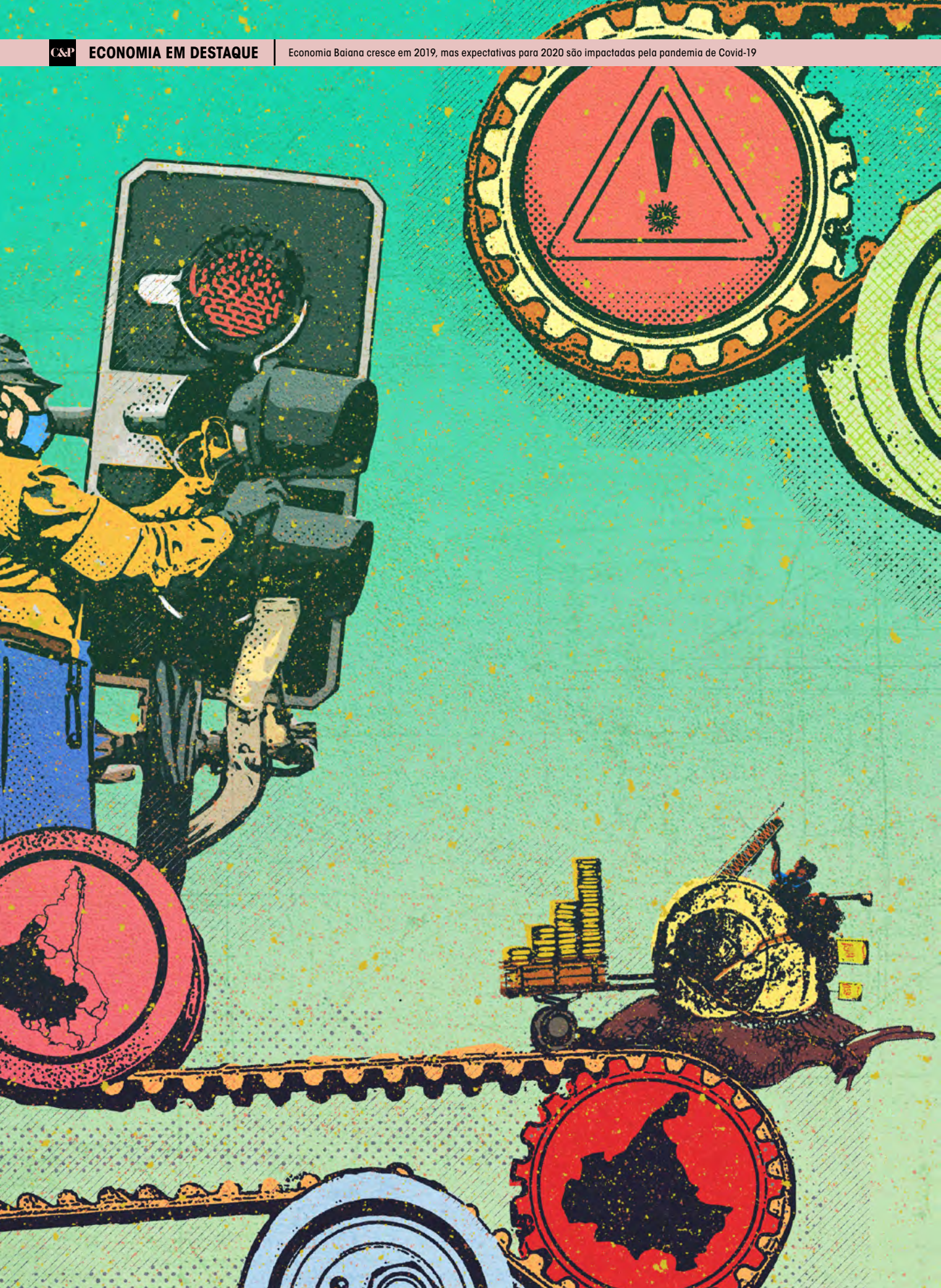
Entre os colaboradores, esta edição apresenta na seção Ponto de Vista uma reflexão do diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI/Seplan-BA e vice-presidente do Conselho Regional de Economia – Corecon-BA, Gustavo Casseb Pessoti, sobre estarmos diante de uma nova década perdida. Na sua avaliação valem para esse período praticamente os mesmos pilares de outrora. Crise fiscal e financeira do Estado, manifestada pela baixa arrecadação e incapacidade de reverter o déficit público, dificuldades externas advindas das instabilidades na geopolítica internacional, que provocaram oscilações nas relações comerciais brasileiras e inexpressiva taxa de formação bruta de capital fixo em proporção do PIB, além da elevada taxa de desemprego, talvez a maior mudança na comparação entre os dois períodos.

A seção Entrevista traz uma contribuição do presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda. Nessa conversa, Lacerda faz uma reflexão sobre a necessidade da realização de uma discussão mais séria sobre as alternativas para a economia brasileira. Na sua avaliação o debate macroeconômico brasileiro é influenciado por sofismas que dificilmente se sustentam à luz das melhores teorias e bem-sucedidas políticas econômicas adotadas internacionalmente. Um exemplo é a visão equivocada de “economia doméstica” no que se refere ao orçamento público. A

falsa ideia de que “o Estado tem que fazer como as famílias, que reduzem seu gasto na crise”, foi um dos argumentos para a aprovação, no final de 2016, da Emenda Constitucional 95.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Leonardo Silvério G. de Santana e colaboradores, intitulado Uma análise sobre o crescimento da cidade de Salvador (BA) e os reflexos na segregação socioespacial. Nesse trabalho, propõe-se discutir acerca do crescimento e das transformações urbanas, destacando os aspectos do planejamento e da segregação socioespacial. Outro trabalho é o de Carla Janira Souza do Nascimento, com o tema Indústria de bebidas na Bahia: desempenho e perspectivas. O seu objetivo é apresentar um panorama recente do setor de bebidas na Bahia.

Assim, a edição 198 da C&P, além de oferecer discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, aborda alternativas que viabilizem o crescimento econômico em longo prazo. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto nem de emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazos.



ECONOMIA BAIANA CRESCER EM 2019, MAS EXPECTATIVAS PARA 2020 SÃO IMPACTADAS PELA PANDEMIA DE COVID-19

Carla do Nascimento
Mestre em Economia, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada
em Ciências Econômicas,
pela Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI).
carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestre em Economia e
graduada em Ciências
Econômicas, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia e
graduado em Ciências
Econômicas, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

A ECONOMIA mundial desacelerou em 2019 e cresceu ao ritmo mais fraco registrado desde a crise financeira mundial de uma década atrás. Diversos fatores contribuíram para esse processo. Em especial, destaca-se a guerra comercial entre Estados Unidos e China, que se refletiu sobre as negociações multilaterais, gerando incertezas no mercado mundial. Outras pressões vieram das dificuldades de grandes economias de mercado, como Brasil, México, Índia e Rússia, dos agravamentos das tensões macroeconômicas da Argentina e das instabilidades sociais no Oriente Médio e na América do Sul.



Com relação aos componentes da demanda interna, destacam-se, no período, os avanços no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixo, com taxas de 1,8% e 2,2%, respectivamente

De acordo com o International Monetary Fund (IMF) (2020), a economia mundial cresceu 2,9%, abaixo da taxa de 2018, de 3,6%. Os países desenvolvidos recuaram de 2,2%, em 2018, para 1,7%, em 2019. Neste grupo, a maior desaceleração ocorreu na área do euro, que registrou aumento de 1,8% em 2018 e de 1,2% em 2019. Enquanto os países em desenvolvimento saíram de um crescimento de 4,5% em 2018, para 3,7% em 2019. Aqui a maior desaceleração ocorreu na China, que passou de 6,5% para 6,1% entre 2018 e 2019.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou crescimento de 1,1% em 2019 em relação ao ano anterior, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2019) divulgadas pelo IBGE. Todos os setores contribuíram para esse resultado, destacando-se o setor de Serviços, que registrou crescimento de 1,3%, e a Agropecuária, que apresentou taxa de 1,3%. O setor da Indústria cresceu 0,5% no período. Com relação aos componentes da demanda interna, destacam-se, no período, os avanços no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixo, com taxas de 1,8% e 2,2%, respectivamente.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2019), a despesa de consumo da administração pública recuou 0,4% no período, enquanto as exportações apresentaram queda de 2,5%, destacando-se os recuos em veículos, extração de minerais metálicos em máquinas e equipamentos. As importações reagiram no período em análise, registrando alta de 1,1%, com aumento relevante nas compras de aparelhos elétricos, produtos químicos e metalurgia.

A indústria brasileira (extrativa e de transformação) acumulou queda de 1,1% em 2019, revelando fraqueza generalizada da atividade produtiva (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2019). Essa perda de dinamismo do setor industrial pode ser explicada por fatores como a quedada confiança das famílias e dos empresários, a crise da Argentina e o elevado desemprego. A indústria foi também afetada negativamente pelo desastre na barragem de Brumadinho, ocorrido no final de janeiro em Minas Gerais. Parcela importante dos segmentos industriais segue operando com elevada ociosidade da capacidade instalada.

A expansão moderada da atividade de comércio refletiu a melhora do consumo das famílias. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2019), as vendas do comércio ampliado avançaram 3,9% no ano. O crescimento no ampliado decorre dos desempenhos positivos em nove dos dez segmentos que o compõem, com destaque para Veículos, motocicletas,

partes e peças (10,0%). Considerando-se apenas o varejo restrito, o setor cresceu apenas 1,8% no período.

Na agricultura, a produção total de grãos em 2019, de 241,4 milhões de toneladas, foi 6,6% maior do que a registrada na safra anterior. O recorde anterior da produção fora de 2017, quando foram produzidas 238,5 milhões de toneladas. O aumento em 2019 foi puxado pelo milho, que teve uma produção recorde de 100,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 23,6% frente a 2018. O algodão bateu recorde na safra deste ano, pois a produção atingiu 6,9 milhões de toneladas, um aumento de 39,8% na relação ao ano anterior. Por outro lado, a soja e o arroz, outros dois carros-chefes da produção agrícola nacional, reduziram a colheita (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2019).

No mercado de trabalho, o desemprego manteve-se elevado, apesar do saldo positivo dos empregos formais. A taxa de desemprego reduziu de 11,8% no terceiro trimestre para 11,0% no quarto trimestre de 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019) do IBGE. Por sua vez, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (BRASIL, 2019) apontaram aumento de 644 mil postos de trabalho formais no país durante o ano de 2019, de acordo com dados divulgados pela Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. O resultado representou uma variação positiva de 1,68% em relação ao estoque de empregos formais.

A inflação segue em trajetória estável e dentro da meta adotada pelo Conselho Monetário Nacional (Copom). O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou taxa de 4,31% em 2019. Em 2020, a taxa acumulada em 12 meses até fevereiro é de 4,01%. Na segunda reunião do ano do Copom, em março, o Banco Central (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020) decidiu reduzir a taxa Selic de 4,25% para 3,75% a.a. pela sexta vez consecutiva.

Tendo como pano de fundo esse cenário de baixo crescimento dos indicadores nacionais, taxas reduzidas de inflação e de juros e ambiente econômico global em desaceleração, a economia baiana praticamente repetiu o mesmo desempenho do ano anterior, levando-se em consideração as peculiaridades de cada setor de atividade econômica. Assim, as próximas seções irão apresentar os resultados de cada setor de atividade e os seus desdobramentos para os primeiros meses de 2020.

ECONOMIA BAIANA

O PIB do estado, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no Informativo PIB Trimestral (2020), apresentou aumento em 2019, registrando taxa de 1,2%, na comparação com 2018.

Gráfico 1
Produto Interno Bruto – Bahia – Jan.-dez. 2019



Fonte: SEI – Informativo PIB Trimestral (2019).

Notas: (1) Dados preliminares, sujeitos a retificação.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado de 2019, os Serviços e a Agropecuária cresceram 1,8% e 0,2%, respectivamente, enquanto a Indústria registrou queda de 0,3%. Dentro do setor industrial, a principal queda foi verificada na atividade de Transformação (-2,1%), acompanhada pela Extração mineral (-5,0%). As atividades de Produção e distribuição de energia, gás e água e Construção apresentaram resultados positivos de 3,6% e 2,5%, respectivamente (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2019).

O setor de Produção e distribuição de energia elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana contribuiu positivamente para o PIB com taxa de 3,2%, por conta especialmente do aumento na geração de energia elétrica no estado, com taxa de 31,7%, destacando-se os crescimentos das energias eólica (50,9%), solar fotovoltaica (58,8%) e hidráulica (29,0%).

O valor adicionado de Serviços do estado registrou aumento de 1,8% no acumulado de 2019 na comparação com o mesmo período anterior. O desempenho do setor, considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado por Transportes (4,6%), Administração pública (0,8%), Comércio (2,7%) e Atividades imobiliárias (0,4%) (Gráfico 1).

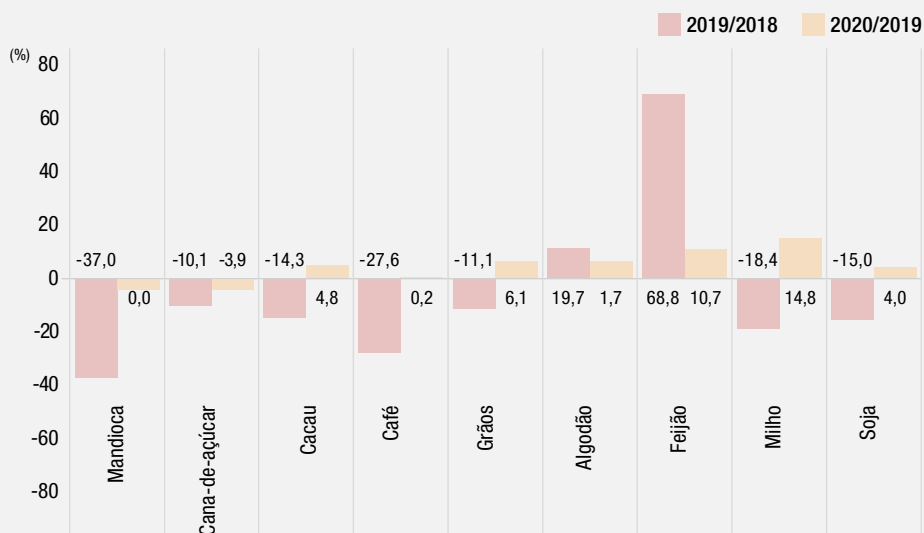
SETOR AGRÍCOLA

A produção de grãos na Bahia em 2019 teve queda de 11,1% na comparação com 2018, apresentando um volume estimado em cerca de 8,3 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2019) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação à *área plantada* de cereais, leguminosas e oleaginosas (grãos) houve uma expansão de 2,8% na comparação com o ano anterior, somando uma extensão de 3,1 milhões de hectares.

Os fatores climáticos foram preponderantes para o resultado alcançado. O atraso das chuvas no período de plantio e as altas temperaturas na região oeste do estado – fenômeno conhecido como “veranico” – prejudicaram as lavouras de soja e de milho na 1ª safra. A lavoura do algodão, por sua vez, conseguiu recuperar-se do estresse hídrico e, pelo segundo ano consecutivo, obteve uma safra expressiva. Além da boa produção e rentabilidade da safra anterior, o preço atrativo na época do plantio e a maior demanda da China incentivaram o aumento do investimento na lavoura.

Os principais destaques na comparação anual foram as culturas do algodão e do feijão, cujas áreas plantadas tiveram incrementos de 24,3% e 8,8%, respectivamente. Ambos também tiveram as maiores altas anuais de produção observadas no período (Gráfico 2).

Gráfico 2
Variação percentual da produção comparada por lavoura – Bahia

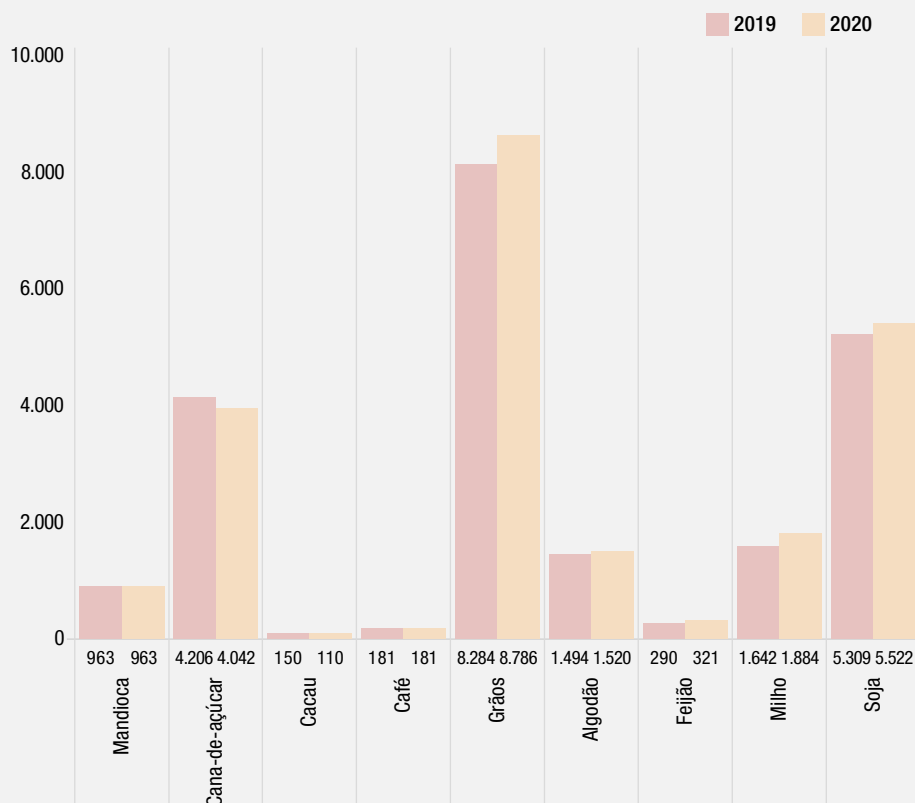


Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019).
Elaboração: SEI/CAC.

Em relação à atividade pecuária, houve avanço no abate de animais, destacando-se, principalmente, o abate de suínos, que cresceu 7,2% na comparação com 2018. O abate de frangos somou 119,3 milhões de cabeças no período, o que correspondeu a uma alta de 4,5% na mesma base de comparação. Já o abate de bovinos superou em 0,3% a marca do ano anterior, totalizando 1,2 milhão de cabeças. A produção de leite teve alta expressiva de 7,9% na comparação anual, somando 461,5 milhões de litros produzidos. Por outro lado, a produção de ovos de galinhas sofreu baixa de 2,9% em relação a 2018, alcançando um total de 44,5 mil dúzias produzidas no estado em 2019.

Para 2020, no início do ano, o cenário apresentava-se bastante favorável para as lavouras, em razão das condições climáticas mais adequadas para o bom desempenho de lavouras como a da soja e do milho, que foram as mais prejudicadas na safra de 2019. Com isso, a produção estimada de grãos pelo IBGE para 2020 está em torno de 8,8 milhões de toneladas. Constata-se também a ausência dos fenômenos *El Niño* e *La Niña* este ano, o que indica uma menor restrição hídrica, sobretudo para as regiões semiáridas do estado, as mais afetadas pela estiagem prolongada dos últimos anos.

Gráfico 3
Volume de produção comparado por lavoura (1.000 ton.) – Bahia



Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Grãos: algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e tritcale.

Não obstante, o avanço da Covid-19 sobre o território brasileiro e baiano, em particular, acompanhado de medidas efetivas para controlar sua transmissão, pode modificar as perspectivas para o setor agropecuário baiano. O impacto das restrições de circulação de pessoas e mercadorias sobre a produção, distribuição e consumo de bens agropecuários ainda está indefinido: revisão de contratos, riscos de desabastecimento e variações de preços são possíveis consequências da pandemia.

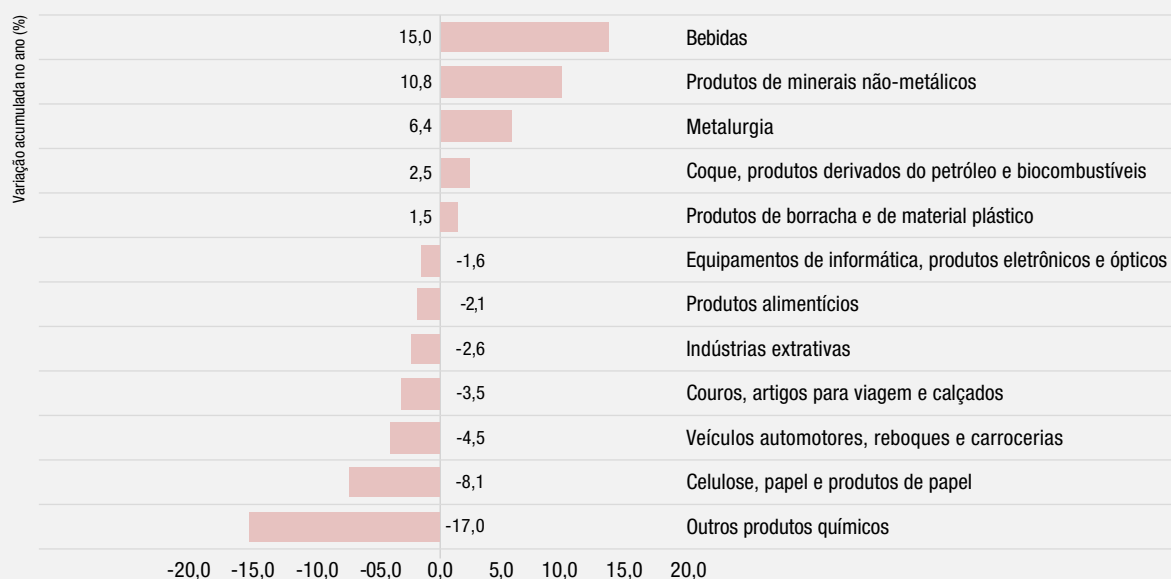
As commodities agrícolas como a soja e o algodão, cujos plantios ocorreram em período anterior à disseminação da Covid-19 e tendo parte expressiva da produção vinculada a contratos já estabelecidos, deverão sofrer impacto econômico menos acentuado. No entanto, as lavouras temporárias que iniciam o plantio a partir dos meses de março/abril, apesar de contarem com situação climática mais favorável, poderão sofrer efeitos da propagação da pandemia. Da mesma forma, deve-se observar o comportamento da comercialização de produtos das lavouras permanentes e

temporárias assim como da produção de carne, leite e ovos frente aos novos rumos da economia.

SETOR INDUSTRIAL

A produção física da indústria baiana, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2019) do IBGE, registrou queda de 2,9% no acumulado do ano de 2019, sendo que, no ano de 2018, esta atividade caiu 1,3%. Neste período, mais da metade dos segmentos da indústria baiana de transformação registrou recuo na produção, conforme dados ilustrados no Gráfico 4.

Gráfico 4
Produção física da indústria por setores de atividade (%) – Bahia – Jan.-dez. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado negativo da indústria baiana tem-se, primeiramente, a indústria de Produtos químicos, impactada pela redução na produção de insumos para fertilizantes e herbicidas (amônia e ureia) em unidade que encerrou as atividades no último trimestre de 2018.

A produção de Celulose e papel foi menor em decorrência da decisão de empresa do setor em reduzir gradualmente a fabricação ao longo do ano, uma vez que detinha no período estoques significativamente acima da necessidade operacional para prover o mercado satisfatoriamente. Neste sentido, ocorreram paradas para manutenção programada em três das principais unidades de produção do segmento ao longo do ano.

O setor Veículos perdeu o dinamismo na produção, enquanto as vendas mantiveram-se positivas. No período de janeiro a dezembro, enquanto a produção caiu 4,5%, as vendas de automóveis e comerciais leves avançaram 8,9%, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade) (2019). Entre os fatores que influenciaram esse desempenho destacam-se, pelo lado da produção, o elevado nível do estoque e a redução das vendas de veículos novos; pelo lado das vendas, taxas de juros menores, crescentes atrativos na concessão de crédito para compra de veículos por pessoas físicas e jurídicas e renovação de frotas por parte das locadoras de automóveis.

A principal contribuição positiva para a indústria baiana veio de Derivados de petróleo que encerrou o ano com crescimento de 2,5%. O setor apresentou queda no primeiro semestre, com taxa de -5,3% e, no semestre seguinte, expandiu 9,8%.

O bom desempenho observado no setor Metalúrgico reflete as estratégias adotadas pela unidade produtora de cobre nesse período, como a requalificação dos ativos, foco na eficiência operacional e a melhor utilização da capacidade instalada da fábrica de fios e vergalhões. O segmento realizou parada para manutenção por 20 dias no último trimestre do ano (PARAPANEMA, 2019), o que contribuiu para recuo na produção do setor metalúrgico, com taxa de -23,1% no quarto trimestre. Em 2019, a produção física do segmento assinalou crescimento de 6,4% em relação ao ano anterior.

O setor Bebidas apresentou crescimento significativo de 15,0% no período, com a aceleração na produção para atender à demanda em expansão dos consumidores. E a produção de Minerais não metálicos, que cresceu 10,8%, foi beneficiada pela retomada do setor da Construção, o que aumentou, principalmente, a produção de pré-fabricados em concreto e cimento Portland.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico, com taxa positiva de 1,5%, teve o desempenho alavancado tanto pela produção de embalagens plásticas como pela produção de pneus novos para automóveis, caminhões e ônibus.

Ainda de acordo com o IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2019), a Indústria extrativa recuou 2,6% no período, principalmente em decorrência da queda na extração de gás natural (-20,3%) e óleos brutos de petróleo (-4,8%), em relação ao ano anterior, de acordo com os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2019).

A principal contribuição positiva para a indústria baiana veio de Derivados de petróleo que encerrou o ano com crescimento de 2,5%. O setor apresentou queda no primeiro semestre, com taxa de -5,3% e, no semestre seguinte, expandiu 9,8%

Os resultados negativos nos dois últimos trimestres da indústria baiana, com taxas de -5,6% e -2,4%, indicam que o crescimento no setor começará mais lento no próximo ano

As perspectivas para 2020 da indústria baiana estão condicionadas ao movimento da economia brasileira, que se mostrou apática ao longo de 2019. Os resultados negativos nos dois últimos trimestres da indústria baiana, com taxas de -5,6% e -2,4%, indicam que o crescimento no setor começará mais lento no próximo ano.

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (2020), no primeiro bimestre de 2020, a indústria baiana apresentou crescimento de 5,8% na comparação com o mesmo período de 2019, com três das 12 atividades pesquisadas assinalando avanço da produção. O principal destaque positivo ficou com o segmento de Derivados de petróleo (41,3%), devido ao aumento na produção de óleo combustível, óleo diesel e nafta para petroquímica. Outros segmentos que registraram acréscimo foram: Celulose, papel e produtos de papel (29,5%) e Bebidas (5,8%).

Por outro lado, o setor de Metalurgia (-50,8%) exerceu a principal influência negativa no período, explicada especialmente pela menor fabricação de barras, perfise vergalhões de cobre e de ligas de cobre. Outros resultados negativos no indicador foram observados nos segmentos de Veículos (-9,0%), Minerais não metálicos (-14,5%), Produtos químicos (-2,0%), Couro, artigos para viagem e calçados (-1,3%), Produtos de borracha e de material plástico (-1,1%), Produtos alimentícios (-1,0%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-0,9%).

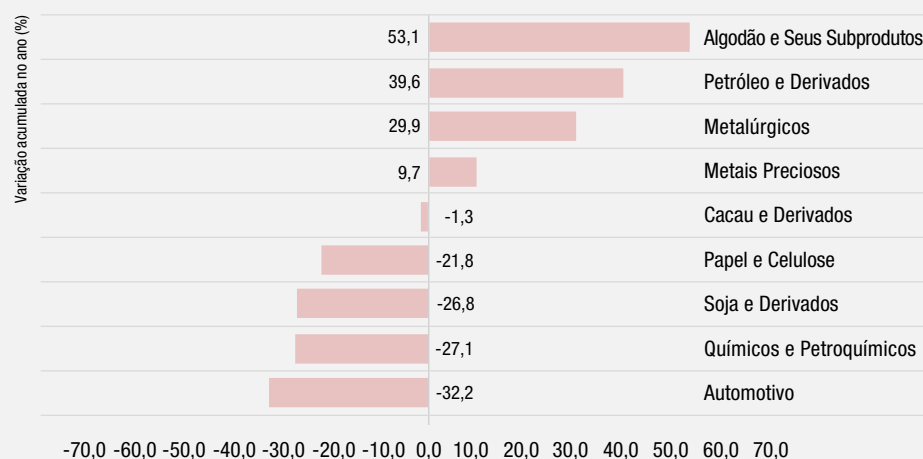
COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$ 1,4 bilhão no período de janeiro a dezembro de 2019, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2019) da SEI. As exportações alcançaram US\$ 8,2 bilhões e ficaram 8,2% abaixo de igual período de 2018, enquanto as importações somaram US\$ 6,77 bilhões – menores em 14,4% se comparadas como mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 14,9 bilhões, recuando em 11,2% no resultado em relação a igual período de 2018.

Considerando-se os produtos básicos, destaca-se a queda nas vendas de soja e derivados, que no período representou uma perda de 26,8%. As exportações de algodão e subprodutos, no período, aumentaram 53,1%, conforme ilustrado no Gráfico 5.

Entre os produtos semimanufaturados, destaca-se o declínio em Papel e celulose (-21,8%) e em Químicos e petroquímicos (-27,1%). Em sentido contrário, Produtos metalúrgicos tiveram um aumento no valor das exportações de 29,9% no período.

Gráfico 5
Exportações baianas (%) – Principais segmentos – Jan.-dez./2019



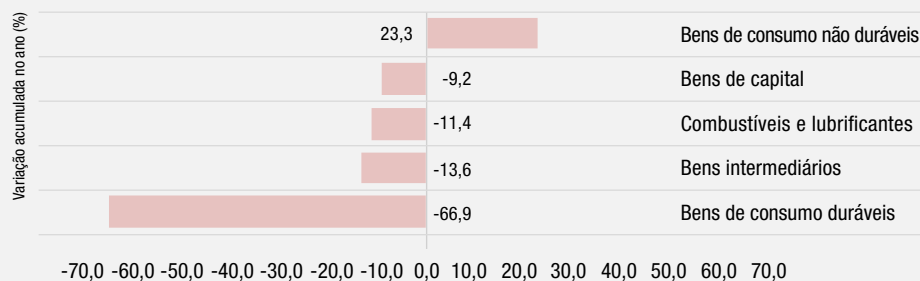
Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Dados coletados em 17/03/2020.

Considerando-se as vendas de produtos manufaturados, destaca-se o segmento Automotivo, com declínio de 32,2%. A queda das compras externas no período deveu-se ao declínio nas aquisições de bens duráveis (-66,9%), bens intermediários (-13,6%), combustíveis e lubrificantes (-11,4%) e bens de capital (-9,2%). As compras de bens de consumo não duráveis cresceram 23,3% (Gráfico 6).

Gráfico 6
Importações baianas por categoria de uso (%) – Jan.-dez. 2019



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Dados coletados em 17/03/2020.

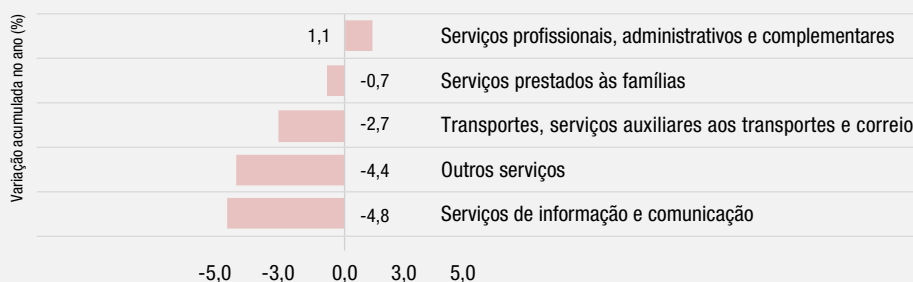
No primeiro trimestre de 2020, as exportações alcançaram US\$ 1,07 bilhão e ficaram 14,3% abaixo de igual período de 2019, enquanto as importações somaram US\$ 868 milhões – menores em 27,5% se comparadas com as do mesmo período do ano anterior. Destaca-se o aumento de 38,9% nas vendas externas do segmento de Petróleo e derivados (38,9%), que verificou uma variação positiva no preço médio de 11,1%. Em sentido contrário, a maior queda nas vendas externas foi observada no segmento de Químicos e petroquímicos, com taxa de 38,9%.

No que se refere às compras externas, houve declínio nas compras de bens intermediários (-27,6%), combustíveis e lubrificantes (-60,4%) e bens de consumo duráveis (-30,4%) no período.

SETOR DE SERVIÇOS

Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2019) do IBGE, houve queda de 2,2% no volume de Serviços em 2019. Tal resultado deveu-se à queda em quatro das cinco atividades do setor, como ilustrado no Gráfico 7, destacando-se Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,7%), Serviços de informação e comunicação (-4,8%), Serviços prestados às famílias (-0,7%) e Outros serviços (-4,4%). O segmento Serviços profissionais, administrativos e complementares (1,1%) foi o único a apresentar resultado positivo no período.

Gráfico 7
Volume de serviços (%) – Bahia – Jan.-dez. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

COMÉRCIO VAREJISTA

As vendas do comércio varejista na Bahia cresceram 2,1% no acumulado do ano, comparadas ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2019), divulgada pelo IBGE. Nessa mesma base de comparação, o varejo nacional registrou a taxa de 1,8%. Dos oito segmentos que compõem o varejo restrito, seis registraram comportamento positivo (Tabela 1).

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – Jan.-dez. 2019 ⁽¹⁾

Atividade	%
Comércio Varejista	2,1
1 - Combustíveis e lubrificantes	6,0
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,5
2.1 - Hipermercados e supermercados	-0,4
3 - Tecidos, vestuário e calçados	4,6
4 - Móveis e eletrodomésticos	8,7
4.1 - Móveis	4,9
4.2 - Eletrodomésticos	10,3
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	2,0
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-15,8
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-45,4
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,8
Comércio Varejista Ampliado ⁽²⁾	1,8
9 - Veículos, motos, partes e peças	1,6
10 - Material de construção	0,6

Fonte: IBGE – Pesquisas Mensal do Comércio (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

A análise por atividade indica que, em 2019, o segmento de maior destaque foi o de Móveis e eletrodomésticos (8,7%), seguido por Combustíveis e lubrificantes (6,0%).

A forte influência exercida por Móveis e eletrodomésticos pode ser atribuída à liberação do FGTS, ao crédito – que vem se tornando mais acessível – e à redução da taxa Selic. A segunda contribuição significativa foi de Combustíveis e lubrificantes, que registrou, consecutivamente, crescimento nas vendas nos últimos seis meses de 2019. Segmento de grande representatividade para o setor de comércio varejista teve sua atividade aquecida somente a partir do mês de junho de 2019, registrando a partir de então crescimento no volume de vendas. Esse resultado foi influenciado pela baixa base de comparação devido à greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018.

No emaranhado de impactos sobre o setor de comércio em 2020, tem-se a mudança na perspectiva de manutenção de crescimento nas vendas. No primeiro bimestre a taxa do volume de negócios na Bahia foi negativa em 0,1%

Nessa ocasião, diante do desabastecimento, alguns postos praticaram preços abusivos, reduzindo as vendas da atividade na Bahia em 18,0%, sendo a atividade mais atingida pelo movimento.

O desempenho de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista, registrou um comportamento “tímido” ao longo do ano, resultando num crescimento de 0,5%. Muito provavelmente, esse comportamento arrefecido das vendas do ramo se deve à mudança do comportamento do consumidor, que preferiu comprar em estabelecimentos de atacado e/ou optou por realizar suas compras nos mercadinhos de bairro, os quais não fazem parte da amostra da pesquisa.

No comércio varejista ampliado baiano, as vendas cresceram 1,8% no ano. Os Veículos, motos, partes e peças e Material de construção registraram variação positiva de 1,6% e 0,6%, respectivamente. Enquanto no primeiro se justifica pela melhoria na concessão de crédito para pessoa física, no segundo, reflete o efeito base.

Acredita-se que um retorno consistente do otimismo dos consumidores continuará dependendo de uma evolução mais efetiva do mercado de trabalho. O surgimento da Covid-19 fez a previsão de muitos analistas de mercado perder o “sentido”, sendo necessária uma reavaliação dos cenários para a atividade econômica nos próximos meses dado o “oceano” de incertezas provocado pela pandemia da Covid-19.

No emaranhado de impactos sobre o setor de comércio em 2020, tem-se a mudança na perspectiva de manutenção de crescimento nas vendas. No primeiro bimestre a taxa do volume de negócios na Bahia foi negativa em 0,1%. Os dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas referente ao Índice de Confiança do Consumidor (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2020) recuou em 2,6 pontos em fevereiro. Outro aspecto observado é que nesse mês, em razão da preocupação com a iminente chegada da Covid-19 ao Brasil, alguns foliões baianos optaram por não se exporem nas ruas, permanecendo em casa ou nas cidades do interior da Bahia.

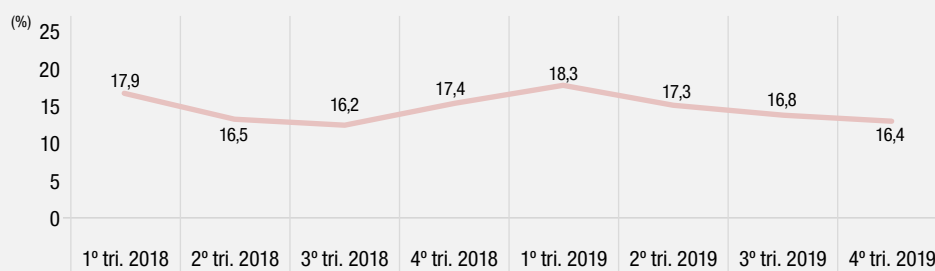
MERCADO DE TRABALHO

Em 2019, houve desaceleração da taxa de desemprego no mercado de trabalho baiano, ao mesmo tempo em que o mercado formal aumentou o número de postos de trabalho. Esses indicadores podem ser verificados

a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), do IBGE, e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2019).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019) do IBGE, passou de 17,4% no quarto trimestre de 2018, para 16,4% no quarto trimestre de 2019, registrando queda de 1,0 p.p. ao longo do período. Porém, ocorreu queda da taxa de desocupação de 0,4 p.p. no quarto trimestre de 2019 em comparação com o terceiro trimestre e queda de 0,5 p.p. entre o segundo e o terceiro trimestres. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2018 pode ser observada no Gráfico 8, no qual se verifica a performance do indicador no período em análise.

Gráfico 8
Taxa de desocupação (%) (1) – Bahia – 1º tri. 2018-4º tri. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019).

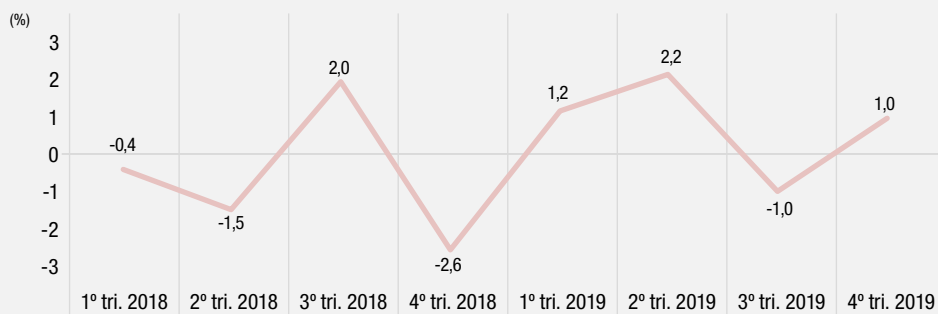
Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

A população ocupada na Bahia aumentou 1,0% no quarto trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior enquanto, na média nacional, houve aumento de 2,0% na mesma base de comparação (Gráfico 9). No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados destacam, no confronto entre os ocupados no quarto trimestre de 2018 e de 2019, o desempenho positivo nos segmentos Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (5,7%), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (5,0%) e Indústria geral (11,4%). Por sua vez, destaca-se queda em Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-5,3%) e Construção (-4,4%).

Gráfico 9

Pessoas ocupadas (%) (1) (2) – Bahia – 1º tri. 2018-4º tri. 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

(2) variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

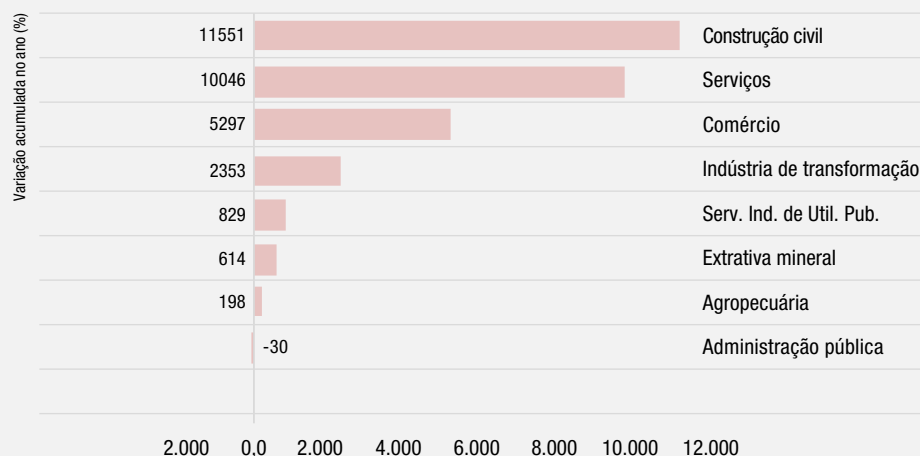
Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação, verificou-se que os empregados do setor privado (exclusive domésticos) no estado sem carteira assinada registraram queda de 0,7% no quarto trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empregados do setor privado com carteira assinada aumentaram em 1,4%.

O rendimento habitual médio real (em todos os trabalhos) caiu para os ocupados (-1,9%), na comparação entre o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período de 2018. Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) reduziu-se em 1,0%.

Quanto ao emprego formal, em 2019, a Bahia gerou 30.858 postos de trabalho, de acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2019) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 1,82%, acima da média nacional (1,68%) e nordestina (1,21%). No país houve saldo positivo de 644.079 postos e no Nordeste foram abertos 76.561 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, dos oito setores de atividade, sete apresentaram saldos positivos, destacando-se Construção civil, com 11.551 postos, e Serviços, com 10.046 postos de trabalho. O único setor a registrar saldo negativo foi Administração pública, com perda de 30 postos de trabalho, como ilustrado no Gráfico 10.

Gráfico 10
Saldo de empregos formais por setor de atividade – Bahia – Jan.-dez. 2019



Fonte: Brasil (2019).

Elaboração: SEI/CAC. Dados divulgados em janeiro de 2020.

Notas: (1) saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.

(2) inclusive informações fora do prazo, até novembro de 2019.

Os indicadores analisados apontaram relativa melhora do mercado de trabalho baiano em 2019, com recuperação dos empregos formais. Ressalta-se que, mesmo com o aumento dos postos de trabalho formal, as taxas de desemprego ainda são consideradas muito elevadas e o rendimento dos trabalhos registra quedas sucessivas desde o quarto trimestre de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o resultado positivo em 2019, bem abaixo das expectativas do princípio do ano, tanto para a economia brasileira como para a Bahia, os indicadores de atividade recentes seguem apontando para um cenário de baixo crescimento, principalmente após a pandemia da Covid-19. Esta tem afetado diretamente a produção, a demanda, os preços das commodities e causado aversão global ao risco, com diminuição de fluxos financeiros para países emergentes, causando impactos sobre o câmbio e perspectivas de fortes quedas nas taxas anuais de crescimento em vários países ao redor do mundo, principalmente aqueles fortemente afetados pelo vírus.

Neste sentido, muitas organizações têm realizado previsões de impacto da Covid-19 sobre as economias mundial e regionais. Segundo o International Monetary Fund (IMF) (2020), no último World Economic Outlook Reports, divulgado em abril, a nova previsão para a taxa do PIB global, no ano de 2020 é de -3,0%. Os efeitos econômicos do surto da Covid-19 e as contrações

nas principais regiões econômicas mundiais foram os principais motivos para a revisão, sinalizando que as perspectivas são incertas. No Brasil, os primeiros casos da Covid-19 surgiram no final de fevereiro, com imediata ação das autoridades governamentais no sentido de minimizar os efeitos da epidemia.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2020), recuou 33,4 pontos percentuais para 58,2 pontos, entre janeiro e abril, o menor valor desde setembro de 2005. Os dados apontam para uma forte retração das expectativas, que já estavam bastante baixas. Segundo a FGV (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2020), “O pessimismo em relação aos próximos meses é homogêneo entre as diversas classes de renda e isso faz com que todos coloquem o pé no freio em relação ao consumo, mantendo apenas os gastos com bens e serviços essenciais para a família”. As avaliações sobre o presente e as expectativas em relação aos próximos meses se deterioraram. Houve perda de confiança para consumidores em todas as classes de renda, principalmente para famílias de menor poder aquisitivo (até R\$ 2,1 mil), influenciado pelo aumento do pessimismo em relação à situação econômica nos próximos meses. Mesmo com o impacto maior sobre as expectativas das famílias com relação à economia, há também deterioração das expectativas em relação à situação financeira familiar e ao emprego.

Por sua vez, o indicador da confiança da indústria, também divulgado pela FGV (SONDAGEM DA INDÚSTRIA, 2020), sinalizou recuo de 42,7 pontos em relação ao número final de janeiro, para 58,2 pontos. Segundo a FGV, “essa é a maior redução mensal do índice e seu menor nível desde o início da série histórica, em janeiro de 2001” (SONDAGEM DA INDÚSTRIA, 2020).

Para 2020, as previsões do mercado financeiro para o PIB nacional são de queda de 3,76%, segundo o boletim Focus (2020), divulgado em 30 de abril deste ano. Ainda segundo o boletim Focus, a inflação esperada é de 1,82% e a expectativa da taxa Selic é de 2,75%. Essa taxa está abaixo da adotada pelo Copom no último dia 18 de março.

Portanto, as previsões para o estado no ano de 2020 serão afetadas pela epidemia da Covid-19, com implicações diretas sobre a demanda doméstica tanto para o setor industrial como para o setor de serviços. A magnitude dos efeitos negativos vai depender do grau de disseminação e duração da epidemia. Neste sentido, a restrição à mobilidade da população conduz à redução da produção industrial e da oferta de serviços, seja pela redução das exportações e importações de insumos ou pelo aumento das incertezas

dos agentes econômicos. Os impactos serão principalmente observados no setor turístico, no comércio e na indústria, com consequências sobre o emprego e as finanças públicas.

A princípio, considera-se que a contribuição da Agropecuária manter-se-á positiva em decorrência das boas condições climáticas do início do ano, o que favorece a lavoura, em especial as principais culturas de grãos. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2020) do IBGE, a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas, para 2020, está estimada em cerca de 8,7 milhões de toneladas, o que representa aumento de 5,0% na comparação com o mesmo período de 2019.

Com relação ao setor externo, a economia baiana será impactada pela queda da demanda externa, pois os dois principais parceiros comerciais do estado, China e EUA, tiveram suas economias afetadas pela Covid-19, como também parte da Europa. Outro ponto refere-se à queda dos preços do petróleo, que tem um importante efeito sobre a economia local, principalmente no que se refere à arrecadação de ICMS.

Ressalta-se, também, o equilíbrio das contas públicas, determinante para alavancar o desenvolvimento do estado, que provavelmente será afetado, pois uma vez impactada a atividade econômica, os governos terão que impulsioná-la, aumentando gastos para mitigar os efeitos da epidemia.

Nesse ambiente de elevada incerteza, possivelmente a agenda de reformas do governo federal também será alterada até que o ambiente econômico se torne menos instável. Dessa forma, mostra-se necessário flexibilizar as regras fiscais e adotar medidas emergenciais por parte da União para dar assistência aos estados, que já passam por dificuldades fiscais.

Por fim, o cenário para os próximos meses é preocupante, com forte impacto econômico e social. Não há expectativas de recuperação da confiança no curto prazo, contudo, espera-se que as medidas para reduzir a circulação de pessoas possam conter o grau de transmissão do vírus.

REFERÊNCIAS

- ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, dez. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_dez_2019.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*: processamento de petróleo e produção de derivados. Brasília: ANP, dez. 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2019.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, dez. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_dez19.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, dez. 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2019_4tri.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO PECUÁRIA. Rio de Janeiro: IBGE, 4. tri. out./dez. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2019_4tri.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. *Índices de números*: dados regionais. São Paulo: FENABRAVE, dez. 2019. Disponível em: <http://www.fenabreve.org.br/Portal/conteudo/conteudo/dadosregionais>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200430.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.
- ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=destaques>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 10, n. 4, out./dez. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2019_4.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: the great lockdown*. Washington, DC: IMF, Apr. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2019_dez.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- PARAPANEMA. *Divulgação dos resultados do 3º trimestre*. Dias d'Ávila: Paranapanema, 2019. Disponível em: <https://ri.paranapanema.com.br/Download.aspx?Arquivo=fZ5UkvoaAf3OLW/vLnpRwA==>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html?edicao=26762&t=resultados>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9227-pesquisa-mensal-de-comercio.html?edicao=26849&t=destaques>. Acesso em: 21 mar. 2020.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9229-pesquisa-mensal-de-servicos.html?edicao=26865&t=resultados>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 4.tri. out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=26895&t=resultados>. Acesso em: 21 mar. 2020.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA (COPOM) DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 229., 2020, Brasília. *Ata* [...]. Brasília: Bacen, mar. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascope/Copom229-not20200318229.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SONDAGEM DA INDÚSTRIA. Rio de Janeiro: IBRE, abr. 2020. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/31/C6/B1/39/133C1710199794F68904CBA8/Sondagem%20da%20Industria%20FGV_press%20release_Abr20.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SONDAGEM DO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBRE, abr. 2020. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/55/84/5A/AE/509B1710199794F68904CBA8/Sondagem%20do%20Consumidor%20FGV_press%20release_Abr20.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.



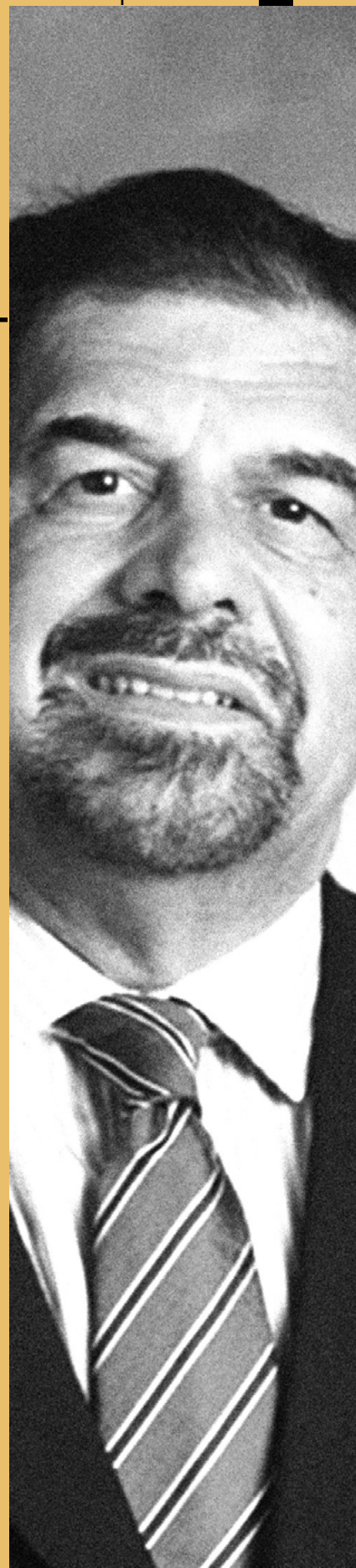
Antonio Corrêa de Lacerda

Presidente do Cofecon

ALTERNATIVAS PARA A POLÍTICA ECONÔMICA NA PANDEMIA

Antonio Corrêa de Lacerda
Doutor em Economia, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Presidente do Conselho Federal de Economia do Brasil (Cofecon) 2020, professor doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais (FEA) da PUC-SP e sócio-diretor da AC Lacerda Consultores, empresa especializada na análise macro e setorial e seus impactos para empresas e organizações. É autor de cerca de 20 livros e publicou recentemente "O mito da austeridade" (Editora Contracorrente).

A entrevista do Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) Antonio Corrêa de Lacerda concedida a Revista Conjuntura & Planejamento de edição 198 traz a reflexão sobre a necessidade da realização de uma discussão mais séria sobre as alternativas para a economia brasileira. Na sua avaliação é hora de se libertar de dogmas que marcaram o debate acerca da condução da economia brasileira ao longo dos anos, “pois estamos diante da maior crise da nossa história. Situações extraordinárias exigem ações extraordinárias!”. Para Lacerda, “a eventual decisão equivocada de não ampliar os gastos imediatamente, além do enorme custo econômico e social, provocaria um forte impacto fiscal negativo! Vai ser preciso romper paradigmas”, pois os desafios que se apresentam para o futuro envolvem não apenas a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, mas a definição e implementação e políticas de competitividade nos moldes das melhores práticas internacionais e locais.



SEI – APÓS TERMOS SUPERADO A CRISE DE 2008 COM UM RECEITUÁRIO ECONÔMICO HETERODOXO, COM A EXPANSÃO DA PRESENÇA DO ESTADO NA ECONOMIA, COMO SAÍMOS DELA AGORA COMO UMA POLÍTICA ECONÔMICA DE ESTADO MÍNIMO?

ACL – O debate macroeconômico brasileiro é influenciado por sofismas que dificilmente se sustentam à luz das melhores teorias e bem sucedidas políticas econômicas adotadas internacionalmente. Embora de fácil assimilação e contar com a complacência do “senso comum”, analogias simplistas limitam uma discussão mais séria sobre as alternativas para a economia brasileira.

Um exemplo é a visão equivocada de “economia domestica” no que se refere ao orçamento público. A falsa ideia de que “o Estado tem que fazer como as família, que reduzem seu gasto na crise” foi um dos argumentos para a aprovação, no final de 2016, da Emenda Constitucional 95. O problema, como apontamos na época, é que a visão que sustentou sua adoção e aprovação parte de um vício de origem que desconsidera o papel do Estado, tanto o que lhe é definido na Constituição Federal, quanto de exercer seu poder de monopólio de emissão monetária e de dívida pública.

O resultado dessas falsas premissas e estratégias é um processo autofágico em que mais cortes significam mais crise e, portanto, desajuste fiscal, ao contrário do pretendido, uma vez que menos atividade econômica diminui a arrecadação, não apenas pela menor geração de impostos, mas com o aumento da dificuldade de empresas e famílias pagarem suas obrigações gerando crescimento da inadimplência.

É hora de se libertar desses dogmas, pois estamos diante da maior crise da nossa história. Situações extraordinárias exigem ações extraordinárias!

SEI – COMO O GOVERNO CONSEGUIRÁ ADOTAR POLÍTICAS COERENTES
PARA EVITAR QUE A RECESSÃO SE TRANSFORME NUMA DEPRESSÃO?

ACL – As políticas a serem adotadas implicarão um custo da ordem de R\$700 bilhões (10% do PIB), ao ano. Não há obviamente espaço para tal no Orçamento e será preciso ampliar a dívida pública para fazer frente aos gastos. É um montante expressivo as, a decisão de não implanta-las significará um custo econômico e social muito mais elevado, dado o aprofundamento da depressão e seus efeitos como a quebra de empresas, aumento do desemprego e colapso da renda e também colapsaria a arrecadação tributária.

Ou seja, a eventual decisão equivocada de não ampliar os gastos imediatamente, além do enorme custo econômico e social, provocaria um forte impacto fiscal negativo! Vai ser preciso romper paradigmas. Isso juntamente com a capacidade de gestão na crise serão determinantes para amenizar os seus efeitos.

SEI – O QUE ESPERAR DESTA CRISE PARA O SETOR PRODUTIVO
BRASILEIRO (INDUSTRIAL, COMERCIAL, FINANCEIRO) NO BRASIL?
QUAL A EXPECTATIVA DA RETOMADA DOS NEGÓCIOS?

ACL – O PIB de 2020 dificilmente escapará de um resultado negativo em pelo menos de cerca de 7%. Tudo vai depender da evolução da crise sanitária e das medidas a serem adotadas pelo governo.

Mas, no período 2017-2019 já vínhamos com um crescimento muito baixo, de apenas cerca de 1% ao ano, muito aquém do desejável e necessário. O nível da formação bruta de capital fisco (os investimentos em construção civil, máquinas e equipamentos) mesmo antes da crise corona vírus ainda era cerca de 25% inferior a 2013, antes da crise.

O desafio é alcançar um crescimento mais robusto e sustentado, recuperar os investimentos, o emprego e a renda. Mas, enquanto não nos livrarmos da insistência em incorrer em caminhos equivocados e baseados em falsas premissas, o resultado infelizmente será um “mais do mesmo”. Sem mudar o foco dificilmente lograremos êxito na reversão da crise e em atingir o almejado desenvolvimento sustentável, econômica, ambiental e socialmente.

SEI – NA SUA OPINIÃO, QUAIS SETORES TENDEM A SER MAIS BENEFICIADOS POR UMA SUPOSTA INTERVENÇÃO MAIS DIRETA DO ESTADO?

ACL – O Brasil tem grande potencial, mas, é lamentável que o tema política industrial esteja fora da agenda. A crise no setor industrial brasileiro é estrutural e persiste há anos. O nível médio atual da produção industrial atual é semelhante ao de dez anos atrás, quando o Brasil começava a superar os impactos dos efeitos da crise *subprime* norte-americana. A participação da indústria de transformação no PIB está hoje restrita a pouco mais de 10%. É a metade de 20 anos atrás! É muito pouco, contra uma média internacional de 16%, e bem abaixo do verificado em países como México (17,5%) e Coreia do Sul (27,6%).

Vários fatores estruturais têm impactado negativamente a indústria brasileira, que vive os efeitos da desindustrialização precoce. Crédito caro e escasso, política cambial errática e longo período de valorização do real, mais as agruras do “custo Brasil”, se encarregaram de agravar o aprofundamento da crise. Condições macroeconômicas desfavoráveis e políticas industriais ausentes ou titubeantes tampouco reverteram a situação.

O resultado foi o avanço das importações, especialmente advindas da China, substituindo a produção local. As exportações de industrializados também prejudicadas pelos mesmos fatores mencionados perderam espaço, ou estagnaram e um mercado internacional hipercompetitivo. A balança comercial brasileira segue superavitária influenciada pelo excelente desempenho dos complexos agro, mineral e de carnes. Mas a questão aqui não é “ou”, mas, “e”. O Brasil é um dos poucos países que pode manter ampla pauta de produção e exportação nos setores tradicionais em que já mantém posição de destaque. No entanto isso não pode e não deve ocorrer em detrimento da indústria e serviços sofisticados.

SEI – AS MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO PARA GARANTIR EMPREGO E RENDA DO TRABALHO FORMAL E INFORMAL VÃO CONSEGUIR MINIMIZAR O IMPACTO NA ECONOMIA?

ACL – Elas teriam sim, essa função. No entanto, tanto o Auxílio Emergencial, (de R\$ 600,00), quanto aos recursos para crédito para as empresas, estão emperrados e não atingem quem de fato precisa. Há problemas sérios de distribuição dos auxílios, causando aglomerações de pessoas nas portas das agências da CEF. O crédito, ainda escasso e caro, ficou empoeirado nos bancos!

SEI – QUAL SERÁ O TAMANHO DO IMPACTO NA EMPREGABILIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA?

ACL – O emprego está sendo fortemente impactado, pois o choque provocado pela pandemia e a má gestão da crise por parte do Governo Federal tem agravado o problema.. O “estoque” de desempregados é imenso, mesmo antes dos efeitos da pandemia. Há um “déficit social” expressivo. São cerca de 27 milhões de pessoas excluídas do mercado de trabalho, e portanto do consumo, considerando os desocupados, 12 milhões, mais cerca de 5 milhões de desalentados e outros milhões sub-ocupados. Infelizmente, o quadro continuará dramático nos próximos anos.

SEI – HÁ COMO MEDIR OS IMPACTOS DA PANDEMIA, COM A PARALISAÇÃO DE ATIVIDADES NOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES EMPRESÁRIOS? QUAIS AS SAÍDAS PARA AS PEQUENAS, MÉDIAS DE EMPRESAS E MEIS DOS SETORES CONSIDERADOS NÃO ESSENCIAIS?

ACL – as pequenas e médias empresas são as mais vulneráveis, pois, em geral não dispõem de um fluxo de caixa suficiente para superar o período de paralisação de atividades. Daí a necessidade de receberem auxílios governamentais, como diferimento no pagamento de impostos, crédito com condições favoráveis, em termos de taxas de juros, prazos e carência para iniciar o pagamento. Para além disso, todos têm que se reinventar frente à crise, buscando alternativas para a continuidade da operação, se isso for possível.

SEI – O GOVERNO FEDERAL ANUNCIOU A CRIAÇÃO DE UMA LINHA DE CRÉDITO PARA O PAGAMENTO DE SALÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR ATÉ DOIS MESES. EM CONTRAPARTIDA, O EMPRESÁRIO TERIA QUE SE COMPROMETER A NÃO DEMITIR OS TRABALHADORES EM DECORRÊNCIA DA CRISE CAUSADA PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. O SENHOR CONSIDERA A MEDIDA SUFICIENTE PARA EVITAR UMA DERROCA DA DOS SETORES PRODUTIVOS E DA EMPREGABILIDADE?

ACL – É preciso fazer muito mais. A taxa básica de juros (Selic) foi reduzida para 3,0%, menor nível nominal histórico brasileiro. Mas, embora a taxa básica de juros seja relevante e uma condição necessária, ela não é suficiente, por si só, para estimular a produção. Há outros fatores relevantes a ser considerados. Uma Selic mais baixa é importante para as decisões na produção e sempre lembrada e reivindicada pelos agentes, uma vez que diminui o “custo de oportunidade” do capital. Sendo a base de remuneração das aplicações financeiras, o investimento na produção, em tese, passaria a ser estimulado. Porém há ainda um aspecto significativo do verdadeiro “vício brasileiro” que é a enorme distancia entre o nível da taxa básica de juros e aquelas oferecidas ao tomador final. E isso também cabe ao Banco Central, que é o regulador do mercado.

Também não vejo viável dispensar a atuação dos bancos públicos, em especial o BNDES para fomentar a reindustrialização brasileira.

SEI – O CORONAVÍRUS VAI CONDENAR TODA A DÉCADA DE 2020? ESTAMOS NOVAMENTE DIANTE DA POSSIBILIDADE DE UMA NOVA DÉCADA PERDIDA?

ACL – Vamos ter uma década perdida. Mas, como argumentei antes, isso não se deve apenas ao Corona vírus. Estamos construindo esse caminho *há um bom tempo*. Desindustrialização, desnacionalização, reprimarização da estrutura produtiva e de exportação, precarização do mercado de trabalho são causas e consequências das péssimas escolhas dos últimos anos e que nos levaram à crise atual.

SEI – COMO O SENHOR ENXERGA O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA PÓS PANDEMIA?

ACL – Os desafios que se apresentam para o futuro, portanto, envolvem não apenas a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, mas a definição e implementação de políticas de competitividade (políticas: industrial, comercial e de inovação) nos moldes das melhores práticas internacionais e locais. Seria equivocado apostar que apenas as “forças do mercado” e a “fé” na abertura comercial poderiam por si só nos recolocar no caminho do desenvolvimento. Não foi assim nas melhores experiências internacionais conhecidas.

Os pressupostos da chamada Indústria 4.0 esta a nos exigir estratégias ousadas, mas, igualmente, seria um equívoco desconsiderar a experiência da indústria tradicional e resiliente no Brasil. Isso não vai se dar somente pelas “forças do mercado”. Uma boa estratégia pressupõe o diagnóstico adequado. Do contrário, avaliações equivocados nos levarão, inexoravelmente, a falsas soluções.



INDÚSTRIA DE BEBIDAS NA BAHIA: DESEMPENHO E PERSPECTIVAS¹

Carla do Nascimento
Mestre em Economia, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada
em Ciências Econômicas,
pela Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI).
carlajanira@sei.ba.gov.br

A **TRADICIONAL** indústria de bebidas apresentou um importante papel para a economia brasileira, principalmente no início do processo de industrialização do país, quando o processo de substituição de importações, juntamente com as tecnologias incorporadas que permitiam a fabricação de bebidas em escala industrial, firmaram as bases capitalistas do setor antes mesmo da revolução de 1930. Porém, foi a partir do Plano Real, na década de 1990, que o setor foi fortemente impactado com as reformas econômicas e os avanços socioeconômicos e, posteriormente, alavancado pelos investimentos estrangeiros, o que culminou em aumento da produtividade.

O processo de abertura da economia brasileira na década de 1990 trouxe transformações para o setor de bebidas, pois houve uma reinserção da economia brasileira no comércio mundial e configurou-se um novo horizonte para o crescimento interno instaurado pela estabilização monetária.

¹ A autora agradece a Luiz Mário Ribeiro Vieira e Pedro Marques de Santana pelos comentários de muita valia. Todos os eventuais erros, naturalmente, continuam sendo inteiramente de nossa responsabilidade.



O setor de bebidas tornou-se competitivo tanto por conta do aumento da renda disponível da população que demanda produtos mais diversificados e mais sofisticados como pela entrada de novas empresas no mercado

O processo de fusões e/ou aquisições no setor de bebidas através de investimentos diretos estrangeiros visava a expandir a capacidade de produção/vendas das empresas e pular etapas na conquista de novos mercados (RODRIGUES, 1999).

O setor de bebidas tornou-se competitivo tanto por conta do aumento da renda disponível da população que demanda produtos mais diversificados e mais sofisticados como pela entrada de novas empresas no mercado, principalmente estrangeiras, que trouxeram inovações para o mercado de bebidas.

A rápida recuperação da demanda, que aconteceu com o efeito renda produzido pela estabilização monetária e restabelecimento de mecanismos de crédito ao consumidor, alterou as dimensões do mercado para bens de consumo (RODRIGUES, 1999).

Entre os fatores que permitiram evidenciar um mercado consumidor promissor destacam-se a baixa diversificação quando comparada com os padrões internacionais; a elevada elasticidade-renda da demanda por produtos, dada a elevada concentração de renda no país, e o grande potencial do crescimento da demanda e da oferta por meio da elevação da produtividade (RODRIGUES, 1999). Esses fatores foram determinantes para o processo produtivo liderado por grandes empresas nacionais e multinacionais do ramo de bebidas e seguido por empresas de pequeno e médio portes.

“Devido à globalização várias empresas estrangeiras se instalaram no Brasil ou se fundiram com empresas nacionais, tornando a concorrência interna ainda mais acirrada e tornando o mercado de bebidas mais competitivo” (GREGORINI, 2006, p. 36-37).

Os investimentos estrangeiros em fusões e aquisições eram direcionados à diversificação das linhas de produtos, à reorganização das estruturas e/ou unidades de produção e à distribuição e canais de comercialização. Muito pouco era investido em ampliação da capacidade instalada.

Esse ambiente competitivo exigiu das empresas mudanças culturais, organizacionais e estratégicas com foco nos resultados e na maior rentabilidade. Nesse mercado competitivo, a diferenciação era determinada pela forma de embalagens que reduziam o valor do produto final; pela maior eficiência das empresas em distribuir os produtos e aumentar a oferta e pela maior presença de centros de consumo (shopping centers, cinemas, bares, festivais etc.) (GREGORINI, 2006).

O marcante do setor de bebidas é sua forte dependência do crescimento da renda da população, uma vez que o fator preço ainda é o principal determinante do consumo nesse mercado. Assim, mesmo que as empresas invistam em qualidade e fixação de marca, a competição é baseada no preço do produto final ao consumidor (GREGORINI, 2006, p. 38).

Mesmo com a forte recessão da economia brasileira entre 2014 e 2016, o setor de bebidas manteve-se em situação confortável, sem grandes retrocessos, chegando mesmo a obter forte crescimento em 2019

No período mais recente, a partir dos anos 2000, os avanços econômicos e sociais obtidos no Brasil com a redução da pobreza fizeram com que essa indústria se mantivesse crescendo e alcançasse um novo patamar. Verifica-se que o valor da transformação da indústria de bebidas no país aumenta sua fatia em relação ao total da indústria de transformação entre 2010 e 2017, passando de 3,7% para 3,9% no período (PRODUÇÃO INDUSTRIAL ANUAL - EMPRESA, 2017).

Mesmo com a forte recessão da economia brasileira entre 2014 e 2016, que afetou gravemente o nível de emprego e de renda, o setor de bebidas manteve-se em situação confortável, sem grandes retrocessos, chegando mesmo a obter forte crescimento em 2019, tanto no país como para a Bahia, respectivamente, com taxas de 4,0% e 15,0%.

Os investimentos direcionados ao Nordeste, e especialmente para a Bahia, estiveram pautados em diversos fatores: surgimento de um polo regional consumidor no mercado regional marcado pelo aumento da população e da renda; investimentos externos; guerra fiscal; surgimento de áreas dotadas de infraestrutura de transporte; baixo custo de mão de obra e disponibilidade de matéria-prima.

Este estudo apresenta informações sobre a indústria de bebidas. O objetivo é que se possa ter um panorama recente do setor na Bahia, incluindo sua caracterização, desempenho recente e perspectivas, bem como discutir tendências futuras para o setor e seus produtos. O estudo foi elaborado utilizando-se dados secundários de pesquisas do IBGE, Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio e Ministério da Agricultura.

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR

A indústria de bebidas tem como característica a produção de bens homogêneos destinada ao consumo interno. Como o processo de fabricação exige pouca capacitação tecnológica, a necessidade de investimento em pesquisa não é empecilho para o surgimento de novas empresas. As inovações e técnicas de comercialização são fatores importantes e determinantes para

Nos últimos anos, observou-se um crescimento contínuo na produção de águas minerais em decorrência da grande preocupação com a saúde e do incentivo ao consumo de produtos naturais

o produto ter competitividade no mercado. O processo produtivo dessa indústria envolve a fabricação do produto básico, o engarrafamento e a distribuição, além do fornecimento de matéria-prima e embalagens. Como o Brasil está em uma localização estratégica e possui grandes reservas de matéria-prima, passou a ser referência estratégica para grandes empresas (CERVIERI JÚNIOR, 2014).

O setor de bebidas é competitivo na economia brasileira e possui diversas categorias de produtos: Águas envasadas: Comum, Potável, Mineral e Mineralizada; Bebidas não alcoólicas: Refrigerantes, Sucos, Energéticos, Isotônicos e Outros, e Bebidas alcoólicas: Vinhos, Cervejas e Destiladas (Vodca, Cachaça, Uísque, entre outras) de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas.

Nos últimos anos, observou-se um crescimento contínuo na produção de águas minerais em decorrência da grande preocupação com a saúde e do incentivo ao consumo de produtos naturais. A industrialização da água mineral é um processo simples, normalmente, são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas, que possuam composições químicas ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa. Após a captação, a água mineral é armazenada em reservatórios e, destes, enviada para as linhas de envasamento.

A fabricação dos refrigerantes é relativamente mais simples, consistindo basicamente na mistura de quatro ingredientes: água, açúcar, gás carbônico e xarope. Nos refrigerantes de baixas calorias (diet, zero etc.), o açúcar é substituído por edulcorantes, sendo os mais empregados a sacarina e o ciclamato. O dióxido de carbono é um gás industrial que confere a sensação de frescor característica dos refrigerantes. O xarope, por sua vez, consiste em extratos concentrados que dão o sabor e a coloração da bebida. Todos esses ingredientes são adquiridos no mercado interno (CERVIERI JÚNIOR, 2017). No Nordeste o principal produto comercializado é o refrigerante, principalmente o de sabor guaraná, seguido das águas envasadas.

A cerveja é produzida a partir do malte, produto resultante da germinação parcial dos grãos da cevada. A produção de malte brasileiro atende a cerca de um terço da demanda interna das cervejarias. Os grandes volumes são provenientes do Uruguai e da Argentina, embora a produção das chamadas cervejas *gourmet* e cervejas artesanais utilize maltes específicos provenientes, em sua maioria, de países da Europa. O processo de produção da cerveja baseia-se exclusivamente em fenômenos naturais como cozimento, fermentação, maturação e filtragem.

O setor deve seu peso econômico à atuação de grandes companhias que produzem em larga escala, competem via marca e sustentam as margens de lucro por meio de ganhos de produtividade. Contudo, como tendência a ser destacada, há um crescente segmento no qual predominam empresas pequenas e médias que enfatizam a diferenciação como forma de competição, oferecendo produtos *premium* destinados ao público da classe de consumo A.

O setor é constituído pelo regime de oligopólio, onde se concentra em quatro grandes empresas que influenciam diretamente nos preços e na economia do país. Há três grandes empresas que, juntas, têm cerca de 100% desse mercado, a principal delas é a Ambev, com 62,3% de participação, seguida por Heineken, com 19,9%, e da Cervejaria Petrópolis, com 14,0%. Em 2018 foram vendidos 13 bilhões de litros de cerveja no país (PORTAL R7, 2019).

Segundo o Ministério da Agricultura, em 2018 havia no Brasil 889 unidades produtoras de cerveja com grande variedade de produtos. Ainda segundo o ministério, a cada dois dias é aberta uma nova cervejaria no país, indicando a rápida evolução do setor e o crescente número de produtoras de cerveja artesanal. Dos 5.570 municípios brasileiros, 479 já possuem pelo menos uma cervejaria registrada (BRASIL, 2019b). As cervejas artesanais constituem um pequeno segmento de mercado e se caracterizam, principalmente, pela produção de pequenas quantidades de cerveja, desenvolvidas com ingredientes especiais, maior quantidade de malte por hectolitro e em micro indústrias de origem familiar. Estas cervejas são conhecidas como cervejas *premium* ou cervejas especiais (SEBRAE, 2019). Esse crescimento tem sido impulsionado pelos consumidores e por pequenos produtores. As grandes cervejarias também aderiram às cervejas *premium*, ao seu portfólio de produtos, atraídas pelas maiores margens de lucratividade.

Historicamente, a produção de cerveja tardou a ser aceita na Bahia, segundo Cadena (2019, p. 1), “[...] se bebiam vinhos e aguardente e os mais pobres a popular gengibirra, fabricada na base de gengibre, farinha de milho, limão e água”. A primeira cerveja produzida na Bahia foi por “iniciativa de um boticário, Agostinho Dias Lima, morador de Itapagipe, que em 1835 fundou em Monte Serrat uma fábrica artesanal de cerveja”. A fábrica durou pouco, mas, ainda em “Itapagipe, surgiu a segunda fábrica de cerveja de Salvador, propriedade de Colatino Marques de Souza”, localizada no Porto do Bonfim. No entanto, foi só entre 1875 e 1876 que surgiu a primeira fábrica de cerveja baiana de porte e prestígio, denominada Fábrica de Cerveja São Salvador, localizada na Ladeira do Baluarte 27, próxima de Água de Meninos. E, anos depois, em 1881, foi inaugurada, na Rua do Arsenal da Guerra, próxima de Água de Meninos, a Fábrica de Cerveja Cruz Vermelha, pertencente a

Segundo o ministério,
a cada dois dias é
aberta uma nova
cervejaria no país,
indicando a rápida
evolução do setor e
o crescente número
de produtoras de
cerveja artesanal.
Dos 5.570 municípios
brasileiros, 479 já
possuem pelo menos
uma cervejaria
registrada

Os vinhos e destilados têm raízes culturais na produção brasileira e baiana. A produção de vinho no sertão nordestino começou nos anos 1960 a partir de projetos experimentais nas cidades de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia

Antônio Theodoro Coelho. Mais tarde, entre 1888 e 1889, surge na Rua do Rosário, em Itapagipe, a Fábrica de Cerveja Águia Americana. Pela mesma época é instalada na Rua Carlos Gomes, 71, a Fábrica de Cerveja São Jorge, propriedade de C. Thyrsó & Cia (CADENA, 2019).

Não menos importantes, os vinhos e destilados têm raízes culturais na produção brasileira e baiana. A produção de vinho no sertão nordestino começou nos anos 1960 a partir de projetos experimentais nas cidades de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia (LEÃO, 2010). Na preparação de vinhos e derivados de uva, o Vale do São Francisco é uma região de potencial para produção de uvas, onde os municípios de Casa Nova, Juazeiro e Curaçá são os principais produtores da fruta no estado.

A vitivinicultura no Vale do São Francisco (concentrada em Pernambuco e Bahia) alcançou a segunda posição de maior destino produtor de vinhos finos do país, estando atrás apenas do Vale de Vinhedos (RS). As condições climáticas e do solo da região, associadas à tecnologia da irrigação, permitem que a região tenha uma produção de até duas vezes por ano.

O grupo Miolo (Miolo Wine Group) se instalou na região do Vale do São Francisco em 2001, ao adquirir uma vinícola já existente há mais de 20 anos. Por conta do solo e do clima, na vinícola são colhidas duas safras anuais e os vinhedos são irrigados pelo sistema de gotejamento, com as águas do Rio São Francisco. Ela produz, por ano, dois milhões de litros de vinhos e espumantes (VINÍCOLAS..., 2019a). O projeto Terranova, da Miolo, desenvolve a produção de vinhos finos e espumantes numa região tropical. A empresa encontrou as variedades que melhor se adaptam ao clima da região e após quase duas décadas de estudos e experiências obteve-se ótimas potencialidades, como é o caso do Moscatel Espumante e os vinhos da variedade Syrah, por exemplo, onde encontraram no Vale do São Francisco seu melhor Terroir (mais horas de sol e noites mais frias). A partir de 2008, a empresa resolveu investir no enoturismo e a fazenda Ouro Verde vem recebendo turistas de várias regiões do Brasil e do mundo.

A Vinícola Terranova faz parte do roteiro enoturístico Vapor do Vinho, um *tour* pelo rio São Francisco que parte de Juazeiro e explora as belezas da região. O Vapor do Vinho é um projeto que nasceu de uma parceria da Bahiatursa e da Vinícola Terranova.

Em Curaçá, a vinícola Vinum Sancti Benedictus (VSB), fundada em 2015, iniciou a comercialização dos vinhos em 2018. O cultivo do vinhedo é artesanal, com número reduzido de ramos e cachos por planta, além da seleção

das uvas, onde a colheita é realizada à noite, com o intuito de manter os nutrientes que se desenvolvem na casca (VINÍCOLAS..., 2019b).

Na categoria destilados destaca-se, no estado, a produção de cachaça. A cachaça (feita de cana-de-açúcar) é uma bebida culturalmente brasileira. Apesar de ser reconhecida como um produto genuinamente brasileiro, não é considerada patrimônio nacional histórico, cultural e imaterial. A cachaça artesanal é obtida dos alambiques e é produzida em pequenos volumes. Na maioria das vezes está próxima da plantação de cana-de-açúcar. Já a cachaça industrial é obtida a partir de equipamentos destinados à produção do álcool. A produção é feita com grandes volumes de caldo de cana que, depois de fermentados, são destilados.

Segundo estudo do Sebrae (2016), na Bahia há grande número de produtores, isso porque, no estado, a produção é somente de cachaça de alambique, de pequenos produtores, não havendo cachaça industrial ou de coluna nem grandes produtores de cachaça de alambique. A produção baiana de cachaça está principalmente concentrada nas regiões da Chapada Diamantina, Oeste, Extremo Sul e Recôncavo.

A cachaça, aguardente de cana-de-açúcar brasileira, foi por muito tempo considerada “bebida de negro”, principalmente devido à sua origem nos engenhos de açúcar do período colonial, em que era consumida largamente pela população escravizada. Aos poucos a bebida saiu da senzala, dos engenhos, das usinas, das fazendas e adentrou por ambientes da classe média e da elite brasileira, tornando-se importante produto industrial e comercial do país. Em decorrência da sua grande popularidade, a cachaça foi ganhando espaços e o vinho português começou a sentir as consequências da preferência pela aguardente de cana-de-açúcar brasileira.

A apreciação da cachaça é utilizada pela atividade turística, pois permite o conhecimento histórico e cultural de determinada região. A experiência permite a degustação da bebida em ambientes relacionados ao setor ou espaços temáticos como antigos engenhos de cana-de-açúcar.

De acordo com o Ministério da Agricultura (BRASIL, 2019a), em 2018, havia 951 produtores de cachaça no Brasil. Desse total, com 30 produtores, a Bahia ocupa a 8ª posição, sendo 106 registros de produtos como cachaça.

De acordo com o Ministério da Agricultura em 2018, havia 951 produtores de cachaça no Brasil. Desse total, com 30 produtores, a Bahia ocupa a 8ª posição, sendo 106 registros de produtos como cachaça

PERFIL DA INDÚSTRIA BAIANA DE BEBIDAS

O setor industrial de bebidas, na Bahia, de acordo com o Cadastro Central de Empresas (2017), é composto por 140 unidades de produção de empresas de pequeno, médio e grande portes, produtoras tanto de bebidas alcoólicas, como cervejas, vinhos e destilados, como de bebidas não alcoólicas, como águas, refrigerantes, entre outras. Destaca-se o setor de cervejas e refrigerantes, no qual o estado já possui instalada fábrica da Ambev, localizada em Camaçari, responsável por marcas como Skol, Brahma, Antarctica, Budweiser e Stella Artois e atuando em 18 países; Grupo Petrópolis, instalado na cidade de Alagoinhas, que fabrica marcas como Itaipava e Crystal, e Heineken, em Alagoinhas, que produz as marcas Bavaria, Devassa, Glacial, Kaiser, Schin, No Grau e Eisenbahn.

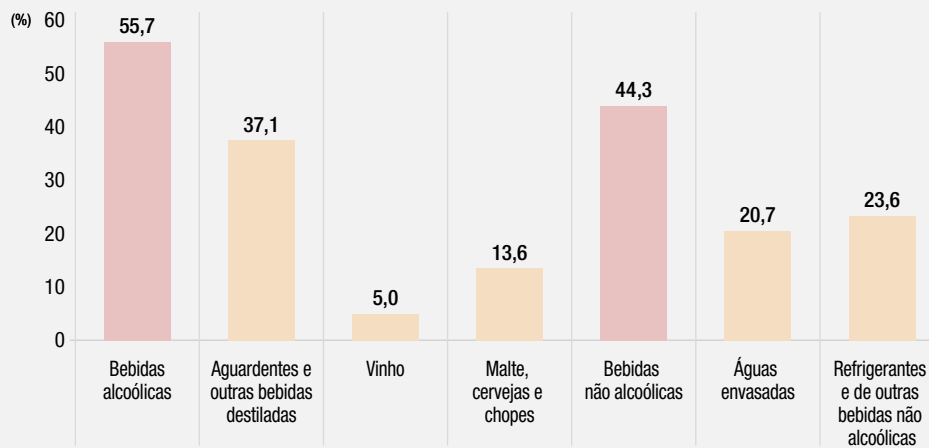
As cervejarias são também responsáveis por importantes marcas de refrigerantes: Ambev, com as marcas Antarctica e Pepsi, e a Heineken, com os refrigerantes Skinka, Itubaína (Original e Retrô), refrigerantes Viva Schin, Schin Tônica e a água mineral Viva Schin. E a representante da marca Coca-Cola no Brasil, a Solar Brasil, possui duas unidades na Bahia, em Simões Filho e Vitória da Conquista.

É importante ressaltar o grande número de unidades de cervejarias artesanais no estado, cerca de 45 microindústrias, localizadas principalmente no município de Lauro de Freitas, que é considerado polo de produção no estado. O portal Cerveja na Bahia (2019) mostra como é diversificado o mercado de cervejas artesanais na Bahia, envolvendo eventos e gastronomia, e atende a consumidores que buscam bebidas diferenciadas.

A produção de água mineral é realizada em oito municípios destacando-se Dias d'Ávila e Alagoinhas, num total de 15 empresas, considerando-se entre as maiores, Água Mineral Dias D'Ávila S/A e Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda, de acordo com o Cadastro do Produtor Mineral da Bahia (BAHIA, 2018).

Em termos de número de unidades locais na Bahia, as bebidas alcoólicas têm 55,7% das unidades, sendo 37,1% unidades produtoras de Aguardentes, 13,6% produtoras de Malte, cervejas e chopes e apenas 5,0% destinadas à produção de vinho. Por sua vez, das 44,3% de unidades de Bebidas não alcoólicas, 23,6% são produtoras de Refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas, enquanto 20,7% produzem Águas envasadas (Gráfico 1).

Gráfico 1
Indústria de bebidas – Participação de unidades locais (%) – Bahia – 2017



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2017).

A análise de porte das empresas da indústria de bebidas considera quatro faixas de pessoal ocupado total: 0 a 9 pessoas, 10 a 49 pessoas, 50 a 249 pessoas e 250 pessoas ou mais. Em 2017, conforme as informações da Tabela 1, do total de empresas do setor no estado, 70,7% tinham até 9 pessoas ocupadas; 11,4%, de 10 a 49 pessoas; 12,9%, de 50 a 249 pessoas e 5,0%, 250 pessoas ou mais.

Tabela 1
Indústria de Bebidas – Número de unidades locais por faixa de pessoal ocupado – Bahia – 2017

Faixa de pessoal ocupado	Bebidas	%	Bebidas alcoólicas	%	Bebidas não alcoólicas	%
0 a 9	99	70,7	64	82,1	35	56,5
10 a 49	16	11,4	7	9,0	9	14,5
50 a 249	18	12,9	4	5,1	14	22,6
250 ou mais	7	5,0	3	3,8	4	6,5
Total	140	100,0	78	100,0	62	100,0

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2017).

Considerando-se as indústrias produtoras de bebidas alcoólicas, 82,1% possuíam até 9 pessoas ocupadas. Destaca-se aqui a característica do estado na produção de destilados em empresas de caráter familiar e pequenas cervejarias. Por sua vez, as grandes empresas produtoras de bebidas alcoólicas representavam apenas 3,8%, que são as grandes cervejarias, conseqüentemente, grandes empregadoras.

Na produção de bebidas não alcoólicas, 56,5% são caracterizadas como microempresas enquanto apenas 6,5% são grandes empresas, representadas

A tradição cultural também contribui para a localização da produção: produtores de aguardente estão localizados em regiões que produziam cana-de-açúcar, assim como produtores de vinho estão próximos das regiões produtoras de uva

pelas grandes marcas de refrigerantes e águas minerais. Nesta categoria observa-se que 37,1% das unidades são pequenas e médias empresas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO

A principal matéria prima para a indústria de bebidas é a água. Considerando-se que as fontes de água estão bem distribuídas em todo o território nacional e que as unidades industriais estão localizadas próximas aos mercados consumidores, então essa indústria encontra-se distribuída por todo território nacional, o que favorece para reduzir os custos logísticos. Por sua vez, a localização desse setor contribui para dinamização de regiões pouco industrializadas, uma vez que a produção de bebidas demanda fornecimento de insumos, armazenagem, entre outras atividades da cadeia produtiva.

O emprego no setor está bem distribuído por vários municípios do país, o que revela a importância da indústria de bebidas como geradora de postos de trabalho em áreas periféricas do país. No caso de um país de grande extensão territorial como o Brasil, o sistema de distribuição dos produtos representa um fator de competitividade crucial para as grandes empresas.

O modelo de distribuição usual consiste em centros próprios de distribuição direta que atendem a importantes clientes nas grandes regiões urbanas, e contratos com empresas terceirizadas, que dão capilaridade ao sistema. Já os pequenos fabricantes regionais, principalmente do segmento de refrigerantes (tubáinas), concentram suas vendas em supermercados próximos a suas unidades industriais (CERVIERI JÚNIOR, 2019, p. 74).

Como o processo de fabricação não é muito complexo, as pequenas empresas passam a comercializar seus produtos em regiões menos exploradas, conquistando parcelas do mercado próximas de sua localização, especialmente em bares das periferias. Esse movimento é observado principalmente pelos produtores de cervejas artesanais. Quando a grande empresa percebe que em determinados lugares periféricos existe um domínio muito grande pelas pequenas empresas, elas chegam, as compram e passam a dominar também esse espaço.

A tradição cultural também contribui para a localização da produção: produtores de aguardente estão localizados em regiões que produziam cana-de-açúcar, assim como produtores de vinho estão próximos das regiões produtoras de uva.

Sendo assim, a produção de bebidas está espalhada por todos os Territórios da Identidade baianos, com maior concentração no metropolitano de Salvador (36 unidades), Chapada Diamantina (16), Portal do Sertão (9) e Recôncavo (9). No território metropolitano de Salvador verifica-se um maior número de empresas fabricantes de águas envasadas (21 unidades), cervejas (8) e refrigerantes (7). Neste território o destaque fica para o município de Dias d'Ávila. Na Chapada Diamantina destaca-se a tradição da região na produção de destilados, em especial, cachaças e aguardentes. No Portal do Sertão tem-se, principalmente, a produção de refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas. Enquanto no Recôncavo encontra-se uma maior produção de cachaças e aguardentes.

Tabela 2
Indústria de Bebidas – Número de unidades de produção por Território de Identidade – Bahia – 2017

Território de Identidade	Atividades Econômicas							
	Bebidas	Bebidas alcoólicas	Aguardentes e outras bebidas destiladas	Vinho	Malte, cervejas e chopes	Bebidas não-alcoólicas não alcoólicas	Águas envasadas	Refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas
Bahia	140	78	52	7	19	62	29	33
Bacia do Jacuípe	1	0	0	0	0	1	0	1
Bacia do Paramirim	1	1	1	0	0	0	0	0
Bacia do Rio Corrente	1	1	1	0	0	0	0	0
Bacia do Rio Grande	5	4	3	0	1	1	0	1
Baixo Sul	3	1	1	0	0	2	0	2
Chapada Diamantina	16	16	14	1	1	0	0	0
Costa do Descobrimento	8	4	3	0	1	4	3	1
Extremo Sul	5	3	3	0	0	2	2	0
Irecê	1	0	0	0	0	1	1	0
Itaparica	-	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano	5	4	1	1	2	1	0	1
Litoral Sul	8	2	1	1	0	6	1	5
Médio Rio de Contas	2	0	0	0	0	2	0	2
Médio Sudoeste da Bahia	2	2	2	0	0	0	0	0
Metropolitano de Salvador	36	15	6	1	8	21	14	7
Piemonte da Diamantina	2	2	0	1	1	0	0	0
Piemonte do Paraguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru	2	1	0	1	0	1	0	1
Portal do Sertão	9	2	1	0	1	7	1	6
Recôncavo	9	7	7	0	0	2	2	0
Semiárido Nordeste II	-	-	-	-	-	-	-	-
Sertão do São Francisco	3	1	0	1	0	2	1	1
Sertão Produtivo	8	6	4	0	2	2	1	1
Sisal	1	1	0	0	1	0	0	0
Sudoeste Baiano	7	4	3	0	1	3	1	2
Vale do Jiquiriçá	0	0	0	0	0	0	0	0
Velho Chico	4	1	1	0	0	3	1	2

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2017).

A Tabela 3 ilustra os 64 dentre os 417 municípios baianos que apresentaram em 2017 ao menos uma empresa fabricante de bebidas.

Tabela 3
Indústria de bebidas – Número de unidades de produção por municípios – Bahia – 2017

(Continua)

Municípios	Atividades Econômicas							
	Bebidas	Bebidas alcoólicas	Aguardentes e outras bebidas destiladas	Vinho	Malte, cervejas e chopes	Bebidas não alcoólicas	Águas envasadas	Refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas
Bahia	140	78	52	7	19	62	29	33
Abaíra	4	4	4	-	-	-	-	-
Alagoinhas	5	4	1	1	2	1	-	1
Anagé	1	-	-	-	-	1	1	-
Barra do Choça	2	2	1	-	1	-	-	-
Barreiras	1	-	-	-	-	1	-	1
Cabaceiras do Paraguaçu	1	-	-	-	-	1	1	-
Cachoeira	1	1	1	-	-	-	-	-
Caculé	2	1	1	-	-	1	1	-
Caetité	3	3	2	-	1	-	-	-
Camaçari	4	2	-	-	2	2	2	-
Camamu	1	-	-	-	-	1	-	1
Campo Formoso	1	-	-	-	-	1	-	1
Cândido Sales	1	-	-	-	-	1	-	1
Caravelas	1	1	1	-	-	-	-	-
Casa Nova	1	1	-	1	-	-	-	-
Cotegipe	2	2	2	-	-	-	-	-
Cristópolis	1	1	1	-	-	-	-	-
Cruz das Almas	1	-	-	-	-	1	1	-
Dias d'Ávila	13	2	1	-	1	11	10	1
Dom Macedo Costa	1	1	1	-	-	-	-	-
Feira de Santana	9	2	1	-	1	7	1	6
Firmino Alves	1	1	1	-	-	-	-	-
Guanambi	2	1	-	-	1	1	-	1
Ibicoara	2	2	2	-	-	-	-	-
Ibotirama	1	-	-	-	-	1	1	-
Ilhéus	4	1	1	-	-	3	1	2
Ipiaú	2	-	-	-	-	2	-	2
Ipirá	1	-	-	-	-	1	-	1
Irecê	1	-	-	-	-	1	1	-
Itabuna	1	-	-	-	-	1	-	1
Itajuípe	1	-	-	-	-	1	-	1
Itororó	1	1	1	-	-	-	-	-
Jacobina	1	1	-	-	1	-	-	-
Jaguaripe	1	1	1	-	-	-	-	-
Juazeiro	2	-	-	-	-	2	1	1
Jussiapé	5	5	5	-	-	-	-	-
Lajedão	1	1	1	-	-	-	-	-
Lauro de Freitas	3	2	-	-	2	1	-	1
Lençóis	1	1	-	-	1	-	-	-
Licínio de Almeida	1	1	1	-	-	-	-	-
Luís Eduardo Magalhães	1	1	-	-	1	-	-	-
Mucuri	1	1	1	-	-	-	-	-
Muniz Ferreira	1	1	1	-	-	-	-	-
Nazaré	2	2	2	-	-	-	-	-
Paramirim	1	1	1	-	-	-	-	-
Paratinga	1	1	1	-	-	-	-	-
Piatã	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 3
Indústria de bebidas – Número de unidades de produção por municípios – Bahia – 2017

(Conclusão)

Municípios	Atividades Econômicas							
	Bebidas	Bebidas alcoólicas	Aguardentes e outras bebidas destiladas	Vinho	Malte, cervejas e chopes	Bebidas não alcoólicas	Águas envasadas	Refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas
Porto Seguro	8	4	3	-	1	4	3	1
Riacho de Santana	2	-	-	-	-	2	-	2
Rio de Contas	2	2	2	-	-	-	-	-
Salvador	10	6	4	-	2	4	1	3
Santa Luzia	1	-	-	-	-	1	-	1
Santana	1	1	1	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	1	1	1	-	-	-	-	-
São Felipe	1	1	1	-	-	-	-	-
São Sebastião do Passé	1	-	-	-	-	1	-	1
Seabra	1	1	-	1	-	-	-	-
Senhor do Bonfim	1	1	-	1	-	-	-	-
Serrinha	1	1	-	-	1	-	-	-
Serrolândia	1	1	-	1	-	-	-	-
Simões Filho	5	3	1	1	1	2	1	1
Taperoá	1	-	-	-	-	1	-	1
Teixeira de Freitas	2	-	-	-	-	2	2	-
Una	1	1	-	1	-	-	-	-
Urandi	1	1	1	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista	2	1	1	-	-	1	-	1

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2017).

DESEMPENHO RECENTE

PRODUÇÃO E VENDAS

A indústria de bebidas não tem grande participação no setor da indústria de transformação brasileira, sendo responsável por apenas 3,1% do valor bruto da produção da indústria de transformação em 2017 (PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL - EMPRESA, 2019).

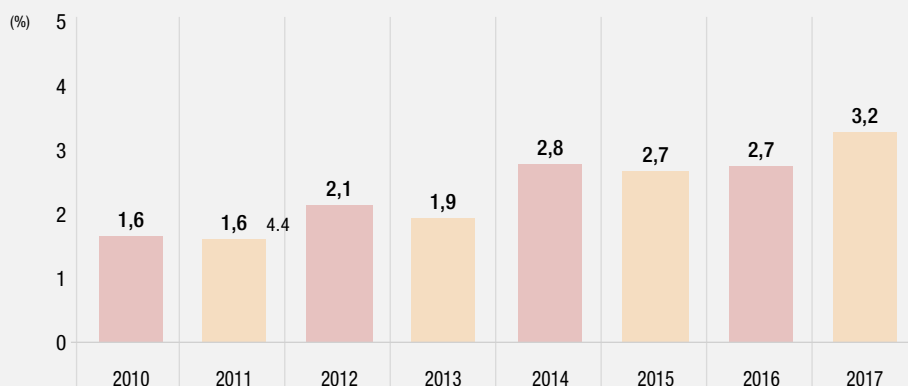
O mercado brasileiro registrou declínio de 17,1% no faturamento real do setor de bebidas em 2018, de acordo com Confederação Nacional da Indústria (2018), em decorrência da situação econômica desfavorável e da redução da renda disponível para grande parte da população. Os consumidores transferiram suas compras para marcas mais baratas em algumas categorias, além de reduzir a frequência das compras de determinados produtos, tanto em bares e restaurantes como em estabelecimentos do varejo.

Entretanto, recentemente, há aumento na demanda específica por alguns produtos, como cervejas *premium* ou especiais, principalmente no varejo, que continuamente realiza campanhas promocionais de modo a estimular as vendas de produtos de maior valor agregado. Esse movimento no mercado de bebidas tem retomado o aumento das taxas de crescimento de produção do setor, que, no Brasil, nos dois últimos anos, alcançou taxa média de 0,8% ao ano.

Na Bahia, a indústria de bebidas, também, não tem um peso importante na indústria de transformação, representando em torno de 3,2% do Valor de Transformação Industrial em 2017, ocupando a 8ª posição entre os setores produtivos do estado (PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL - EMPRESA, 2017). Entretanto, destaca-se o aumento da participação do setor na indústria ao longo dos últimos sete anos, pois, em 2010, esta era de apenas 1,6%, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2

Indústria de bebidas – Participação no valor da transformação industrial (%) – Bahia – 2010-2017



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2017).

Em 2017, a indústria de bebidas baiana registrou faturamento líquido total de R\$ 2,4 bilhões, cerca de 2,0% do faturamento líquido total da indústria de transformação, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2017). Ao longo dos últimos oito anos, essa receita manteve-se praticamente estável.

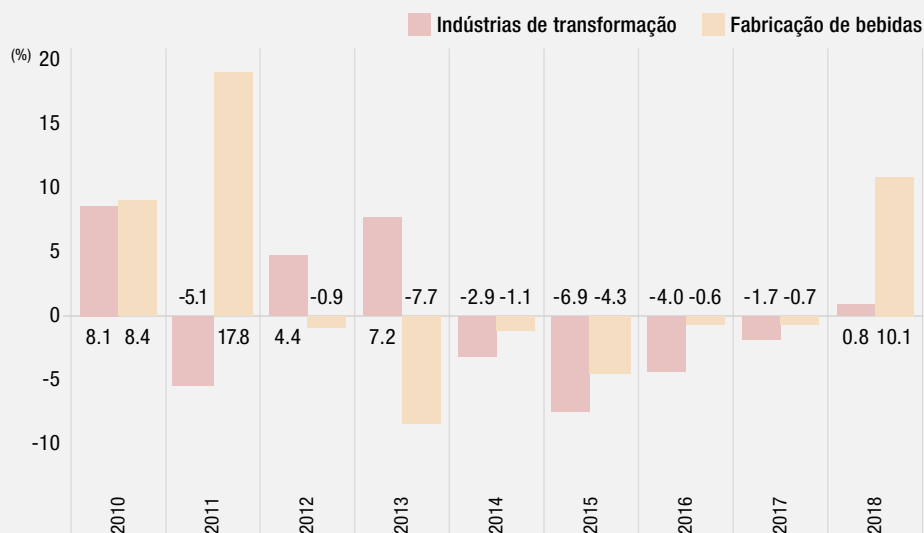
O crescimento da atividade no período recente reflete o aumento do consumo de bebidas (mesmo com a crise pós 2014) e a emergência de uma nova classe de consumo no país. As empresas do setor investiram em capacidade produtiva, obtiveram ganhos de produtividade e ampliaram a variedade de produtos ofertados. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal

(2019), a produção do setor cresceu em média mais do que a indústria de transformação baiana. Enquanto a indústria de transformação recuou 1,1% ao ano, entre 2010 e 2018, a indústria de bebidas cresceu 1,3% ao ano, acumulando, no período, crescimento de 10,8%.

O desempenho da produção de bebidas foi bastante irregular nesse período, com fortes oscilações, tendo-se mantido praticamente com taxas negativas de crescimento, como ilustrado no Gráfico 3. Com a produção dirigida basicamente ao mercado doméstico, esse segmento apresenta boas perspectivas em função da sua sazonalidade. Pois a proximidade do verão e das festas de fim de ano intensifica a produção de bebidas.

Gráfico 3

Indústria de bebidas – Taxa de crescimento da produção física da indústria de transformação e de bebidas (%) Bahia – 2010-2018

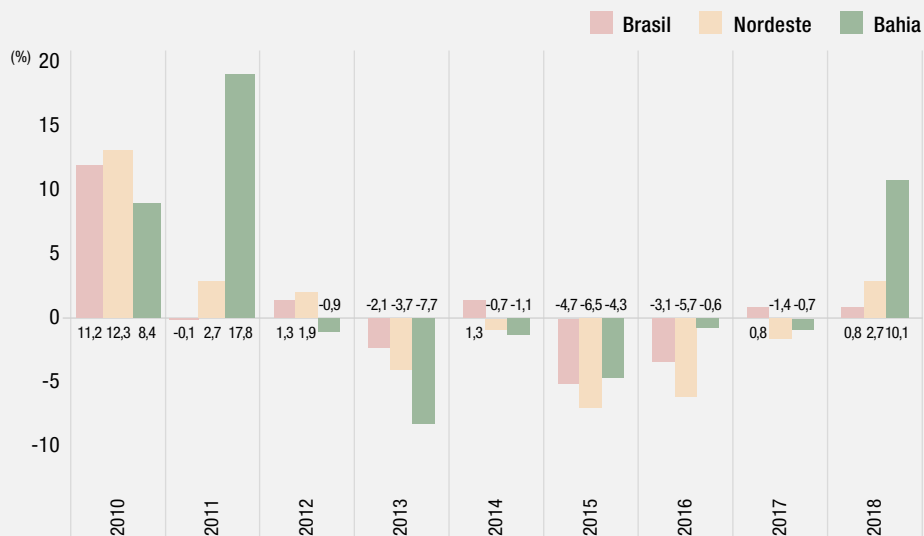


Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2019).

Comparando-se a produção do estado com a nacional e a nordestina, verificam-se trajetórias distintas de crescimentos (Gráfico 4), pois o Brasil e o Nordeste registraram queda no período de 2010 a 2018, com taxas acumuladas de -5,8% e -10,7%, respectivamente, enquanto a Bahia expandiu 10,8%.

Gráfico 4

Indústria de bebidas – Produção física da indústria de bebidas – Brasil, Nordeste e Bahia – 2010-2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2019).

Nesse período ocorreu a instalação e ampliação de unidades produtivas no estado da Bahia, que contribuíram para o crescimento do setor em relação ao país e a região nordestina. Em 2010, uma unidade da empresa Schincariol, que atualmente faz parte do grupo da Heineken, ampliou a capacidade produtiva no município de Alagoinhas. E, em 2013, também em Alagoinhas, foram instaladas duas unidades produtivas de bebidas, das empresas Itaipava e da peruana São Miguel.

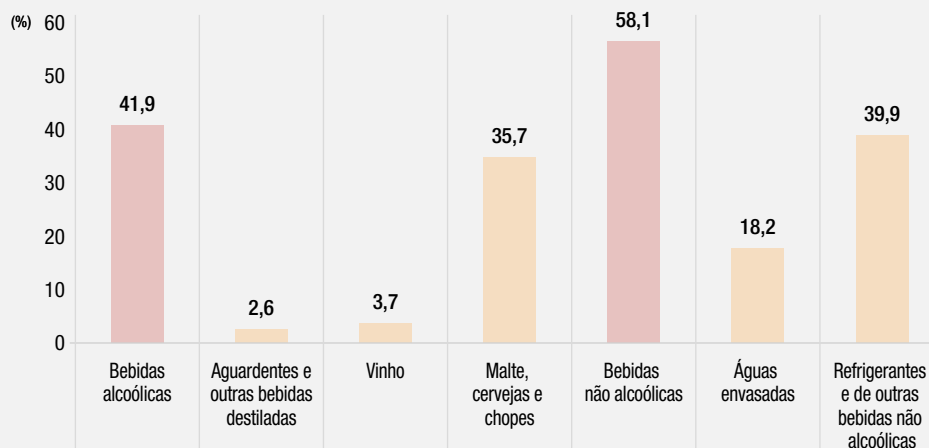
A produção da indústria de bebidas baiana é destinada principalmente ao consumo interno, com baixíssima penetração de importações e, consequentemente, a conjuntura internacional não tem reflexo direto na produção do setor. Porém, cabe ressaltar a evolução das exportações no período destacado. Percebe-se um crescimento acumulado de 204,2% nos valores exportados entre 2010 e 2018, quando o volume exportado passou de US\$ 136 milhões para US\$ 413 milhões. A média anual de crescimento das exportações de bebidas foi da ordem de 14,9% ao ano. As bebidas não alcoólicas (excluindo-se águas, sucos e cervejas sem álcool)² constituem o principal produto da pauta de exportações baianas do setor, sendo responsável por 53,0% do valor exportado no período. Outra parcela importante das exportações de bebidas, representando 37,0% do total, refere-se à categoria Rum e outras aguardentes, que são as cachaças produzidas no estado, que entre os anos de 2017 e 2018 registraram aumento de 28,6%.

Com relação aos principais parceiros do Brasil no comércio exterior de bebidas, destacam-se como países de destino Holanda, Reino Unido e Estados Unidos, para os quais são destinadas bebidas não alcoólicas e aguardentes.

EMPREGO

Por ser intensivo em capital, o setor de bebidas tende a ser menos expressivo no fator trabalho, tendo empregado, em 2017, apenas 3,0% dos ocupados na indústria baiana de transformação, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2017).

Gráfico 5
Indústria de bebidas – Percentual de pessoal ocupado total – Bahia – 2017

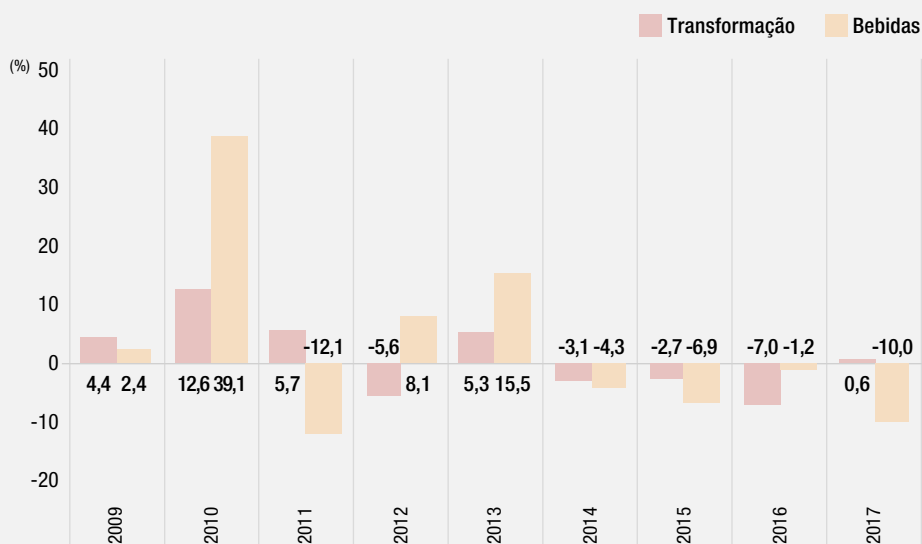


Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas (2017).

Na indústria de bebidas baiana, os números relativos ao emprego, ilustrados no Gráfico 5, indicam que 58,1% dos ocupados no setor estão na indústria de bebidas não alcoólicas enquanto 41,9%, na de bebidas alcoólicas. O segmento de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas tem participação dos ocupados de 39,9% e apenas 18,2% estão ocupados no segmento de águas envasadas. Por sua vez, malte, cervejas e chopes concentram 35,7% da ocupação, enquanto vinho tem 3,7% e aguardentes e outros destilados apenas 2,6%.

Gráfico 6

Indústria de bebidas – Total de ocupados na indústria de transformação e de bebidas – Taxa de crescimento anual (%) – Bahia – 2009-2017



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2017).

No período em análise, o setor de bebidas apresentou uma das maiores taxas de variação de ocupados entre os setores de atividade da indústria baiana. De acordo com a Pesquisa Industrial Anual - Empresa (2017), entre 2009 e 2017 a ocupação no setor cresceu 20,8%, passando de 5.053 para 6.104 ocupados no período, bem acima da taxa de crescimento da indústria de transformação, que registrou taxa de 4,3% no período. O Gráfico 6 indica dois pontos de forte crescimento de emprego ao longo do período para o setor: em 2010, quando a Schincariol, que atualmente faz parte do grupo da Heineken, ampliou a capacidade da fábrica no município de Alagoinhas, e em 2013, quando foram instaladas, também em Alagoinhas, duas unidades produtivas das empresas Itaipava e da peruana São Miguel. O Gráfico 6 evidencia as quedas intensas nos anos de 2011, 2014, 2015 e 2017, períodos de crise econômica no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a indústria brasileira estar imersa em uma grande crise, o setor de bebidas está em uma situação muito mais confortável em relação a outros segmentos, sem grandes retrocessos, chegando mesmo a obter crescimento em 2019.

Entretanto, em decorrência da crise pela qual passa a economia brasileira nos últimos quatro anos, o mercado de consumo de bebidas, especialmente as alcoólicas, apresentou queda no volume comercializado e rigidez nos preços. Além disso, também ocorreu aumento na carga tributária, principalmente para os destilados e a cachaça, com mudanças no IPI em 2015, que contribuíram para a redução nas vendas. A cachaça é um dos produtos mais tributados no Brasil, com 82% do preço de venda do produto resultante de tributos.

Por sua vez, o mercado de bebidas está mais otimista após alguns anos consecutivos de retração, quando atravessou vários desafios em decorrência dos novos hábitos dos consumidores e da situação econômica do país.

Os investimentos têm sido atrativos para o setor, como por exemplo: bares tematizados dentro de cervejarias, festivais e competições entre cervejeiros, novas embalagens e formas de envase, marketing esportivo, agilidade na distribuição e novas fórmulas de produtos, principalmente com menos açúcar, aplicativos de delivery, geladeiras em pontos de vendas e investimento em tecnologias.

As necessidades de investimentos estão relacionadas à fabricação de produtos que atenderão a nichos específicos de mercado e que estejam alinhadas aos novos investimentos e avanços das microcervejarias como, por exemplo, modernização de processos produtivos (racionalização de processos de consumo de insumos, tais como água e energia).

Neste sentido, o mercado de bebidas também está associado à gastronomia e ao turismo. Pois alguns roteiros turísticos incluem a degustação de bebidas, como vinhos, cervejas e cachaças. Na Bahia, por exemplo, a Secretaria de Turismo, iniciou a Rota dos Engenhos, que destina o turismo em propriedades de canaviais e alambiques em 18 municípios baianos da Chapada Diamantina. Outro empreendimento no estado, em conjunto com o estado de Pernambuco, é o Vapor do Vinho, no Vale do São Francisco, que busca dinamizar a produção de vinhos na região, especialmente nos municípios de Casa Nova e Juazeiro.

Os produtores de cervejas têm aumentado os esforços no fortalecimento dos canais de distribuição, como lojas on-line e de conveniência que contribuem para o crescimento do mercado global. Com o notável crescimento do mercado cervejeiro no Brasil, o número de consumidores aumentou potencialmente. E, como comportamento normal de mercado, quando algo começa a ganhar muito destaque, as empresas estabelecidas e grandes empresas ficam de olho para investir em nichos promissores.

Entretanto, o aumento na demanda do consumidor por bebidas mais sofisticadas (novo padrão de consumo), principalmente nas classes de consumo A e B, abriu novas perspectivas para o setor. Por sua vez, acordos bilaterais entre o Brasil e outros grandes mercados consumidores podem impulsionar as exportações do setor (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS, 2019b).

Este novo padrão de consumo está direcionando sua demanda para segmentos de cervejas especiais e destilados. Ao direcionar a produção para mercados mais sofisticados as empresas nacionais podem também competir no mercado internacional.

É importante ressaltar que o setor de bebidas possui barreiras à entrada: alto grau de concorrência; aumento dos preços das matérias primas e rígidos requisitos para licenciamento de bebidas alcoólicas. Portanto, para melhor penetração nos mercados externos, é necessário entender as regras comerciais de cada país, trabalhar as marcas de acordo com as legislações locais e atender aos marcos regulatórios (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS, 2019b).

Neste sentido, cabe relatar o elevado número de bebidas não legalizadas, que causam impactos negativos no setor. O elevado número de bebidas ilegais traz prejuízos à exportação dos produtos legalizados. Com o mercado ilegal de bebidas alcoólicas, o Brasil deixou de arrecadar R\$ 10 bilhões em impostos no ano de 2017 (LIMA, 2019). O setor da cachaça foi e continua sendo o que mais sofre com o comércio clandestino, além da questão sanitária, pois os produtos clandestinos não têm fiscalização e podem ser prejudiciais à saúde.

O fortalecimento e a sofisticação do mercado interno são decisivos para que a indústria nacional e regional ganhe força no mercado internacional. A cachaça, as cervejas especiais, os espumantes e os destilados têm espaço para o crescimento das exportações. E o aumento da qualidade dos produtos reforça a identidade brasileira e vendem melhor os produtos nacionais, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Para tanto, é necessário que a queda do desemprego e a retomada da economia proporcionem uma nova dinâmica ao mercado interno. Somados à consolidação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que irá impulsionar as exportações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS. Em busca de uma nova identidade. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/abrabe/noticia/2019/11/07/em-busca-de-uma-nova-identidade.ghhtml>. Acesso em: 18 dez. 2019a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS. *Novo ciclo no setor de bebidas*. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/abrabe/noticia/2019/11/07/novo-ciclo-no-setor-de-bebidas.ghhtml>. Acesso em: 18 dez. 2019b.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. *Cadastro do produtor mineral da Bahia*. 4. ed. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2018. Acesso em: http://www.cbpm.ba.gov.br/arquivos/File/Setor_Mineral/Cadastro_Produtor_Mineral_Bahia_2018.pdf. Disponível em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. *A cachaça no Brasil: dados de registro de cachaças e aguardentes*. Brasília: MAPA, 2019a. Disponível em: <http://antigo.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/pasta-publicacoes-DIPOV/anuario-cachaca.pdf/view>. Acesso em: 20 dez. 2019a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Anuário da cerveja no Brasil 2018: crescimento e inovação*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/pasta-publicacoes-DIPOV/anuario-da-cerveja-no-brasil-2018/view>. Acesso em: 20 dez. 2019b.

CADASTRO CENTRAL DAS EMPRESAS 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/tabelas>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CADENA, N. *Memórias da Bahia: conheça a história das primeiras fábricas de cerveja na Bahia do século XIX*. *iBahia.com*, Salvador, 9 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ibahia.com/detalhe/noticia/conheca-a-historia-das-primeiras-fabricas-de-cerveja-na-bahia-do-seculo-xix/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CERVEJA NA BAHIA. *Portal*. Disponível em: <http://www.cervejanabahia.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CERVIERI JÚNIOR, O. *et al.* O setor de bebidas no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 40, 2014.

CERVIERI JÚNIOR, O. Panoramas setoriais 2030: bebidas. In: *BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2017. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14256/2/Panoramas%20Setoriais%202030%20-%20Bebidas_P.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Indicadores industriais*. [S. l: s. n], dez. 2018. Disponível em: <http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPesquisa=100> Acesso em: 18 dez. 2019.

GREGORINI, G. dos S. *Estratégia competitiva no mercado de bebidas: estudo de caso na Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, 2006.

LEÃO, P. C. do S. Breve histórico da vitivinicultura e a sua evolução na região semiárida brasileira. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica*, Recife, v. 7, p. 81-85, 2010.

LIMA, R. De sete mil produtores de cachaça na Bahia, somente 34 estão legalizados. *Bahia, ba*, Salvador, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://bahia.ba/economia/de-7-mil-produtores-de-cachaca-na-bahia-somente-34-estao-legalizados/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

OLIVEIRA, A. Conheça as cervejas artesanais mais desejadas nos bares de Salvador.

A Tarde, Salvador, 9 set. 2019. Muito. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/2090804-conheca-as-cervejas-artesanais-mais-desejadas-nos-bares-de-salvador>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL - EMPRESA. 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1849>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: 2019. IBGE. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PORTAL R7. Brasileiro bebe cerca de 65 litros de cerveja por ano, revela estimativa da CervBrasil. *Ndmais.com.br*, São Paulo, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/brasileiro-bebe-cerca-de-65-litros-de-cerveja-por-ano-revela-estimativa-da-cerv-brasil/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RIBEIRO, C. G. et al. *Uma caracterização da indústria brasileira de bebidas: evidências empíricas recentes (2010-2014)*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 74-91. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/enei2017/05.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RODRIGUES, R. I. *Empresas estrangeiras e fusões e aquisições: os casos dos ramos de autopeças e de alimentação/bebidas em meados dos anos 90*. Brasília: IPEA, jan. 1999. (Texto discussão, n. 622).

ROSA, S. E. S. da; COSENZA, J. P.; LEÃO, L. T. de S. *Panorama do setor de bebidas no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2304.pdf . Acesso em: 20 nov. 2019.

SEBRAE (BA). *Estudo de mercado para cachaça da Bahia*. Salvador: SEBRAE, 2016.

SEBRAE. *Microcervejarias*. [S. l.]: SEBRAE, [2019]. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8818d2954be64fcda8628defef1f70f8/\\$File/7503.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8818d2954be64fcda8628defef1f70f8/$File/7503.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

VINÍCOLAS de cidades da BA que integram o Vale do São Francisco se destacam na produção de vinhos e espumantes. *G1.Globo.com*, Salvador, 6 jul. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/avanca/noticia/2019/07/06/vinicolas-de-cidades-da-ba-que-integram-o-vale-do-sao-francisco-se-destacam-na-producao-de-vinhos-e-espumantes.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

VINÍCOLAS da Bahia que integram o Vale do São Francisco oferecem passeios e degustações. *G1.Globo.com*, Salvador, 6 jul. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/avanca/noticia/2019/07/06/vinicolas-da-bahia-que-integram-o-vale-do-sao-francisco-oferecem-passeios-e-degustacoes-conheca.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.



UMA ANÁLISE SOBRE O CRESCIMENTO DA CIDADE DE SALVADOR (BA) E OS REFLEXOS NA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Leonardo Silvério
G. de Santana

Graduado em Publicidade e
Propaganda, pela Faculdade
de Tecnologia e Ciências (FTC)
e mestrando do Programa
de Pós-graduação em
Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU), pela
Universidade Salvador (Unifacs).
l_silverio@hotmail.com

Márcia Maria Couto Mello

Doutora e mestre em
Arquitetura e Urbanismo, pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professora titular do
Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano
(PPDRU) da Universidade Salvador
(Unifacs). mellomarcia@uol.com.br

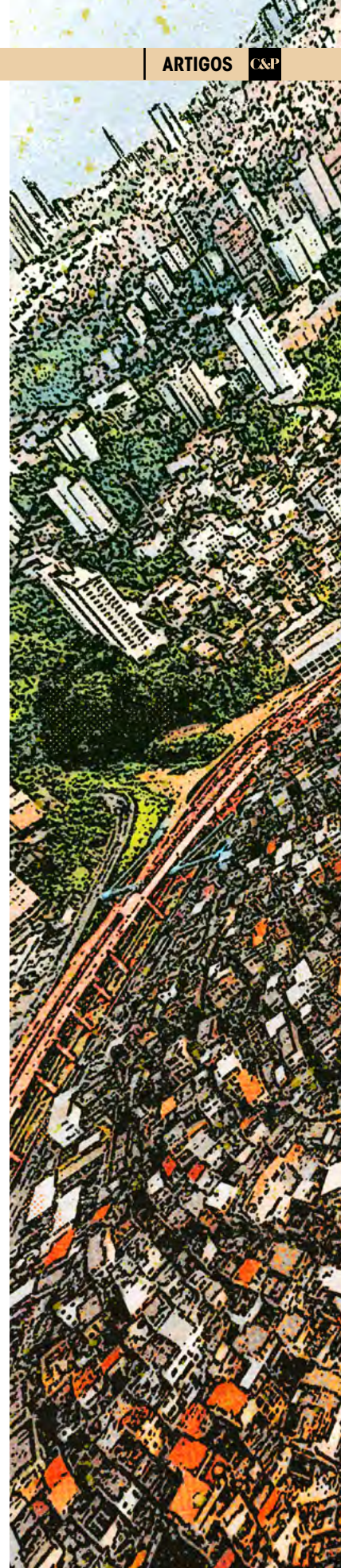
Marília Moreira Cavalcante

Doutora em Arquitetura e
Urbanismo, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA) e mestre
em Arquitetura e Urbanismo,
pela Universidade de Brasília
(UnB). Professora da Universidade
Salvador (Unifacs). marilia.
cavalcante@unifacs.br

Ana Licks Almeida Silva

Doutora em Saúde Coletiva
e mestre em Sociologia, pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professora titular do
Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano
(PPDRU) da Universidade Salvador
(Unifacs). ana.almeida@unifacs.br

A REVOLUÇÃO Industrial, do século XIX, transformou a produção de bens e o consumo no motor da sociedade capitalista, tendo a cidade como palco de suas realizações. O novo espaço urbano contemporâneo é moldado sob a pressão do capitalismo e suas vertentes econômicas, políticas e ideológicas, onde a questão da moradia torna-se fator primordial de distinção entre classes. Castells (1983) afirma que a grande massa de operários que compunham a classe social mais pobre buscava no meio urbano a oportunidade de vida, contudo, não tinha o poder político nem econômico para escolher ou exigir qualidade. Logo, acabavam sendo limitados aos guetos ou periferias.



Os grandes centros urbanos tornaram-se circundados por invasões, locais que detinham os solos mais baratos, áreas distantes do interesse do Estado e livre da especulação imobiliária, entretanto, com infraestrutura precária. Paralelo a isso, o movimento de realocação dos centros das cidades e, conseqüentemente, o abandono e deterioração das suas edificações físicas, possibilitaram a fixação de parte da classe trabalhadora de baixa renda no centro antigo das cidades, a exemplo dos cortiços. Inevitavelmente, este tecido urbano acalora as constantes lutas entre classes, ao mesmo tempo em que as preocupações higienistas com a salubridade, com a paisagem urbana e com o controle social tornam-se mais explícitos nas cidades.

Segundo Monte-Mór (2006), as grandes intervenções no espaço urbano consolidado e os planos de reestruturação das cidades ganharam destaque no final do século XIX, ambientado nas grandes cidades europeias e no tumultuoso cenário de revoltas sociais e crises nas metrópoles. Os planos urbanísticos, elaborados por diversos profissionais e sob as mais variadas influências, rapidamente foram adotados como modelos universais e, assim, exportados e aplicados nas colônias e ex-colônias, a exemplo do Brasil.

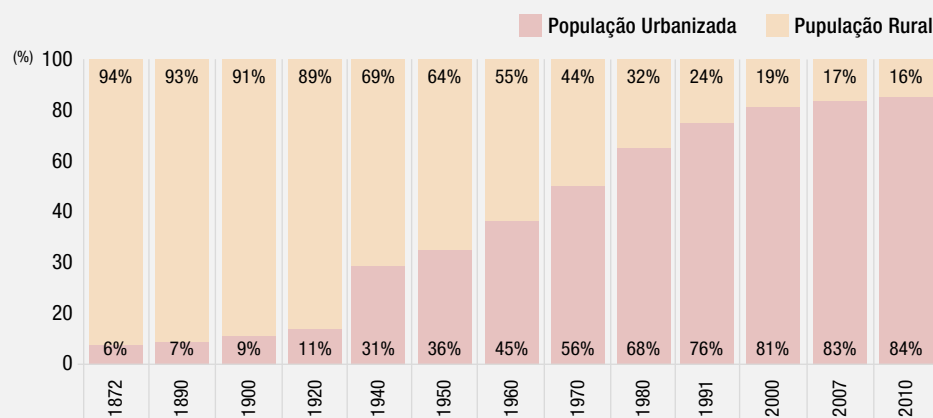
Para Maricato (1996), no Brasil, a importação de planos europeus pode ser vista como “ideias fora do lugar”, pois objetivava basicamente eliminar da paisagem os resquícios da escravidão e pobreza, embelezando e modernizando o espaço urbano. Alinhada aos anseios do capitalismo, a cidade torna-se mercadoria, a especulação imobiliária e valorização da terra ditam as regras de ocupação e destinação dos recursos públicos, a exclusão social reloca para as áreas marginalizadas toda a população mais pobre e a grande massa trabalhadora. Maricato (1996) e Serpa (2007) frisam também a contribuição do Estado na desigualdade dos investimentos, agindo como garantidor ou acobertando as ações do mercado imobiliário especulativo e elitista enquanto para a grande maioria cabe a parte da cidade onde a urbanização tarda a chegar.

O crescimento das metrópoles brasileiras ocorre na década de 30 com o processo de urbanização, industrialização e regulamentação do trabalho, assim fortalecendo uma atmosfera progressista e modernista, que propagava a ideia de qualidade de vida e excitava o aumento da oferta de mão de obra, fatores propulsores das migrações campo-cidade.

De acordo com Santos (2009), o Brasil, em 1872, possuía 10.112.061 habitantes, tendo apenas 5,9% residentes da zona urbana. Com o desenvolvimento das cidades e o crescimento demográfico, nas décadas de 20 a 40, a população urbana já representava aproximadamente 20%. Na década de 70, o país alcançou um equilíbrio na divisão entre população urbana (56%)

e rural (44%). Contudo, conforme dados do IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010), desde os anos 80 a população urbana passou a apresentar uma taxa de crescimento médio entre 5% a 10% por década, alcançando assim, no ano de 2010, o percentual de 84% da população residindo no meio urbano (Gráfico 01).

Gráfico 1
Avanço da população urbana – Brasil



Fonte: Adaptado de Censo Demográfico (2010) e Santos (2009).

O acelerado crescimento populacional, atrelado à valorização da terra, obriga as grandes massas a ocuparem ilegalmente áreas distantes das cidades, áreas periféricas, encostas e mananciais, ocasionando degradação ambiental e o surgimento de extensas áreas de concentração de pobreza, violência, segregação espacial, ocupação ilegal, deixando essa parcela da população carente e excluída de infraestrutura, da participação social, política e administrativa dos centros urbanos. Este cenário urbano define o entendimento acerca da segregação socioespacial, conceito este que pode representar similaridades com as definições de pobreza urbana, desigualdade social e diferenciação entre classes.

Para Carvalho e Pereira (2008), o fenômeno da segregação tornou-se objeto de preocupação de sociólogos e planejadores desde a primeira metade do século XX, de início, debruçada na separação e discriminação etnoracial, nos Estados Unidos, rapidamente ampliou-se os debates englobando as questões da divisão social do trabalho nos países europeus. Nas décadas recentes, as discussões globais acerca da segregação englobam aspectos mais amplos, como o acesso aos serviços básicos, caracterização do trabalho, distribuição de renda, acesso à cultura, a mobilidade urbana e a exposição à violência e demais mazelas. A segregação social pode ser vista como resultado de uma sociedade capitalista, desigual e elitista.

A segregação urbana pode ser atribuída ao desordenado e acelerado processo de urbanização das cidades brasileiras, a rapidez com que os problemas sociais tendem a se reproduzir são responsáveis pelos desequilíbrios no espaço e na estrutura social intraurbana.

O processo de urbanização contrariou as expectativas positivas dos planejadores das cidades, a debilidade das leis de uso e ocupação do solo, a constante migração campo-cidade e o inchamento dos centros urbanos fizeram eclodir, a partir dos anos 80, as consequências da degradação ambiental, da miséria social e da progressiva violência. Logo, a segregação urbana pode ser atribuída ao desordenado e acelerado processo de urbanização das cidades brasileiras, a rapidez com que os problemas sociais tendem a se reproduzir são responsáveis pelos desequilíbrios no espaço e na estrutura social intraurbana.

Diante da leniência do Estado em elaborar e executar um planejamento urbano eficaz, as ocupações desordenadas transformaram as grandes cidades brasileiras em áreas dicotômicas, segregadas e demarcadas por múltiplos entraves. Neste conjunto encontra-se a cidade de Salvador, onde os reflexos das diferenças econômicas, étnicas, sociais e culturais são vislumbrados quando nos debruçamos sobre o histórico da ocupação urbana, seus desdobramentos na contemporaneidade e na composição dos seus bairros. Assim como nas demais metrópoles brasileiras, o distanciamento existente entre pobres e ricos reflete diretamente nas formas de apropriação e vivência da cidade, nos padrões de moradia, no acesso aos serviços básicos e no amparo do poder público.

O artigo tem como objetivo discutir acerca do planejamento e das transformações urbanas destacando os aspectos da segregação socioespacial, associando-o ao histórico do processo de urbanização e desenvolvimento da cidade de Salvador. Partindo dessa premissa, buscou-se trabalhar com revisão bibliográfica, artigos científicos, publicações e livros que abordam tal temática.

SALVADOR E AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO ECONÔMICO

Salvador, primeira capital brasileira, fundada no ano de 1549 pelo governador geral Tomé de Souza, possuía todas as características de uma cidade-fortaleza da sua época, articulada de acordo com a função defensiva, e os aspectos predominantes do urbanismo português, com ruas ortogonais, seu traçado se adaptava ao relevo peculiar da cidade. Nos séculos XVII e XVIII, a produção da cana-de-açúcar e fumo, oriundos do Recôncavo, o comércio de especiarias e o tráfico de escravos garantiram o título de “cidade-porto”, sendo a maior cidade das Américas e a mais importante praça portuária por quase três séculos (ALMEIDA, 2008; SANTOS, 2008).

A cidade crescia concomitantemente à sua importância econômica. Com o avanço das décadas o tecido urbano da cidade foi se modificando em paralelo com as pressões naturais por expansão e com as reconfigurações das classes sociais. Santos (2008) descreveu a dicotomia de uma Salvador, dividida entre Cidade Baixa e Cidade Alta, claramente segregada, com o distanciamento espacial entre os afortunados e desafortunados e como o crescimento desorganizado dos novos bairros, fomentados pelas constantes migrações, já despertava as preocupações acerca das novas rotas de transportes e da nova ordem social e urbana imposta a Salvador:

Para o sul, surge o bairro da Vitória, constituído por grandes e belos palacetes rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra. Para o norte, formam-se bairros habitados pelas classes média e pobre. Essa extensão da cidade tornou-se possível pela instalação das novas vias de comunicação e meios de transporte (SANTOS, 2008, p. 46).

A ocupação da cidade que, embora tenha ocorrido de forma gradual e lenta até meados do século XIX, se deu de forma desordenada e segregada. Salvador então era, ao mesmo tempo, metrópole da Bahia e capital regional do Recôncavo, tendo influência urbana determinada pelos serviços, funções administrativas, comércio e transportes, sendo o comércio o principal fator de influência da cidade e de sua regionalização. Contudo, com a trajetória percorrida pelo eixo da economia, que ao longo dos séculos foi se deslocando cada vez mais para os estados do Sudeste, levando consigo boa parte da aristocracia e dos investimentos.

A mudança de foco das atividades agrícolas para a industrial e a tentativa de retomada da economia iniciaram na década de 1950 com a exploração de petróleo, continuando na década de 1960 e 1970 com os investimentos incentivados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a criação do Centro Industrial de Aratu e da Usina Siderúrgica da Bahia, tendo seu ápice nos anos de 1980, com as políticas desenvolvimentistas do governo federal na tentativa de implantar uma matriz industrial na Bahia, originando assim o Polo Petroquímico de Camaçari e o Complexo do Cobre. Almeida (2008) ratifica que mesmo diante de incentivos fiscais e das construções de hidrelétricas, rodovias, refinarias, a ausência de uma base industrial diversificada e complexa explica a relativa estagnação econômica de Salvador, ao mesmo tempo em que a agricultura baiana sempre se manteve oscilante, não gerando riqueza suficiente para alavancar a economia de suas cidades.

A cidade crescia
concomitantemente
à sua importância
econômica. Com o
avanço das décadas
o tecido urbano
da cidade foi se
modificando em
paralelo com as
pressões naturais
por expansão e com
as reconfigurações
das classes sociais

Salvador, a cidade-sede da economia do estado, vivenciou períodos alternados de quase estagnação a lento crescimento, permanecendo atrasada quanto ao desenvolvimento no cenário nacional e perdendo sua influência regional

As privatizações e as terceirizações impediram a formação de uma classe operária melhor remunerada, com maior poder de consumo e mais politizada. Mesmo Salvador destacando-se entre as principais metrópoles do país, os problemas sociais e urbanos eram crescentes em toda sua região metropolitana, colocando-a como a terceira maior aglomeração de pobreza do país (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Neste contexto, Salvador, a cidade-sede da economia do estado, vivenciou períodos alternados de quase estagnação a lento crescimento, permanecendo atrasada quanto ao desenvolvimento no cenário nacional e perdendo sua influência regional. Para Santos (2008), tal situação deve-se à incapacidade da cidade em organizar convenientemente seu espaço e à ausência de um dinamismo próprio.

SALVADOR URBANIZADA E SEGREGADA

Acerca dos planos urbanísticos adotados na cidade de Salvador, historicamente, se configuraram a partir do embate entre as duas principais vertentes: a técnica e a estética. O ato de planejar a cidade se resumia na tentativa de controlar a salubridade, as questões higienistas e a fluidez.

A necessidade de abandonar o ideal dos planos de melhoramento e modernização em prol de uma visão global, complexa e multidisciplinar acerca do entendimento da cidade fez surgir o papel dos urbanistas e engenheiros, tendo a Semana de Urbanismo, realizada em 1935 pelo governo do estado e prefeitura municipal como marco inicial da mudança de pensamento, culminando com a implementação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), entre 1942 e 1949, objetivando propor soluções para as problemáticas evidenciadas por uma estrutura urbana obsoleta e com graves problemas sanitários, resquícios decorrentes do período de estagnação econômica (FERNANDES, 2010).

Para Carvalho e Pereira (2008), Salvador vivenciou, entre os anos 1940 e 1950, um aumento demográfico fruto das migrações, ao mesmo tempo em que presenciava uma reestruturação espacial iniciada no centro da cidade. A classe alta que ali se concentrara passa a ocupar novos espaços enquanto a crescente população de baixa renda ocupa as velhas edificações ou as novas áreas residenciais ainda não urbanizadas, as invasões. Neste período, destaca-se a contratação do escritório do engenheiro sanitarista Mário Leal Ferreira para elaboração do então código de urbanismo de 1948, dando início às primeiras tentativas de organização da ocupação dos vazios da

cidade. Nas décadas seguintes se deu a abertura das avenidas de vale e expansão do sistema viário abrangendo o novo tecido urbano.

Dando continuidade aos trabalhos da EPUCS, após a morte de Mário Leal, instaura-se, em 1948, a Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (CPUCS) e o Conselho de Assistência ao Plano da Cidade (VILLAÇA, 1999). Segundo Sampaio (1999), neste período, algumas poucas obras foram executadas dentro do enfoque urbano, destacando-se a construção da Avenida Centenário. Outro fator que marcou a tentativa de retomada do planejamento da cidade foi o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade Salvador (PLANDURB), que traçava diretrizes espaciais objetivando a adoção de um projeto estrutural mais permanente para Salvador e região metropolitana.

Grandes transformações e obras públicas ocorreram nas décadas de 60 e 70, prevalecendo o caráter excludente do processo de modernização. Conforme Carvalho e Pereira (2008), através da Lei da Reforma Urbana de 1968 a prefeitura de Salvador, atendendo interesses do capital imobiliário, passou a transferir propriedades de terra para algumas construtoras e incorporadoras, dando-lhes assim mais poder especulativo e o direito de reservar áreas destinadas para empreendimentos elitizados. Em tempo, os incentivos fiscais federais, oriundos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da SUDENE, tiveram papel fundamental na urbanização de Salvador e sua região metropolitana, destacando a construção das avenidas Antônio Carlos Magalhães, Tancredo Neves e Paralela, como também implantação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), da rodoviária e do Shopping Iguatemi (CARVALHO, 2008).

Neste período, intensifica-se a ocupação do espaço urbano de Salvador de forma segregada e desigual. Na tentativa de consolidar uma Salvador moderna, ocorre o espraiamento da população carente para as regiões mais distantes. Os conjuntos de habitações populares, financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) em parceria com a Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS), concentravam-se em bairros como Cabula, Cajazeiras e Mussurunga, o processo de favelização da região do subúrbio soteropolitano permitia a ocupação informal e desordenada, enquanto os altos investimentos se concentravam nas regiões do Iguatemi, orla e seu entorno, altamente valorizados.

Na década de 1980, os novos empreendimentos públicos e privados estabelecem uma nova centralidade à cidade, neste cenário consolida-se um novo padrão de produção do espaço urbano da capital, que se sustentará até o período atual, através da configuração de três vetores de expansão: a

Os dados socioeconômicos dos recentes censos demográficos possibilitaram demonstrar os avanços e alterações dos padrões de ocupação dos bairros de Salvador e sua região metropolitana segundo categorias de renda

orla marítima norte, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza e os interesses da produção imobiliária; o miolo, no centro geográfico e ocupado pela classe média baixa, e o Subúrbio Ferroviário, destinado aos loteamentos populares mais carentes (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

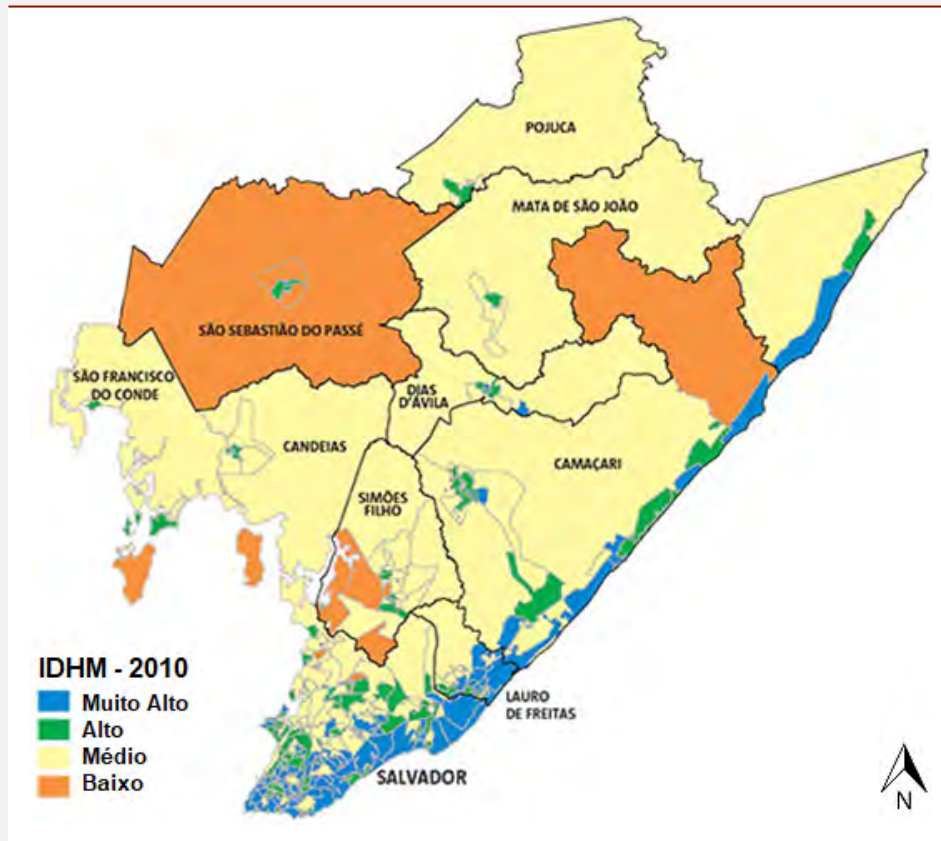
Os dados socioeconômicos dos recentes censos demográficos possibilitaram demonstrar os avanços e alterações dos padrões de ocupação dos bairros de Salvador e sua região metropolitana segundo categorias de renda. Conforme Carvalho e Pereira (2008), em 1991, a orla conservava-se como área nobre, sendo ocupada pela classe alta, no miolo da cidade residia a baixa classe média, já nos lugares onde o preço do solo era mais barato, no vetor norte, que incluía o Subúrbio e Simões Filho, e os municípios de Camaçari e Lauro de Freitas, eram ocupados pela população operária e agrícola. De acordo com Carvalho e Pereira (2008), o censo 2000 demonstrou que o crescimento de Salvador e a conurbação com Lauro de Freitas adotaram características similares, com a região da orla marítima tornando-se uma continuidade da área nobre da capital e o lado oposto da rodovia Estrada do Coco ocupado pela população com renda inferior. Em contrapartida, com a estagnação econômica os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) mantiveram suas características e perfis de moradores, regiões atrasadas e ocupadas pela população operária e agrícola.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano nas regiões metropolitanas brasileiras, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014), em 2010, Salvador e sua região metropolitana possuíam um grau de urbanização de 98% e nela se encontravam cerca de 25% de toda população do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Região Metropolitana de Salvador passou de médio para alto em uma década, saindo de 0,636, em 2000, para 0,743, em 2010, expressando um crescimento de 16,82%, o indicador considera que quanto mais próximo de 1, maior o grau de desenvolvimento nos aspectos longevidade, acesso à educação e renda da população.

Entretanto, apesar do avanço, as disparidades entre bairros e regiões são extremamente altas (Imagem 01). Ainda de acordo com dados do atlas, quando analisado as regiões separadamente, percebe-se que, enquanto os bairros de Ondina, Candeal, Cidade Jardim e Chapada do Rio Vermelho expressam índice de desenvolvimento de 0,959, considerado muito alto, o bairro de Nova Constituinte, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, apresenta o índice de 0,578, bem mais baixo.

Imagem 01

Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na RM de Salvador



Fonte: Adaptado do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014).

Para a Carvalho e Pereira (2008), ao longo da evolução da urbanização de Salvador, o aspecto da ocupação deixa de ser somente econômico e passa a ser também espacial, demonstrando a segregação racial nos espaços urbanos. Uma análise mais profunda permite fazer uma subdivisão da cidade de Salvador em tradicional, moderna e precária e, dessa forma, a ocupação do espaço é associada à composição racial da cidade. A população branca predomina nas áreas superiores, ou seja, na cidade moderna, onde o tecido urbano se modifica com novas habitações de padrões elevados e centros de consumo e serviço; os pardos habitam a área popular que faz parte da cidade tradicional, local sem crescimento expressivo, já os negros concentram-se nas áreas popular, operária e agrícola, onde ocupam a cidade precária, lugar caracterizado pelo grande adensamento de construções de baixo padrão e poucos investimentos.

A população da cidade de Salvador se expandiu de 2.675.656, de acordo com o Censo Demográfico (2010), para 2.857.329, estimativa de 2018, segundo IBGE Cidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019), com um crescimento proporcional na ordem de 7%, permanecendo

A característica atemporal e marcante do espaço urbano de Salvador está na sua ocupação de maneira não homogênea ou organizada, padrões urbanísticos que buscam a valorização dos terrenos e nem sempre se alinham ao desenvolvimento e as demandas futuras da população como um todo

como a terceira maior cidade do país em número de habitantes. O estudo aponta também a parcela majoritária dos que se autodeclararam pardos (52%), pretos (27%) e brancos (19%). Para a capital, a maior determinante do crescimento populacional desenfreado foi o seu papel metropolitano, onde a cidade sempre concentrou a maior parte dos recursos financeiros, das atividades econômicas e dos serviços públicos existentes em toda Bahia e adjacências.

A evolução da cidade sempre esteve condicionada à economia regional, aos avanços técnicos e em total consentimento com os interesses políticos. De fato, a característica atemporal e marcante do espaço urbano de Salvador está na sua ocupação de maneira não homogênea ou organizada, padrões urbanísticos que buscam a valorização dos terrenos e nem sempre se alinham ao desenvolvimento e as demandas futuras da população como um todo.

As disparidades econômicas findam por fragmentar o tecido urbano em zonas distintas, compostas por bairros com características similares. Tal demarcação do espaço define os limites da interação e segregação social, determinam também o nível de acesso aos serviços e a supressão do sentimento de cidadania. As recorrentes contenção e aglomeração nas áreas pobres da cidade, somadas aos baixos investimentos em políticas públicas, acarretam na crescente desigualdade, criminalidade e tantas outras consequências, problemas crônicos enfrentados pelos grandes centros urbanos (ROCHA; SILVA, 2008).

Para Serpa (2007), no processo de metropolização os espaços são consolidados em dois tipos, ocupados pelas classes média e alta, sendo dotado de infraestrutura, e os ocupados por pessoas com renda baixa, que sofrem com as precariedades da estrutura urbana básica, ambos gerando impacto ambiental negativo como desmatamento e perda de solos férteis. Não suportando inchamento urbano, a cidade de Salvador condena os mais pobres às áreas mais carentes, distantes ou desequipadas, fomenta as mazelas sociais e a precariedade urbana, as quais extrapolam as fronteiras e passam a ser disseminadas nos municípios vizinhos que compõe a então região metropolitana. A distribuição espacial pelo território soteropolitano é ditada pela renda da população: baixa renda, ocupando a faixa da Baía de Todos os Santos e a classe alta, ocupando a orla atlântica, contudo, as favelas em Salvador, diferentemente de alguns municípios brasileiros, também circundam áreas centrais e nobres.

Os diferentes blocos sociais, espacialmente próximos, mas segregados quanto à renda, permitem que habitações destinadas para diferentes classes coexistam em uma mesma região, contudo, não significa a existência de

interação natural entre classes, tal aspecto é visivelmente refletido na forma de acesso aos serviços públicos, na forma de vivenciar da cidade e na sensação de segurança, esta última, promove a busca por moradias cada vez mais fortificadas e, conseqüentemente, aumentam o sentimento de distanciamento entre os indivíduos. Desta forma, os novos padrões e as transformações urbanas apenas reproduzem e renovam os velhos erros do planejamento da cidade, transformando as desigualdades sociais e a segregação espacial em heranças difíceis de se alforriar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se busca compreender as configurações sociais e urbanas de Salvador, se faz necessário analisar o processo de formação da cidade. As barreiras sociais, as conformações do tecido urbano e as disparidades atuais, frutos de um processo histórico, social, econômico e político que consolidou a cidade como um espaço segregado e desigual, resultante da falta de planejamento, da ausência de dinamismo e das fortes especulações imobiliárias.

Mesmo que Salvador seja apresentada ao público como uma cidade plural, fruto da miscigenação entre raças, festas, costumes e culturas, a realidade social dos moradores - representada nas fachadas de suas residências e vivenciada nas ruas e vielas - expõe uma metrópole fria e segregada. Torna-se nítida para aqueles que transitam pela cidade a distinção entre os bairros, suas fronteiras invisíveis delimitam o espaço urbano que compete a cada qual, ricos e pobres, e as formas de vivenciar a cidade são determinadas pelo poder econômico de cada indivíduo.

As dinâmicas da composição do território da cidade de Salvador, historicamente, sempre estiveram comprometidas com a política, a especulação imobiliária e o zelo pelas áreas nobres. As mudanças dos centros financeiros e comerciais, as novas avenidas e construções, as benfeitorias na urbanização e a requalificação sempre buscaram valorizar tais regiões, aumentando assim o preço do solo e, conseqüentemente, empurrando a população mais carente para as áreas periféricas e ocasionando o inchaço dos aglomerados subnormais, as favelas da cidade.

A percepção sobre o bem-estar social no meio urbano quase sempre está associada ao poder aquisitivo e padrão de consumo e, desta forma, tornou-se um símbolo de elitização e estratificação social. Os padrões de moradia, os planos urbanos, o acesso aos serviços públicos e a livre mobilidade são fatores que desempenham papel primordial na promoção da

equidade social e da tão almejada qualidade de vida. A partir do exposto, percebe-se a necessidade de planejamento urbano multifacetário, participativo e preventivo, uma vez que as diretrizes adotadas nas décadas recentes não conseguiram acompanhar o ritmo constante da expansão dos centros urbanos.

Logo, somente através de uma análise multidisciplinar, considerando os fatores geográficos, históricos, econômicos, políticos e sociais, é possível compreender a cidade, acompanhando o seu crescimento, os seus fatores determinantes e condicionantes, para que se possa tentar prever as mudanças físicas e humanas necessárias, projetando a sua expansão e desenvolvimento em função de tais fatores e alinhada com as demandas das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008.
- CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2006.
- CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2 ed. Salvador: Edufba, 2008.
- CARVALHO, I. M. M. de. *Trabalho, renda e pobreza na região metropolitana de Salvador*. In CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C (Org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2 ed. Salvador: Edufba, 2008.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- FERNANDES, A. O EPUCS e a cidade do Salvador nos anos 40: urbanismo e interesse público. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPARQ, nov./dez. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*: Salvador: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 1-50.
- MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C., CROCCO, M. (org.). *Economia regional e urbana*: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 61- 85.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília: PNUD, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_salvador. Acesso em: 11 jan. 2020.

ROCHA, C. P.; SILVA, L. F. M. da. A paisagem do medo: um estudo do bairro da Pituba, Salvador-BA. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 10, n. 17, p. 43-48, 2008. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1024/802>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SAMPAIO, A. H. L. *Formas urbanas: cidade real e cidade ideal*. Salvador: Quarteto, 1999.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: USP, 2009.

SANTOS, M. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008.

SERPA, A. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. *GeoTexto*, Salvador, 2007.

VILLAÇA, F. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999, cap. 6, p. 170-243.



HABITAÇÃO SOCIAL EM SALVADOR: UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2009 A 2019

André Luís Santos de Sousa
Especialista em Gestão Pública,
pela Universidade do Estado da
Bahia (Uneb) e mestrando do
Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU), pela
Universidade Salvador (Unifacs).
adm.andreluis@bol.com.br

Ludmila Gavazza
de Andrade
Especialista em Planejamento
Urbano e Gestão de Cidades e
mestrando em Desenvolvimento
Regional e Urbano, pela
Universidade Salvador (Unifacs).
lsgavazza@gmail.com

Márcia Maria Couto Mello
Doutora e mestre em
Arquitetura e Urbanismo, pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professora titular do
Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs).
mellomarcia@uol.com.br

Ana Licks Almeida Silva
Doutora em Saúde Coletiva
e mestre em Sociologia, pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professora titular do
Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs).
ana.almeida@unifacs.br

A MORADIA, necessidade fundamental à vida, é um direito reconhecido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Posteriormente, no âmbito do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1965, teve seu conceito ampliado considerando o direito à moradia “[...] como complemento essencial ao direito a um padrão de vida adequado para todos os seres humanos” (ROLNIK, 2011, p. 37). Portanto, uma moradia adequada é entendida além dos aspectos físicos da habitação, englobando também os direitos econômicos, sociais e culturais, além do direito à cidade.



No entanto, no contexto brasileiro, com o crescimento urbano, a concentração da população nas capitais e o acesso restrito ao mercado imobiliário pela população com insuficiência de renda resultou em espaços urbanos desordenados, segregados e degradados. (GORDILHO, 2011; MARICATO, 2003; SERPA, 2007). Além do agravamento desse quadro, as políticas públicas orientadas para a habitação social e adequação de assentamentos precários passaram ao longo dos anos por descontinuidades administrativas, fragmentação institucional e baixa efetividade desde a extinção do Banco Nacional Habitação (BNH), em 1986. Todavia, a partir da criação do Ministério das Cidades (MCIDADES), em 2003, os esforços voltaram-se à observância do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 (BRASIL, 2009), com políticas habitacionais para a população de baixa renda, que passaram a ser orientadas pelo conceito de Habitação de Interesse Social (HIS).

Apesar do avanço dos programas e projetos em HIS, a partir da nova conjuntura política no país, o déficit habitacional brasileiro representava cerca de 6,5 milhões de unidades, sendo que 30% concentravam-se na região Nordeste (BRASIL; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). O Estado da Bahia possuía o maior déficit habitacional absoluto, de 520 mil unidades. Além disso, a inadequação domiciliar nacional era de 15 milhões de unidades urbanas, das quais 13 milhões eram carentes de pelo menos um dos itens de infraestrutura básica (água, energia elétrica, esgotamento sanitário ou coleta de lixo), estando a Bahia com mais de 1 milhão de domicílios urbanos inadequados. Nesse contexto, Salvador representava a quarta capital do país em déficit habitacional absoluto e inadequação domiciliar. Realidade que se constata na paisagem urbana, onde a segregação traduz a precariedade das moradias nas comunidades periféricas (BRASIL; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013; SERPA, 2007).

Face a esse quadro, este artigo tem como objetivo analisar os programas de HIS nas modalidades de produção de Unidades de Habitação (UH), que contemplam a construção de novas unidades habitacionais com infraestrutura básica e Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), que visam melhorar as condições de habitabilidade através de intervenções de urbanização, regularização, recuperação de áreas degradadas, melhoria e construção de unidades, implantados no município de Salvador entre 2009 e 2019. Cumpre destacar que o recorte temporal desta análise é justificado pela implantação do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal (PMCMV) no ano de 2009. Foram priorizados nesta análise, os dados referentes aos investimentos aplicados, famílias beneficiadas e mapeamento dos projetos concluídos.

HABITAÇÃO SOCIAL: ALGUNS CONCEITOS E INTERVENÇÕES EM PERÍODOS RECENTES

O processo de urbanização no Brasil ocorreu a partir do século XX, levando em consideração a industrialização, que acentuou o movimento migratório para as capitais, originando as intervenções estatais para o problema da habitação social no Brasil (BONDUKI, 2014; MARICATO, 2003).

Após o período de incentivo à industrialização, as décadas de 1980 e 1990 promoveram dois eventos que modificaram de forma acentuada as estruturas econômicas e sociais dos países periféricos como o Brasil: a reestruturação produtiva (e o modelo de acumulação fordista) e a incursão neoliberal brasileira em nome da globalização, que feriu a estrutura industrial e ocupacional do país. Naquele contexto, com a concentração demográfica nas capitais (e regiões metropolitanas), emergiu a problemática do desemprego, informalidade, pobreza urbana e, como corolário deste processo, o déficit habitacional (MARICATO, 2003; SASSEN, 1991).

A partir do Estatuto da Cidade, em 2001, foram regulamentados os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu as diretrizes para a política urbana, ratificando as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, relevando a questão da habitação como direito básico da população. Com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, incluiu-se na agenda governamental políticas públicas destinadas à população cujo nível de renda inviabilizava o acesso à moradia adequada através do mercado imobiliário. (BRASIL, 2009; ROLNIK, 2003).

Com a criação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Habitação (PNH), que deu início ao processo de construção do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), articulando mecanismos de financiamento, planejamento e controle social da política urbana nas três esferas de governo.

A Lei nº 11.124, (BRASIL, 2005), que instituiu o SNHIS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu conselho gestor, estabeleceu para cada ente federado a necessidade de constituir o Fundo Local de HIS com respectivo Conselho Gestor local e a elaboração do Plano Habitacional, visando a construir uma estrutura institucional adequada para o desenvolvimento da política HIS no país de forma a garantir sustentabilidade, racionalidade e participação democrática na definição de programas e projetos. Nesse contexto de estruturação do SNHIS, foram alocados recursos através de projetos selecionados pelo FNHIS e posteriormente através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O processo de urbanização no Brasil ocorreu a partir do século XX, levando em consideração a industrialização, que acentuou o movimento migratório para as capitais, originando as intervenções estatais para o problema da habitação social no Brasil

Na primeira década dos anos 2000, a atuação do governo federal nos programas para HIS pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, de 2003 a 2008, com um sistema nacional, municipalista, descentralizado, participativo, buscando definições urbanas alinhadas aos princípios do Estatuto da Cidade e com pluralidade de programas e agentes sociais para diferentes diagnósticos de déficit habitacional; o segundo período, iniciado em 2009 com o lançamento do PMCMV, que priorizou a produção de novas habitações, com sistema centralizado, mais diretamente ligado às empresas de construção civil (GORDILHO; SOUZA, 2014).

Segundo Larcher (2005), a HIS no Brasil pode ser caracterizada por apresentar os seguintes requisitos: investimentos financiados pelo poder público; produção destinada a população de baixa a renda com faixa de até três salários mínimos; benefício destinado a solucionar situações de risco, preservação ambiental ou cultural.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO SOCIAL EM SALVADOR

As questões que norteiam o problema da habitação na capital baiana remetem ao seu processo de crescimento populacional. A partir da década de 1940, registra-se uma grande mudança no perfil populacional com a decadência do primeiro ciclo industrial e estagnação das atividades econômicas no Recôncavo, promovendo o crescimento das migrações da população rural para a capital e as primeiras invasões de terras, a exemplo da invasão do Corta Braço, em 1946 (ALMEIDA, 2008; CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Contudo, de acordo com Almeida (2008), foi a partir da década de 1950 que a economia baiana e soteropolitana passou por uma nova dinâmica baseada pelo incentivo a industrialização e investimentos para sustentar o Modelo de Substituição de Importações (MSI) adotado pelo governo federal.

Naquele período eventos importantes ocorreram, a exemplo da instalação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), e Refinaria Landulpho Alves (pela Petrobras). Com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), um novo ciclo de investimentos foi consolidado e ampliado com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1967, e do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978, expandindo os fluxos urbanos e consolidando a instituição da Região Metropolitana de Salvador (ALMEIDA, 2008; CARVAHO; PEREIRA, 2008; SALVADOR, 2008).

O rápido crescimento da capital baiana entre as décadas de 1960 e 1970 foi acompanhado de “uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia”. (CARVALHO; PEREIRA, 2008 p. 85). A modernização e expansão de Salvador, alinhadas com a nova dinâmica da economia industrial em ascensão, não conseguiu “absorver a numerosa mão de obra disponível e pouco qualificada” (REDE DE PROFISSIONAIS SOLIDÁRIOS PELA CIDADANIA, 2010, p. 1).

Ao passo que a cidade crescia em termos populacionais os problemas relacionados à pobreza urbana se notabilizavam. Isso foi exponenciado entre as décadas de 1980 e 1990, em que o incentivo ao MSI foi paulatinamente arrefecendo em face a reestruturação dos modos de produção e da economia globalizada. Nesse período, a capital e sua região metropolitana passaram a registrar elevados indicadores de desemprego e pobreza, com o crescimento de comunidades periféricas (CAVALCANTE, 2004; GORDILHO, 2011; SERPA, 2007; SPINOLA, 2001).

A população urbana de Salvador passou de 290 mil habitantes em 1940 para 417 mil habitantes em 1950, mantendo elevados índices de crescimento nas décadas seguintes. Em 1970, a população atinge mais de 1 milhão habitantes e no ano de 2000 cerca de 2 milhões de habitantes (GORDILHO, 2011).

Tabela 1
Crescimento populacional – Salvador – 1940-2010

Ano	População (habitantes)	% de crescimento sobre o período anterior
1940	290.443	2
1950	417.235	44
1960	655.735	57
1970	1.007.195	54
1980	1.506.860	49
1991	2.075.273	38
2000	2.443.107	18
2010	2.676.606	10

Fonte: Gordilho (2011).

Nota: Adaptado pelos autores (2019).

O intenso crescimento populacional, a ausência de um dinamismo econômico que promovesse a melhoria de renda, aliados a ineficácia da ação pública na expansão da infraestrutura urbana e no provimento habitacional, gerou uma grave crise habitacional. Como resultado, notou-se um crescimento acelerado de ocupações informais que em Salvador caracterizou-se pelo intenso processo de invasões de terras públicas e privadas, além da ocupação de áreas ambientalmente frágeis.

A modernização e expansão de Salvador, alinhadas com a nova dinâmica da economia industrial em ascensão, não conseguiu “absorver a numerosa mão de obra disponível e pouco qualificada”

Esse processo atingiu grandes dimensões em 1991. Foi registrado um total de trezentas e cinquenta e sete (357) áreas invadidas, representando cerca de 28% da população (quase 600 mil pessoas) vivendo em 118.246 unidades habitacionais. Em 2006, essas áreas estavam representadas por “um índice de informalidade em torno de 35% da área urbana ocupada por habitação em Salvador, onde residiam em torno de 60% da população” (GORDILHO, 2011 p. 383).

A precariedade das condições habitacionais de Salvador também foi constatada nas informações territoriais dos Aglomerados Subnormais¹ do Censo 2010/IBGE. Esse estudo mostra que a RMS concentrava um total de 290.488 domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais. A capital baiana concentrou 94,9% desse total, representando cerca de 275.600 domicílios em aglomerados subnormais.

Salvador apresentou um déficit habitacional absoluto de 106.415 unidades e inadequação domiciliar em 119.986 mil unidades. A composição do déficit habitacional absoluto apresentou: 79.200 unidades com carência de infraestrutura; 8.410 com ausência de banheiro e 32.376 unidades com adensamento excessivo em domicílios precários. A composição da inadequação domiciliar englobou: 6.505 domicílios precários; 52.812 situações de coabitação; 41.663 situações de ônus excessivo e 5.435 unidades com adensamento (BRASIL; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Tabela 2
Déficit habitacional por componente – Salvador

Tipo de déficit	Componente	Total por componente
Déficit habitacional absoluto (119.986 unidades)	Carência de infraestrutura	79.200
	Ausência de banheiro	8.410
	Adensamento excessivo	32.376
	Domicílios precários	6.505
Inadequação domiciliar (106.415 unidades)	Coabitação familiar	52.812
	Ônus excessivo com aluguel	41.663
	Adensamento excessivo de domicílios próprios	5.435

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Nota: Adaptado pelos autores (2019).

PROGRAMAS DE HIS EM SALVADOR ENTRE 2009 E 2019

Segundo o Plano Municipal de Habitação, os programas habitacionais a serem adotados na perspectiva de enfrentamento do problema da moradia

1 Aglomerado subnormal é um conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais carentes de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

seriam nas modalidades de: produção de unidades habitacionais novas; urbanização de assentamentos precários; regularização fundiária de áreas ocupadas; requalificação de edificações de cortiços e moradias coletivas e melhoria das condições de habitabilidade de moradias (SALVADOR, 2008). Nos levantamentos realizados dos Programas de HIS para o município de Salvador, entre 2009 e 2019, com projetos em andamento ou concluídos, não foi constatado projeto de requalificação de edificações e não foram objeto de análise as ações de regularização fundiária e assistência técnica com melhorias habitacionais.

Os Programas de HIS realizados em Salvador nas modalidades de Produção de UH e UAP, com projetos em andamento ou com obras concluídas entre 2009 e 2019, foram caracterizados quanto: ao programa; ao ano de seleção ou contratação; ao número de famílias a serem beneficiadas; ao número de unidades habitacionais a serem construídas; aos investimentos totais; à localização e a situação da obra em dezembro de 2019. Como resultado da pesquisa foram identificados 72 projetos distribuídos em dez programas que previam beneficiar 37.257 famílias, incluindo construção de 25.175 unidades habitacionais, totalizando 1,9 bilhão de reais de investimento a serem aplicados em habitação social. Desses, os programas: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV Entidades); Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); 2ª edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) e o Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador (Mané Dendê-BID) não possuíam projetos com obras concluídas no período de 2009 a 2019 (Tabela 3).

Tabela 3
Dados gerais dos Programas de HIS – Salvador – 2009-2019

Programas	Nº projetos		Unidades habitacionais		Famílias beneficiadas		Investimento (R\$)	
	Prev.	Concl.	Prev.	Concl.	Previsto	Concluído	Previsto	Concluído
Produção UH	58	47	22.008	18.055	22.008	18.055	1.323.543.522,19	1.028.935.067,68
PSH	1	1	100	53	100	53	1.969.350,00	1.969.350,00
PMCMV Entidades	2	0	572	0	572	0	31.087.593,00	0,00
Moradia Digna	9	8	665	495	665	495	33.352.959,32	20.545.134,61
PMCMV I	29	28	9.756	9.256	9.756	9.256	466.602.248,50	434.337.211,70
PMCMV II	17	10	10.915	8.251	10.915	8.251	790.531.371,37	572.083.371,37
UAP	14	6	3.167	1.323	15.249	5.469	652.107.580,34	92.726.385,06
Moradia Digna	1	1	50	50	50	50	1.382.014,66	1.382.014,66
Salve Salvador	1	1	257	257	257	257	22.237.794,76	22.237.794,76
FNHIS	2	0	318	0	318	0	29.891.837,64	0,00
PAC II	5	0	816	0	4.462	0	68.929.357,64	0,00
BIRD AE-7343	4	4	1.016	1.016	5.162	5.162	69.106.575,64	69.106.575,64
Mané Dendê- BID	1	0	710	0	5.000	0	460.560.000,00	0,00
Total	72	53	25.175	19.378	37.257	23.524	1.975.651.102,53	1.121.661.452,74

Fonte: Sedur, 2014a, 2019b, 2019c; Conder, 2014; Caixa, 2019; PMS, 2017 e 2018.

Nota: Elaboração dos autores (2019).

O programa Moradia Digna possui projetos nas duas modalidades e trata-se de convênios e contratos promovidos pelo governo do estado da Bahia, que utiliza recursos do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS), juntamente com os recursos do Tesouro do estado

Foram identificados 53 projetos com obras concluídas entre 2009 e 2019 (73,61% do previsto). Desses, 47 são na modalidade de Produção de UH e seis na modalidade UAP, beneficiando 23.524 famílias (63,14% do previsto), incluindo a construção de 19.378 novas unidades habitacionais (76,97% do previsto), com aplicação de R\$ 1,1 bilhão (56,77% do previsto) em obras concluídas.

Os programas PMCMV II (2ª edição do Programa Minha Casa Minha Vida) e BIRD AE-7344, Projeto de Acordo de Empréstimo entre o Banco Mundial (BIRD) e o governo do estado da Bahia, representam os maiores investimentos aplicados em obras concluídas nas modalidades de Produção de UH e UAP, respectivamente. O programa Moradia Digna possui projetos nas duas modalidades e trata-se de convênios e contratos promovidos pelo governo do estado da Bahia, que utiliza recursos do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS), juntamente com os recursos do Tesouro do estado.

Na modalidade de Produção de UH, outros projetos foram efetivados pelos programas: Programa de Subsídio de Habitação (PSH), produção de novas habitações e/ou substituição de casas em situação precária, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU); Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), financiamento habitacional para construção de imóveis contratados como empreendimentos em regime de condomínio ou loteamento, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Na modalidade de UAP, o Salve Salvador - Programa da Prefeitura Municipal de Salvador realizou o projeto de requalificação da comunidade Guerreira Zeferina com recursos do Tesouro municipal (SALVADOR, 2017).

Numa análise comparativa entre as modalidades de Produção de UH e de UAP, conforme a Tabela 4, pode-se observar grande contraste na capacidade de efetivação de benefícios para as famílias. Enquanto os projetos de Produção de UH executaram 77,74% dos recursos abrangendo 82,04% das famílias inicialmente previstas, os projetos de UAP executaram apenas 14,22% do recurso previsto, contemplando 35,86% das famílias.

Tabela 4
Percentuais por Programas de HIS com projeto concluído – Salvador – 2009-2019

Modalidade	Programas	% Projeto concluído	% UH concluída	% Família beneficiada	% Investimento executado	% Investimento executado por Programa	% Família beneficiada por Programa
Produção de UH	PSH	100,00%	53,00%	53,00%	100,00%	0,18%	0,23%
	Moradia Digna	88,89%	74,44%	74,44%	61,60%	1,83%	2,10%
	PMCMV I	96,55%	94,87%	94,87%	93,09%	38,72%	39,35%
	PMCMV II	58,82%	75,59%	75,59%	72,37%	51,00%	35,07%
	Total (Produção UH)	81,03%	82,04%	82,04%	77,74%	91,73%	76,75%
UAP	Moradia Digna	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,12%	0,21%
	Salve Salvador	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	1,98%	1,09%
	BIRD AE-7343	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	6,16%	21,94%
Total (UAP)		42,86%	41,77%	35,86%	14,22%	8,27%	23,25%
Total (Produção UH + UAP)		73,61%	76,97%	63,14%	56,77%	100,00%	100,00%

Fonte: Sedur, 2014a, 2019b, 2019c; Conder, 2014; Caixa, 2019; PMS, 2017 e 2018.

Nota: Elaboração dos autores (2019).

O panorama das intervenções públicas em projetos de HIS em Salvador, entre 2009 e 2019, apresenta investimento em obra concluída com 91,73% dos recursos (R\$ 1,1 bilhão) aplicados em projetos de Produção de UH e apenas 8,27% (cerca de R\$ 92 milhões) em projeto de UAP.

A distribuição territorial dos projetos de HIS concluídos, aqui analisados, acontece em 27 bairros distintos, 21 bairros com projetos exclusivamente na modalidade de Produção de UH, quatro bairros com projetos de UAP e apenas os bairros de Pirajá e Sussuarana possuem projetos concluídos nas duas modalidades. Esses projetos estão localizados predominantemente em bairros periféricos e bairros da área central (também denominada de Miolo) do município de Salvador.

Constata-se, conforme apresentado na Tabela 5 e Figura 1, que há predominância de famílias beneficiadas em projetos de HIS localizados nos bairros próximos ao limite do município de Salvador. Os bairros de Jardim das Margaridas, Itinga, Nova Esperança, Valéria e Moradas da Lagoa totalizam 20 projetos concluídos, com 12.455 famílias beneficiadas, representando cerca de 53% do total de famílias atendidas.

Tabela 5
Percentuais de famílias beneficiadas por bairro – Salvador – 2009-2019

Bairro	Nº Famílias beneficiadas	% Família beneficiada por bairro	Bairro	Nº Famílias beneficiadas	% Família beneficiada por bairro
Modalidade Produção UH (23 bairros)					
Cajazeiras IV	42	0,18%	Moradas da Lagoa	288	1,22%
Iha de Maré	53	0,23%	Pirajá	340	1,45%
Pernambúes	60	0,26%	Fazenda Grande I	348	1,48%
Alto do Cabrito	65	0,28%	Boca da Mata	380	1,62%
Saboeiro	80	0,34%	Mata Escura	400	1,70%
Cajazeiras VII	100	0,43%	Cajazeiras V	1.040	4,42%
Cidade Nova	116	0,49%	Itinga	1.320	5,61%
Sussuarana	124	0,53%	Fazenda Grande III	1.524	6,48%
Bonfim	144	0,61%	Valéria	2.500	10,63%
Campinas de Pirajá	224	0,95%	Nova Esperança	3.687	15,67%
Fazenda Grande IV	276	1,17%	Jardim das Margaridas	4.660	19,81%
Nova Brasília	284	1,21%			
Modalidade UAP (6 bairros)					
Boa Vista de São					
Caetano	50	0,21%	São João do Cabrito	649	2,76%
Mangueira	256	1,09%	Pirajá	1.750	7,44%
Periperi	257	1,09%	Sussuarana	2.507	10,66%

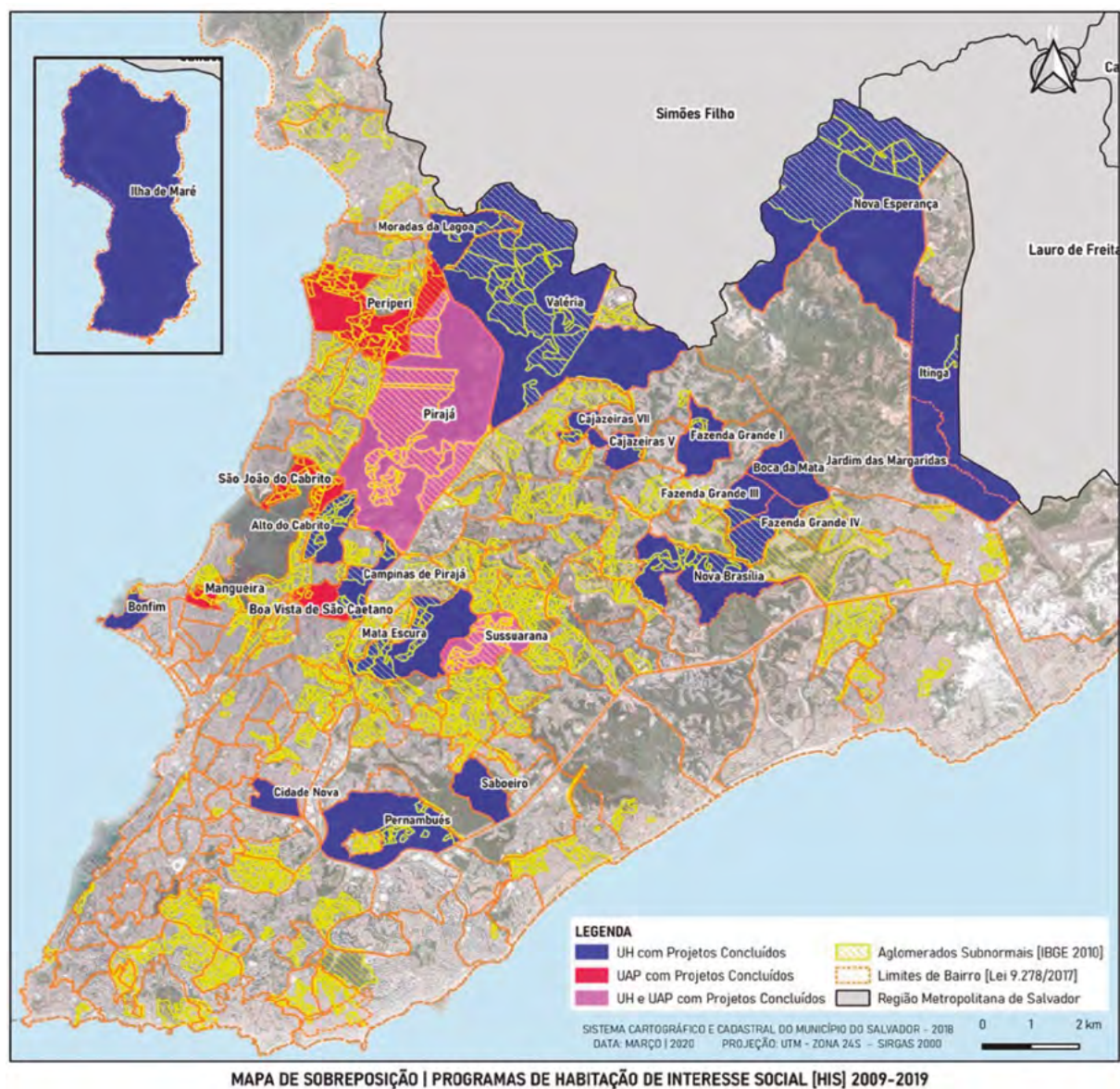
Fonte: Sedur, 2014a, 2019b, 2019c; Conder, 2014; Caixa, 2019; PMS, 2017 e 2018.

Nota: Elaboração dos autores (2019).

Vale destacar que a localização dos bairros contemplados com projetos de HIS coincide e/ou se aproxima com áreas dos aglomerados subnormais. Essa aproximação pode ser um caminho promissor para os projetos de UAP, que visam a recuperação de áreas precárias, porém é preciso cautela na produção de novas moradias em áreas já caracterizadas como precárias e carentes de infraestrutura (Figura 1).

O bairro de Nova Esperança, por exemplo, com total de 1.187 hectares de área e 495 hectares em aglomerados subnormais, apresenta cenário de fragilidade social em cerca de 42% de sua área e neste contexto foram construídas 3.687 novas moradias que representam 15,67% das famílias beneficiadas por HIS no município. Situação similar pode ser observada no bairro de Valéria, com 1.220 hectares de área e 590 hectares em aglomerados subnormais, que possui cerca de 49% de sua área em situação de precariedade e onde foram construídas 2.500 novas unidades habitacionais, que equivale a 10,63% das famílias beneficiadas por habitação social no município de Salvador, entre 2009-2019.

Figura 1
Mapa de bairros com Projetos de HIS – 2009-2019



Fonte: Bahia (2014, 2019a, 2019b), Conder (2014), Caixa (2019), Salvador (2017, 2018).

Nota: Elaboração dos autores (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período entre os anos de 2009 a 2019 foi marcado positivamente pela expressiva disponibilização de recursos públicos para programas de subsídio à HIS. Em Salvador, nesse período, o poder público desenvolveu 72 projetos de HIS visando a aplicação de R\$ 1,9 bilhão em investimento para beneficiar 37.257 famílias e construir 25.175 novas unidades habitacionais. A execução desses projetos, considerando a situação da obra em dezembro de 2019, foi de conclusão de 53 projetos com efetivação de 56,77% do recurso previsto (cerca de R\$ 1,1 bilhão).

Uma análise comparativa entre as modalidades de projetos de HIS aponta para uma significativa diferença na capacidade de conclusão dos projetos. Os projetos de UAP apresentam resultados pouco promissores, com aplicação de apenas 8,27% do investimento total em obras concluídas, enquanto apenas o PMCMV, em suas duas edições, aplicou 89,73% de todo investimento em habitação social do município. Destaca-se que, assim como os projetos de UAP, as ações de produção de unidades habitacionais dos programas de crédito associativo apresentam baixa aplicação dos investimentos previstos, a exemplo do PMCMV/Entidades, que não conseguiu efetivar nenhuma ação.

Assim, as formas de atendimento à problemática habitacional de Salvador, com investimentos aplicados majoritariamente através do PMCMV, que apresenta produção de habitações em áreas periféricas, isoladas, carentes de equipamentos sociais e sem conexão com qualquer estratégia urbanística, não estão compatíveis com os dados de déficit habitacional, diretrizes, políticas e planos habitacionais do município de Salvador. Esses investimentos deveriam implementar ações que vão além da produção de novas habitações, devendo almejar a redução da precariedade da ocupação habitacional existente na cidade de Salvador (GORDILHO; SOUZA, 2014).

Diante disso, se faz necessário aperfeiçoar as modalidades de programas habitacionais, modificando o modelo de gestão para ampliar a capacidade de aplicação dos recursos destinados à urbanização de assentamentos precários, recuperação de imóveis vazios para fins de moradia, assistência técnica para melhorias habitacionais, entre outros. Na indicação das necessidades habitacionais, análises mais aprofundadas podem estabelecer critérios para priorização das áreas a sofrerem intervenções públicas. Assim, o diagnóstico da problemática habitacional adquire um planejamento territorial e supera as análises restritas a valores numéricos de déficits. Vale destacar que os critérios devem associar aspectos urbanístico-ambientais, sociais,

econômicos e podem possuir linhas de abordagem da análise de vulnerabilidades e potencialidades locais.

A participação de diversos agentes sociais e a retomada do planejamento de interesse público são fundamentais para o enfrentamento dos desafios da problemática habitacional. Cabe, portanto, criar estruturas institucionais permanentes que permitam a identificação dos problemas habitacionais e desenvolvimento de programas adequados às realidades locais. Para além das necessidades físicas, para promover uma moradia adequada, são necessários investimentos vultosos, com diversidade de soluções institucionais que ampliem as condições econômicas, sociais e culturais das famílias de baixa renda, sob o risco de transformar o “sonho da casa própria” em pesadelo de municípios caóticos e insustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. H. de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). *Como anda Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 11-53.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Balanço mensal de Habitação de Interesse Social*. Salvador: SEDUR, 2014

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Planilha de dados gerais do PAC e FNHIS*. Salvador: SEDUR, 2019a.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Planilha de dados gerais PMCMV*. Salvador: SEDUR, 2019b.

BONDUKI, N. *Pioneiros da habitação social*. São Paulo: Unesp: Sesc, 2014. (Cem anos de política pública no Brasil, v. 1).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. *Estatuto da cidade*: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. (Série legislação, 35). Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2444/estatuto_cidade_2ed.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 jun. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte: FJP, 2013. Disponível em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/deficit_habitacional_municipal_2010.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. *Acompanhamento de operações: contratos*. Disponível em: <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/index.asp>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). *Como anda Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 81-107.

CAVALCANTE, L. R. M. T. *Crédito e desenvolvimento regional: o caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia*. 2004. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Planilha de dados dos contratos de habitação*. Salvador: CONDER, 2014. Cópia de documento oficial.

GORDILHO, A. S. Os desafios do Habitar na Metrópole Atual. Privatização seletiva e exclusividade na expansão urbana de Salvador. In: GAMA, H.; NASCIMENTO, J. *Urbanização de Salvador em três tempos: colônia, império e república: textos críticos da história urbana*. Salvador: IGHB, 2011. p. 369-404.

GORDILHO, A. S.; SOUZA, A. Avanços, retrocessos e desafios pelo direito à cidade no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL, 1., 2014, Salvador. *Trabalhos apresentados [...]* Salvador: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXkaXNwdXRhc2VtdG9ybm9kb2VzcGFjb3VyYmFub3xneDo3NGQ2YTMwMDCzZmRiMDY0>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LARCHER, J. V. M. *Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Construção Civil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.prppg.ufpr.br/ppgcc/sites/www.prppg.ufpr.br/ppgcc/files/dissertacoes/d0068.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Aglomerados subnormais - informações territoriais*. Censo demogr., Rio de Janeiro, p. 1 - 251, 2010. Disponível em: http://https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

REDE DE PROFISSIONAIS SOLIDÁRIOS PELA CIDADANIA. *Tereza do Espírito Santo: reflexões acerca da questão da habitação social em Salvador*. Salvador: REDE, 2010. Disponível em: <http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/salvador/texos/a-questao-da-habitacao-social-em-salvador>. Acesso em: 14 jun. 2015.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 223-234, jan. 2003.

ROLNIK, R. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 37-41, 2011. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/emetropolis_n05.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

SALVADOR. Prefeitura; FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. *Plano de Intervenção Projeto Mané Dendê*. Salvador: PMS, 2018.

SALVADOR. Prefeitura; FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. *Relatório Projeto Guerreira Zeferina*. Salvador: PMS, 2017.

SALVADOR. Prefeitura. Secretaria Municipal da Habitação. *Plano Municipal de Habitação de Salvador: 2008-2025*. Salvador: SEHAB, 2008.

SASSEN, S. *The global city*: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

SERPA, A. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: O exemplo de Salvador. *GeoTextos*, Salvador, v. 3, n. 1 e 2, p. 31-46, 2007.

SPINOLA, N. D. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 3, n. 4, p. 28-48, jul. 2001.



INADEQUAÇÃO DAS ATUAIS METODOLOGIAS DE MAPEAMENTO DE SISTEMAS LOCAIS DE PRODUÇÃO

Diego Lemos Ferreira
Doutor em Modelagem
Computacional e Tecnologia
Industrial e mestre em Gestão
e Tecnologia Industrial,
pelo Serviço Nacional de
Aprendizagem Industrial
(SENAI CIMATEC).
diegolemosferreira@gmail.com

Jair Guimarães Goes
da Conceição
Graduado em Engenharia de
Produção, pela Faculdade
Área 1. jairguima@gmail.com

Renelson Ribeiro
Sampaio
Pós-doutor, pela Universidade
de Wisconsin-Madison
(UW-Madison) e doutor em
Science Policy Research Unit,
pela University of Sussex.
Docente do Doutorado em
Modelagem Computacional
e Tecnologia Industrial pelo
SENAI CIMATEC. renelson.
sampa@gmail.com

AS METODOLOGIAS de mapeamento de sistemas locais de produção (SLPs) disponíveis na atualidade focam em atividades econômicas cuja formalidade é predominante. Em uma das etapas da metodologia atual indica que, caso não sejam encontrados dados secundários sobre tal atividade, então não se deve prosseguir com o estudo porque isso indica a inexistência de um SLP (SUZIGAN, 2006). Assim, as atividades econômicas com informalidade predominante não seriam detectadas por essa metodologia, podendo ficar marginalizadas das políticas públicas de desenvolvimento regional. No entanto, a informalidade no Brasil ainda é alta, movimenta grande soma de recursos e emprega 40% das pessoas no Brasil (MARTINS, 2014), sendo mais evidente nas regiões menos desenvolvidas, como no estado da Bahia (SUZIGAN, 2006).



A curva de Lorenz ilustra a desigualdade em uma determinada distribuição comparada a uma distribuição perfeita. Dessa forma é calculada a área entre a curva de Lorenz e uma linha que simula a distribuição perfeita

Diante do exposto, este artigo visa demonstrar a incompatibilidade das metodologias atuais de mapeamento de SLPs quando os mesmos têm informalidade predominante e os impactos ao desenvolvimento regional que esta incompatibilidade pode gerar. Visa também lançar bases para a elaboração de metodologias alternativas adaptadas a este tipo de SLP. Para isso, foi utilizado como objeto de estudo o SLP de produção de licores do Recôncavo da Bahia.

METODOLOGIA

Foram utilizadas duas metodologias na construção deste artigo: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica teve como polo teórico os sistemas locais de produção, com destaque para as medidas de concentração utilizados para analisá-los (Quociente Locacional e Gini Locacional).

A pesquisa documental, por sua vez, utilizou o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2014. Neste relatório pode ser encontrada a quantidade de empregos e massa salarial por cidade e atividade econômica (BRASIL, 2014). A partir deste relatório foram calculados o Quociente Locacional e Gini Locacional. Para tratar os dados, foram utilizados os softwares R Studio, Microsoft Excel e Minitab. Para o cálculo do Gini Locacional foi utilizado o software Microsoft Excel, trabalhando os dados de modo que fosse possível a utilização da Fórmula de Brown para o cálculo do coeficiente de Gini, conforme Equação 1.

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} - Y_k) \quad (1)$$

Paralelamente aos dados tabulados, também foi utilizado um artifício que complementa o coeficiente de Gini. A curva de Lorenz ilustra a desigualdade em uma determinada distribuição comparada a uma distribuição perfeita. Dessa forma é calculada a área entre a curva de Lorenz e uma linha que simula a distribuição perfeita. Essa representação permite que o índice de Gini varie entre 0 e 1, onde 0 representa a igualdade perfeita, onde todos tem a mesma representatividade, e 1, onde a distribuição é concentrada em um único local ou ponto.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para Suzigan, Garcia e Furtado (2002), o sistema local de produção se caracteriza basicamente como uma aglomeração geográfica de grande número de empresas de portes variados, com presença significativa de pequenas empresas, fabricantes de um mesmo tipo de produto ou produtos similares, seus fornecedores e prestadores de serviços.

Para identificar e delimitar geograficamente e estruturalmente os SLPs, duas das metodologias utilizadas são o quociente locacional (QL), proposto inicialmente por Isard (1960) e o coeficiente de Gini locacional (GL) (AUDRETSCH; FELDMAN, 1996; KRUGMAN, 1990; SUZIGAN *et al.*, 2004; SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2002). Suzigan e outros (2004) sugerem ainda que o cálculo do GL e QL deve considerar também as atividades econômicas que compõem a cadeia de suprimentos. Isso permite uma melhor caracterização do SLP. Neste trabalho foi utilizado o Quociente Locacional Modificado proposto por Ferreira e Sampaio (2015).

As fontes de dados secundários utilizadas no Brasil para a construção das metodologias referidas são: (i) a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), cujas coleta e tabulação são realizadas anualmente pelo Ministério do Trabalho e do Emprego e constituem uma base de dados bastante detalhada sobre volume de emprego e número de estabelecimentos por atividades econômicas e por municípios, além de ter outras informações que podem ser úteis para caracterizar um SLP; (ii) e a Pesquisa Industrial Anual (2016), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta última, no entanto, apresenta limitações quanto à disponibilização de dados para empresas com até 29 funcionários, o que impossibilita analisar um SLP em nível municipal. Esta característica da PIA limita o uso da mesma com o objetivo de analisar SLPs em níveis incipientes ou em cuja atividade há uma preponderância da informalidade. Por isso, não foi utilizado no presente trabalho.

Ressalta-se que é comum a existência de micro e pequenas empresas em SLPs, mesmo nos mais desenvolvidos. Essas se tratam do resultado do processo de *spin-offs* de empresas locais ou de *spill-overs*, ambos comuns em SLPs (SUZIGAN *et al.*, 2003).

Embora sejam apontadas algumas deficiências, as duas bases de dados têm virtudes suficientes para possibilitar a construção dos dois indicadores a seguir.

É comum a existência de micro e pequenas empresas em SLPs, mesmo nos mais desenvolvidos. Essas se tratam do resultado do processo de *spin-offs* de empresas locais ou de *spill-overs*, ambos comuns em SLPs

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na presente pesquisa foi utilizada a atividade de produção de licores de frutas no Recôncavo da Bahia para demonstrar que as atuais metodologias para mapeamento de SLP são incompatíveis quando a informalidade é predominante. Ressalta-se que não é objeto do presente artigo propor políticas públicas para desenvolver esta atividade. Tal tema pode ser abordado em pesquisas futuras.

O Recôncavo da Bahia, formado por dezenove municípios (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016, p. 116), foi selecionado porque há evidência da existência de um grande número de produtores de licor na referida região (MORAES; FERREIRA; SABA, 2017; SOUZA; FERREIRA; SAMPAIO, 2018).

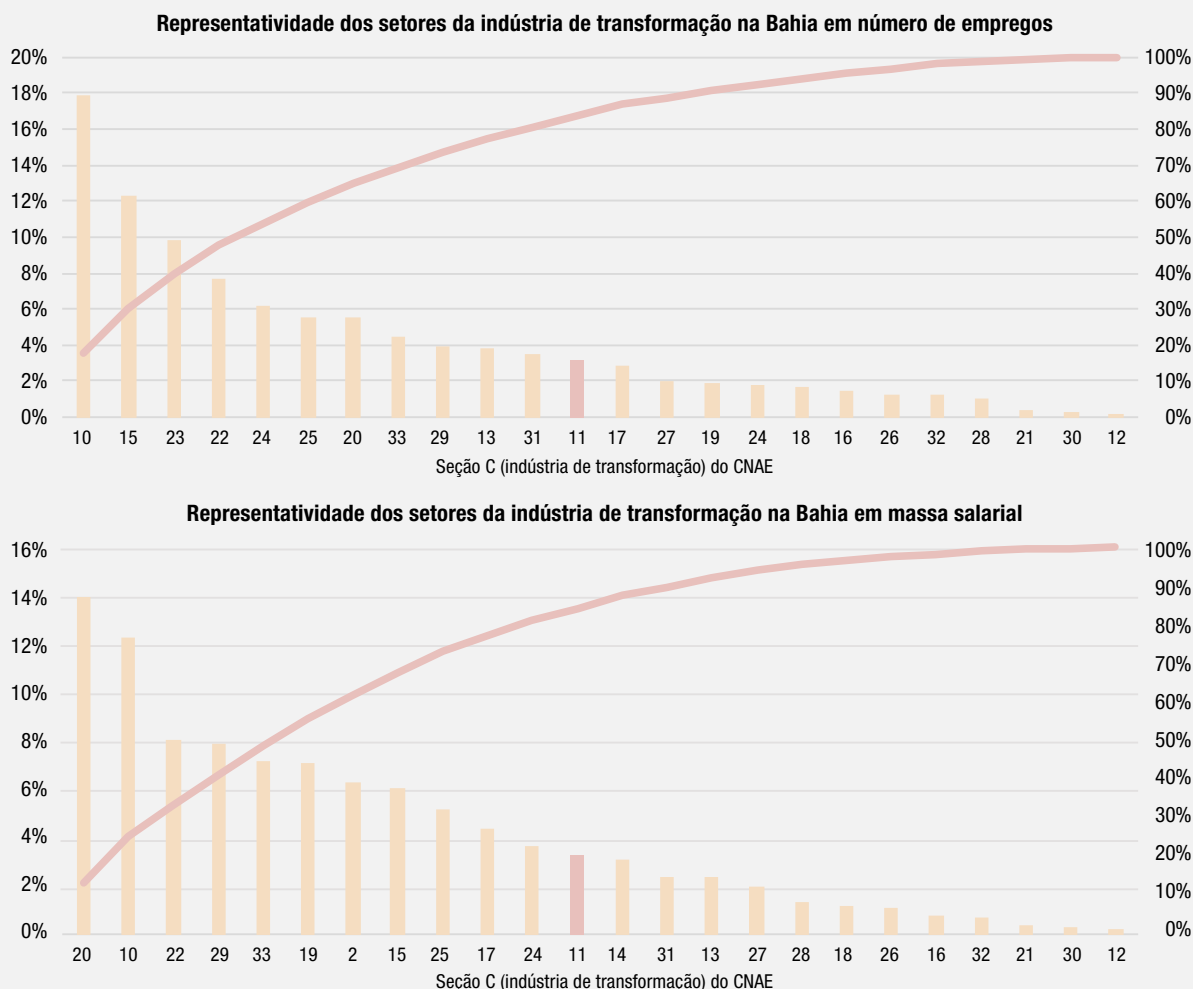
Dentre os diversos dados disponíveis pelo RAIS, utilizamos para o cruzamento de dados os seguintes parâmetros para a pesquisa do SLP da região no Recôncavo da Bahia, para a atividade de fabricação de licores de frutas:

- Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) – Versão 2.0.
- Cidade.
- Salário nominal.

Na Figura 1 é possível perceber que a divisão “11 - Fabricação de Bebidas” do CNAE responde por cerca de 3,2% de todos os setores de transformação na Bahia em número de empregos, com cerca de 10 mil empregos, distribuídos entre os subsetores de bebidas alcoólicas e não alcoólicas. O mesmo setor representa aproximadamente 3,3% da massa salarial do estado no setor de transformação, o que corresponde a cerca de R\$ 18 milhões /mês, fornecendo um salário médio em cerca de R\$1.900,00. Ambas as categorias tiveram uma colocação modesta, assumindo assim a 12ª posição na representatividade estadual, o que nos mostra que esse setor não é expressivo na economia baiana, tomando como base o número de empregos e massa salarial.

Figura 1

Representatividade dos setores de transformação, conforme divisão do CNAE (eixo x), em número de empregos e massa salarial – Bahia – 2014

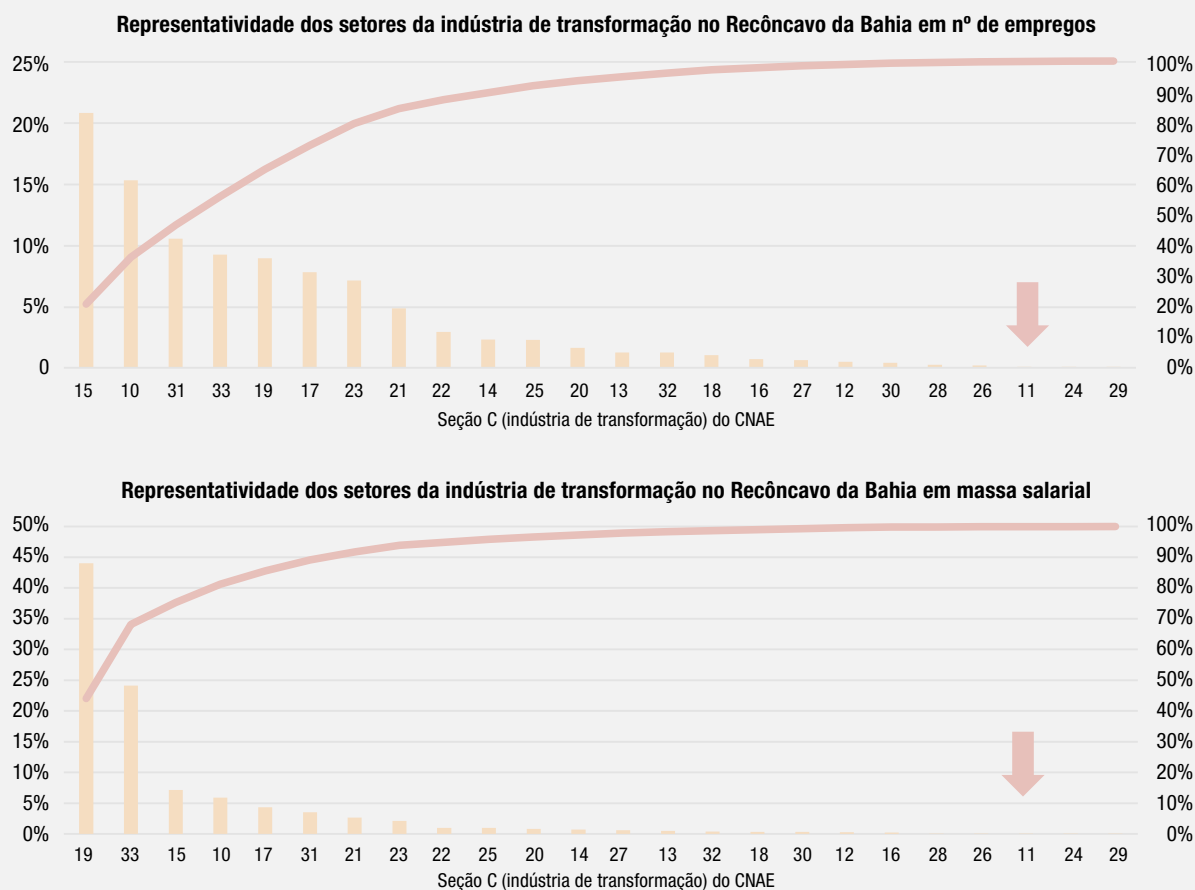


Fonte: Brasil (2014).

Nota: Elaboração própria.

Trazendo a mesma análise para a região do Recôncavo, é possível perceber uma diminuição sensível da representatividade do setor tanto em número de empregos quanto na massa salarial. A Figura 2 mostra uma representatividade de 0,09% e 0,03%, respectivamente, com somente 15 empregos e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 15 mil /mês, resultando em um valor médio salarial de cerca de R\$ 950,00, que é bem abaixo da média salarial estadual. Só com este dado é possível afirmar que há uma grande chance de os empregos terem um nível de especialização baixo, corroborando os dados encontrados por Souza, Ferreira e Sampaio (2018).

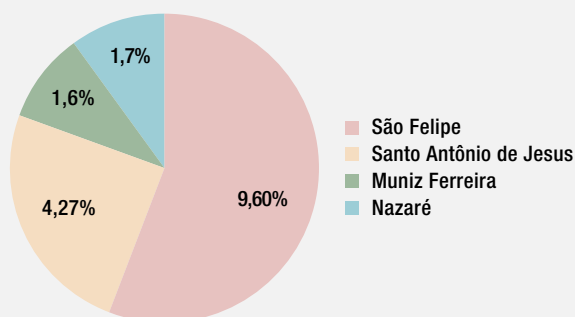
Figura 2
Representatividade dos setores de transformação, conforme divisão do CNAE (eixo x) na região do Recôncavo em número de empregos e massa salarial – 2014



Fonte: Brasil (2014).
Nota: Elaboração própria.

Conforme detalhamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), a Divisão 11 (fabricação de bebidas) é dividida em dois grupos. A fabricação de licores está alocada no grupo “11.1 – fabricação de bebidas alcoólicas”, especificamente na classe “11.11-9 – fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas”. No Recôncavo da Bahia, foram identificados 15 empregos na RAIS de 2014, sendo que todos eles estão alocados no CNAE 11.11-9/02 (Figura 3).

Figura 3
Distribuição dos empregos alocados no grupo “111 – fabricação de bebidas alcoólicas” na RAIS – Recôncavo da Bahia – 2014

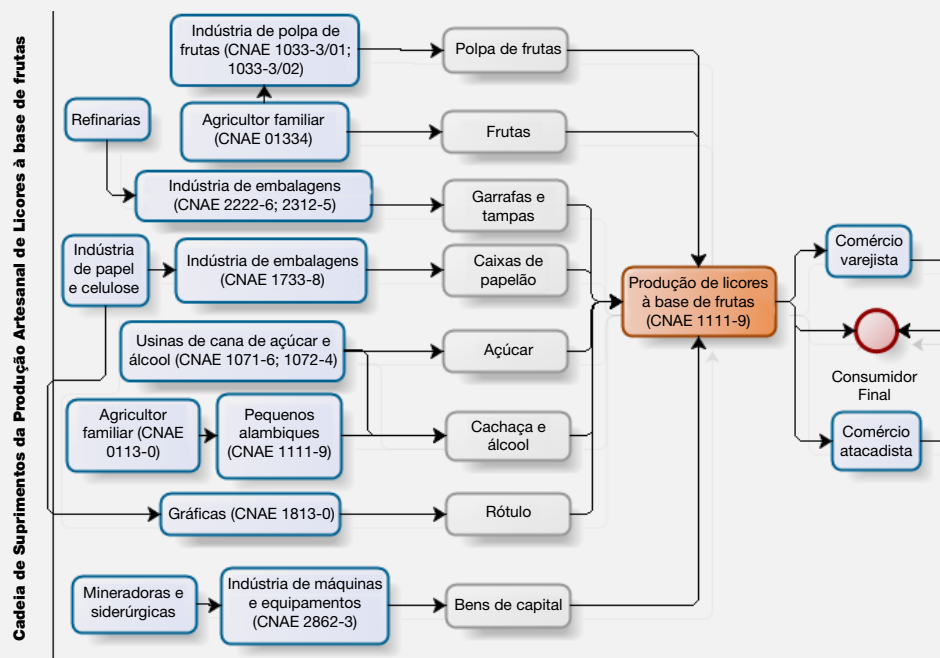


Fonte: Brasil (2014).

Nota: Dados tratados pelos autores (2020).

Para complementar a análise, debruçou-se sobre os dados da cadeia de suprimentos de licores. A Figura 4 descreve visualmente o fluxo da cadeia de suprimentos da produção de licores desde a matéria-prima até o consumidor final. É possível observar que essa cadeia é composta de diversos setores, o que poderia em tese compor um SLP na região. As cidades de Santo Antônio de Jesus (BA) e Santo Amaro da Purificação, juntas, respondem por mais de 84% dos empregos formais da região e massa salarial, conforme a Figura 5, puxadas quase que exclusivamente principalmente pela fabricação de papéis.

Figura 4
O sistema local de produção de licores de frutas – Recôncavo da Bahia

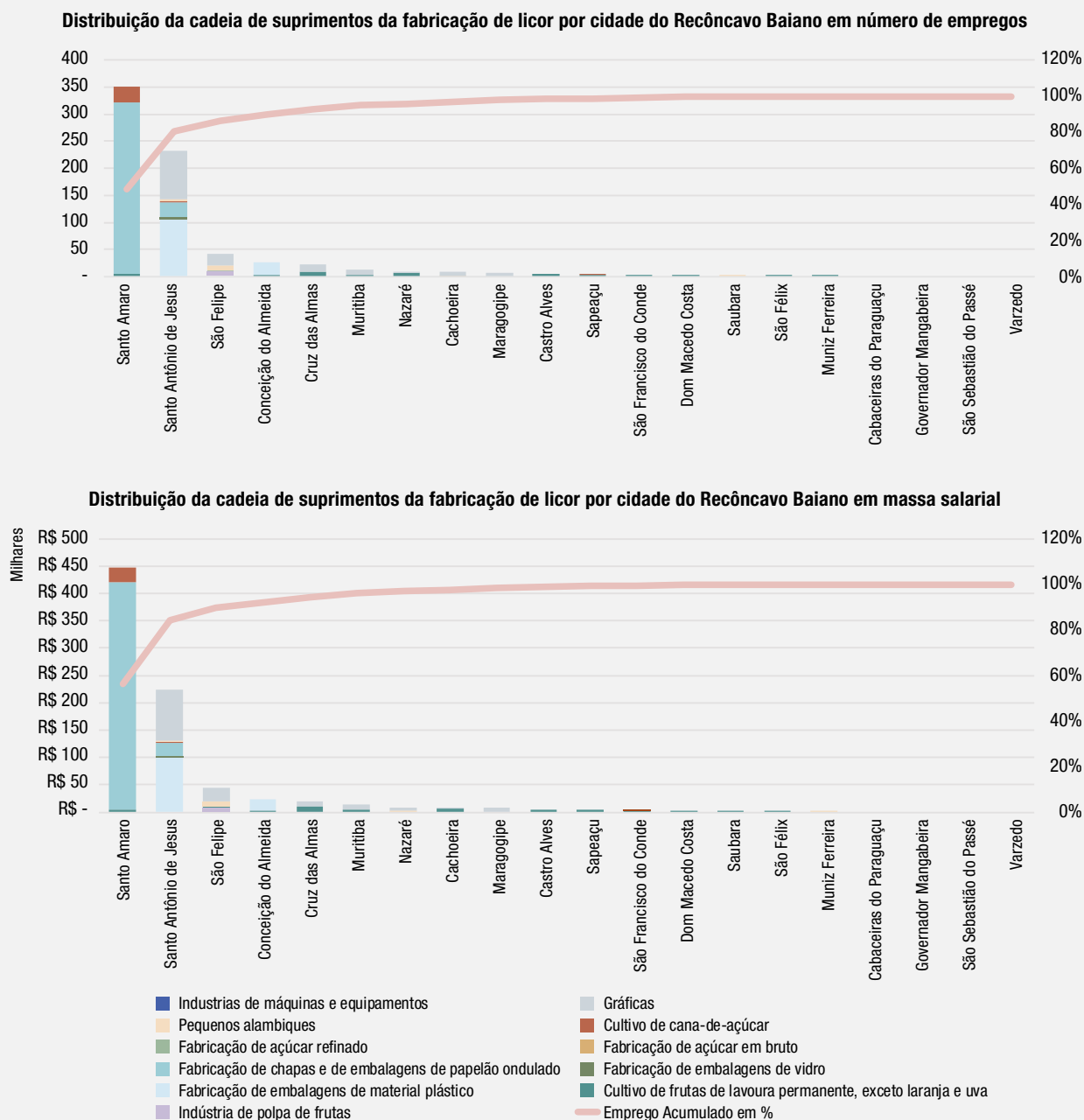


Fonte: Bastos (2016).

A Tabela 1 mostra o coeficiente GL e QL para os setores envolvidos nessa cadeia de suprimentos na região do Recôncavo. Observa-se que o setor “11119 – fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas” - possui coeficiente GL baixo, tendo apenas 15 empregos em toda a região. Diante disso, a interpretação que este índice permite é de que existem poucas chances de haver aglomerações de empresas desta atividade nesta região. Não há atividade na região para os setores de fabricação de açúcar bruto ou refinado bem como para o setor de máquinas ou equipamentos. É necessário observar que se na região houver apenas uma única grande empresa, o GL será alto, mas não indicará aglomeração de empresas.

Figura 5

Distribuição da cadeia de suprimentos da fabricação de licor por cidade em número de empregos e massa salarial – Recôncavo da Bahia – 2014



Fonte: Brasil (2014).

Nota: Elaboração própria.

Tabela 1
Representatividade para a cadeia de produção de licor de frutas no estado – Bahia – 2014

Setor	QL	GL	Número de empregos	Participação no estado (%)
1733-8 - Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	6,62	0,94	346	23,49
2312-5 - Fabricação de embalagens de vidro	6,50	0,95	3	23,08
1111-9 – Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	2,71	0,33	15	9,62
1813-0 - Gráficas	1,51	0,85	150	5,35
1033-3 - Indústria de polpa de frutas	0,60	0,95	30	2,15
2222-6 - Fabricação de embalagens de material plástico	0,60	0,93	129	2,14
0113-0 - Cultivo de cana-de-açúcar	0,24	0,94	32	0,83
0133-4 - Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva	0,06	0,59	41	0,20
1071-6 - Fabricação de açúcar bruto	N/A	N/A	0,00	0,00
1072-4 - Fabricação de açúcar refinado	N/A	N/A	0,00	0,00
2862-3 - Indústrias de máquinas e equipamentos	N/A	N/A	0,00	0,00

Fonte: Brasil (2014).

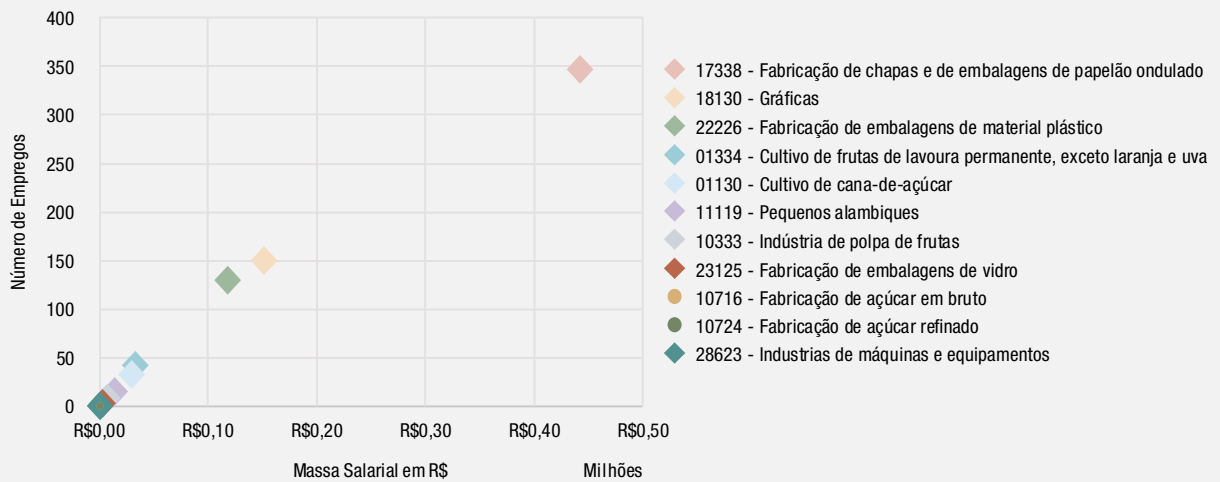
Nota: Elaboração própria.

As informações revelam um panorama onde a fabricação de licores (CNAE 11119) no Recôncavo é praticamente inexistente, levando em consideração a baixa quantidade de empregos gerados no setor de bebidas alcoólicas. Mas as interações desse mesmo setor com a cadeia produtiva, com base nos dados expostos, parecem guardar uma possível relação próxima, já que para a fabricação do licor é necessário o consumo de produtos de outros setores como embalagens, rótulos, tampas plásticas etc.

Após realizar os levantamentos dos dados e calcular o GL e QL para os setores que compõem a cadeia de suprimentos da fabricação de licores de frutas do Recôncavo, o próximo passo foi efetuar na prática o QL modificado proposto por Ferreira e Sampaio (2015). As figuras 6 e 7 mostram a plotagem da correlação massa salarial (Eixo X) x número de empregos (Eixo Y) para a região do Recôncavo e Bahia, respectivamente.

Figura 6

Massa salarial x número de empregos da cadeia de suprimentos da fabricação de licor na região – Recôncavo da Bahia – 2014

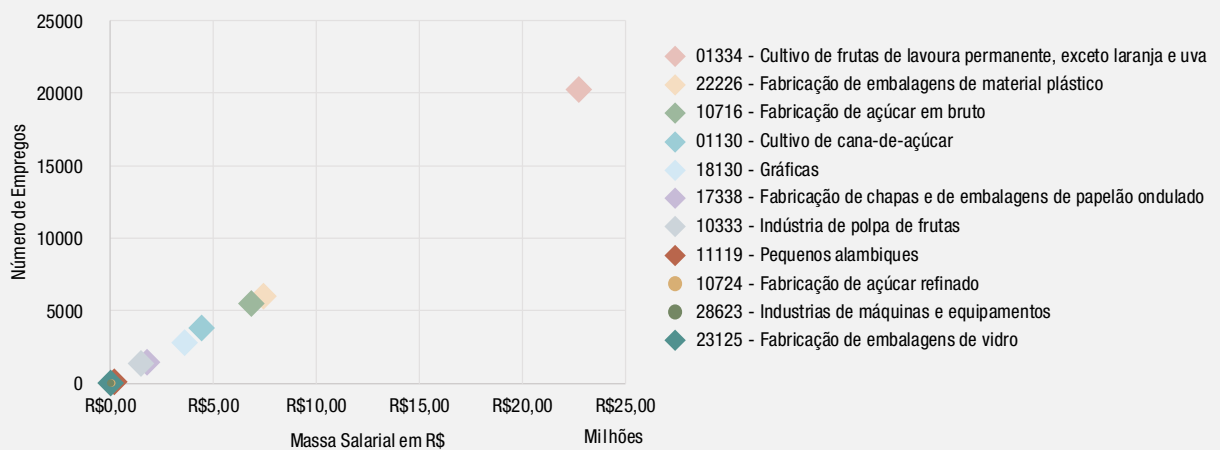


Fonte: Brasil (2014).

Nota: Dados tratados pelos autores (2020).

Figura 7

Massa salarial x número de empregos da cadeia de suprimentos da fabricação de licor – Bahia – 2014



Fonte: Brasil (2014).

Nota: Dados tratados pelos autores (2020).

De forma a complementar a interpretação dos resultados obtidos no cálculo do QL e GL, é proposto o grau de formalidade (GF) disponível em (2).

$$GF = \frac{NRAIS}{I + [NRAIS - (I \cap NRAIS)]} \quad (2)$$

Onde:

- GF: grau de formalidade
- NRAIS: número de empresas identificadas na RAIS
- I: número de produtores identificados na pesquisa de campo
- Interpretação: o índice varia entre 0 (totalmente informal) e 1 (totalmente formal)

A respeito da equação disponível em (2), são necessárias algumas observações:

- A RAIS não fornece o número de empresas existentes em determinado setor em determinada região. No entanto, é possível chegar a um número aproximado por meio de dedução. Por exemplo: se numa mesma cidade existem dois empregados registrados na mesma atividade, mas um está vinculado a uma empresa individual e o outro a uma sociedade limitada, então deduz-se que são empresas diferentes. Assim, temos dois empregos e duas empresas. Mas esta dedução está suscetível a erro: se os dois empregos estiverem vinculados a empresas de mesma natureza jurídica, estes podem estar vinculados a empresas diferentes ou não.
- Outra limitação é que o CNAE que aparece na RAIS é apenas o principal. Este é o caso da atividade de produção de licores (CNAE 11.11-9/02), que possui um CNAE bastante semelhante ao de produção de aguardentes (CNAE 11.11-9/01). Ou seja, um emprego pode aparecer na RAIS vinculado ao CNAE 11.11-9/01 porque esta é a atividade principal da empresa, mas a mesma também pode produzir licores por causa da similaridade na produção, mas ter esta atividade como secundária. Neste sentido, optou-se por utilizar a classe do CNAE: 11.11-9, envolvendo as duas atividades. Ressalta-se que isso não impede que uma empresa tenha um CNAE principal pertencente a outra classe (de produção de vinhos, por exemplo, 11.12-7), mas tenha também o CNAE de produção de licores.

Feitas as observações a respeito das limitações da equação disposta em (2), calculou-se o grau de formalidade da atividade de produção de licores no Recôncavo da Bahia, disposto em (3).

$$GF = \frac{5}{44 + [(5-0)\{]} = 0,1 \quad (3)$$

É necessário considerar ainda que nenhuma das cinco empresas identificadas em NRAIS tem como CNAE principal o de produção de licores (11.11-9/02), mas o CNAE de fabricação de aguardente de cana-de-açúcar (11.11-9/01). Observa-se que o grau de formalidade é bastante baixo, corroborando a hipótese da não identificação da atividade por meio do QL e GL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados contrastam com as evidências contidas em Moraes, Ferreira e Saba (2017) ao apontar que, só no Recôncavo da Bahia, existem 44 produtores de licor, sendo a cidade de Cachoeira (BA) um polo produtor com reconhecimento nacional. Um dos produtores desta cidade está nesta atividade há 100 anos, vendendo mais de 40 mil litros somente nos meses de maio e junho e empregando cerca de 30 pessoas neste período. Este produtor é especializado em licores, sendo esta a sua atividade principal, afastando assim a hipótese de utilizar outro CNAE como principal. Neste ponto resgata-se uma informação: a Figura 3 demonstra que havia em 2014 apenas 15 empregos com carteira assinada em toda a região relacionados ao CNAE classe 11.11-9. A cidade de Cachoeira não possui nenhum emprego com carteira assinada nesta atividade, conforme aponta a Figura 3.

Diante dos dados expostos, pode-se afirmar que um pesquisador que utiliza as metodologias atuais para mapear SLPs num ambiente cuja informalidade é predominante terá uma alta probabilidade de não identificar aglomerações locais. Este erro não intencional poderá sustentar a formulação de políticas públicas equivocadas para o desenvolvimento local ao defender, por exemplo, o fomento a atividades exógenas, por acreditar que a região não possui atividade relevante.

Ou seja, o uso das atuais metodologias de mapeamento de SLPs pode gerar falso-negativo, como a produção de licores no Recôncavo, marginalizando-as das políticas públicas e reforçando sua condição informal. Mesmo com informalidade predominante, esta atividade envolve um número considerável de atores. Neste sentido, a proposição de uma metodologia para mapear SLPs com informalidade predominante defendida por Ferreira (2019) pode contribuir para a solução deste problema.

O referido autor demonstra que a atividade de produção de licores no Recôncavo da Bahia apresenta relações com a cultura local, com os recursos naturais existentes na região e com conhecimentos tácitos da população local. Moraes, Ferreira e Saba (2017) defende ainda que a atividade tem o potencial de ser reconhecida como uma indicação de procedência, podendo

assim promover o turismo na região, a exemplo do que ocorre no Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul. No entanto, conforme abordado por Souza, Ferreira e Sampaio (2018), não há na região formação de mão de obra para dar amparo ao desenvolvimento da atividade. Neste sentido, Ferreira (2019) defende que o principal entrave para a formalização da atividade está no complexo sistema tributário regulatório que rege a atividade, incompatível com baixo nível de desenvolvimento educacional do setor na referida região, conforme já apontou Souza, Ferreira e Sampaio (2018). A simplificação deste sistema, defende Ferreira (2019), tem o potencial de alavancar a atividade ao promover a formalização sem exigir subsídios fiscais do setor público.

Por fim, pergunta-se: quantas atividades com potencial de desenvolvimento local, como a produção de licores do Recôncavo, existem e estão marginalizadas das políticas públicas de desenvolvimento somente porque as mesmas não aparecem nas estatísticas oficiais? Sugere-se esta pergunta como tema para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AUDRETSCH, David B.; FELDMAN, Maryann P. R&D spillovers and the geography of innovation and production. *The American economic review*, Nashville, v. 86, n. 3, p. 630-640, June 1996.

BASTOS, Gabriela. *O sistema local de produção informal de licores de frutas do Recôncavo da Bahia*. 2016. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Faculdade Área 1, Salvador, 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Estatísticas: microdados RAIS e CAGED*. Brasília: MTE, 2014. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FERREIRA, Diego Lemos. *Proposta de metodologia para modelagem de sistemas locais de produção com informalidade predominante*. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial) - Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Centro Universitário SENAI CIMATEC, Salvador, 2019.

FERREIRA, Diego Lemos; SAMPAIO, Renelson Ribeiro. Quociente locacional: uma proposta de modificação. In: WORKSHOP DE GESTÃO, TECNOLOGIA INDUSTRIAL E MODELAGEM COMPUTACIONAL, 2., 2015, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: SENAI CIMATEC, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ISARD, Walter. *Methods of regional analysis: an introduction to regional science*. Cambridge: MIT Press, 1960.

KRUGMAN, Paul. *Increasing returns and economic geography*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1990. (Working paper, 3275).

MARTINS, Arícia. Informalidade do emprego no Brasil cai de 55% para 40% em 10 anos. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 dez. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3804768/informalidade-do-emprego-no-brasil-cai-de-55-para-40-em-10-anos>. Acesso em: 20 set. 2016.

MORAES, Fernanda Rodrigues; FERREIRA, Diego Lemos; SABA, Hugo. Indicação de procedência: potencial do Recôncavo da Bahia no reconhecimento da produção artesanal de licores de frutas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 193, p. 63-77, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/article/view/94>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 9 abr. 2016.

SOUZA, Railane de; FERREIRA, Diego Lemos; SAMPAIO, Renelson Ribeiro. Qualificação da mão de obra da cadeia produtiva de aguardente e outras bebidas destiladas do Recôncavo da Bahia: uma análise a partir dos dados da RAIS. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 195, p. 83-95, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/article/view/201>. Acesso em: 31 mar. 2020.

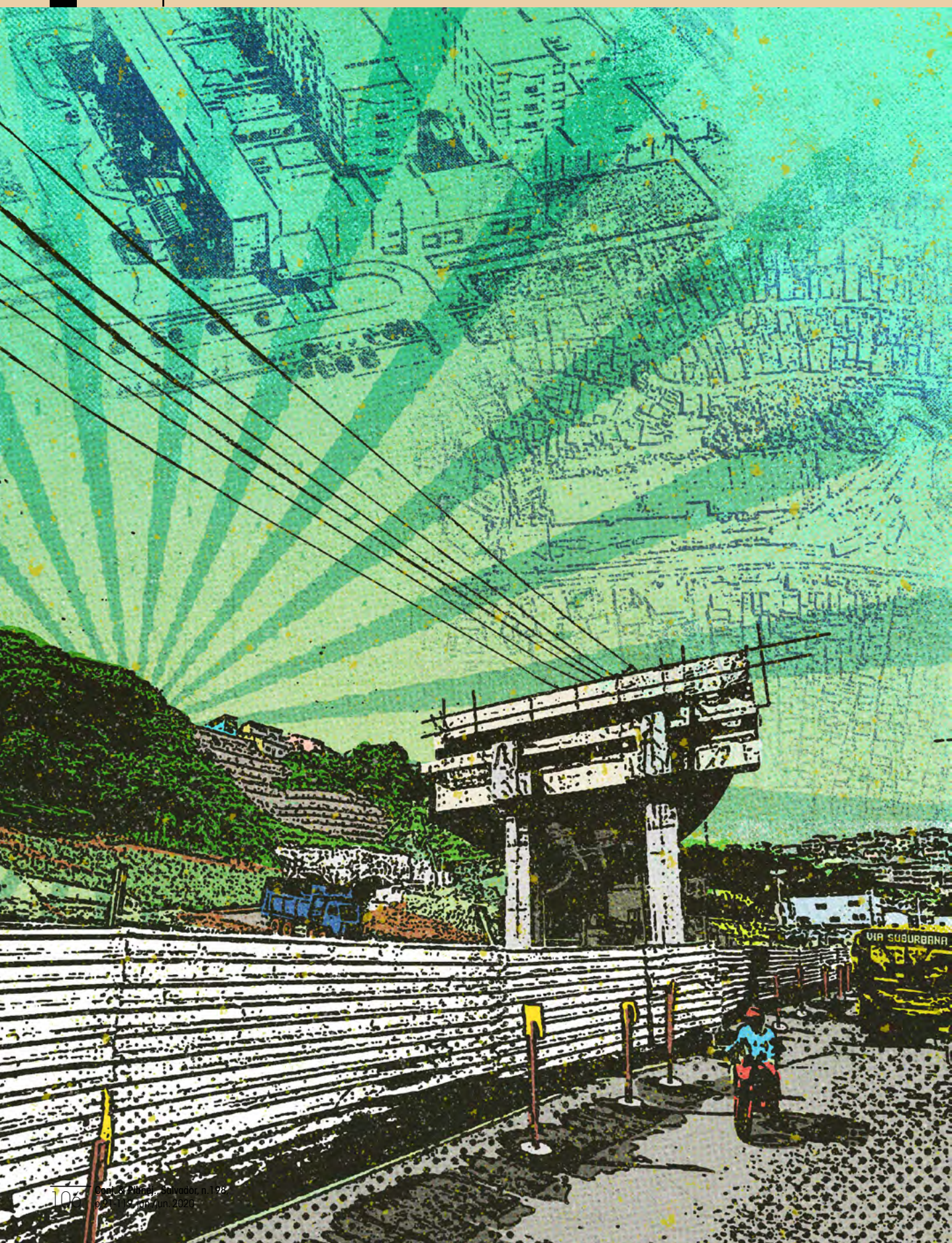
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Perfil dos territórios de identidade da Bahia*. Salvador: SEI, 2016. v. 2, 259 p. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284. Acesso em: 17 fev. 2017.

SUZIGAN, Wilson (coord.). *Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil*: relatório consolidado. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

SUZIGAN, Wilson *et al.* Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 543-562, out./dez. 2004.

SUZIGAN, Wilson *et al.* Coeficientes de Gini locais – GL: aplicação à indústria de calçados do Estado de São Paulo. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 39-60, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/415>. Acesso em: 9 set. 2016.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. *Clusters ou sistemas locais de produção e inovação*: identificação, caracterização e medidas de apoio. São Paulo: IEDI, 2002.



CIDADE FORMAL X CIDADE INFORMAL: UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO URBANA NO BAIRRO DO LOBATO

Suzana Gomes Cruz
Especialista em Gerenciamento
de Projetos e em Gestão
Integrada da Qualidade e
Certificações, pelo Centro
Universitário Jorge Amado
(Unijorge). suzanagcruz@
hotmail.com

Túlio Martins
Caldas Prado
Especialista em Arquitetura
Sustentável e Construção
Verde, pela Faculdades
Integradas Amec e
graduado em Arquitetura e
Urbanismo, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
tulioprado@hotmail.com

Márcia Maria Couto Mello
Doutora e mestre em
Arquitetura e Urbanismo, pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professora titular do
Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs).
mellomarcia@uol.com.br

Ana Licks Almeida Silva
Doutora em Saúde Coletiva
e mestre em Sociologia, pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professora titular do
Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs).
ana.almeida@unifacs.br

AS CIDADES cresceram e com o passar do tempo surgiu a necessidade de organizar os espaços urbanos destinadas a ordenar o desenvolvimento e as construções de modo a atender requisitos de salubridade, segurança e habitabilidade, além de observar os seus possíveis impactos no entorno. Entretanto, o urbanismo enquanto disciplina é um produto resultante da Revolução Industrial, que provocou mudanças contundentes de ordem social, econômica e cultural, consubstanciadas no espaço urbano. Esse espaço urbano, produto da modernidade, se revela complexo. Sua multiplicidade de sentidos e significados atribuídos à intrincada rede de ações, acontecimentos e atividades que se desenrolam no seu interior o caracteriza como um espaço “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORREA, 1989, p. 7).



O planejamento urbano, por sua vez, pode ser discutido com base em 2 (duas) dimensões: “[...] seja um plano para a definição de regras a serem seguidas por quem se interessa por alterar uma propriedade, ou terreno, para um novo uso, urbanização ou edificação; [...] um ato contínuo que entende a cidade como um organismo vivo, em permanente evolução” (VON HAUENSCHILD, 2011).

No Brasil, a Lei Federal nº. 10.257/2001 - Estatuto da Cidade- é o marco regulatório que «estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2010).

O Estatuto da Cidade dispõe de alguns instrumentos para execução desse planejamento, que são os planos nacional, regional e estadual, onde estão definidos os parâmetros para o plano diretor; disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual; diretrizes orçamentárias e orçamento anual; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais; planos de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2010).

O plano diretor urbano é o instrumento precípua para se pensar e executar a política de desenvolvimento e expansão urbana. Villaça (1999) entende que o plano diretor se inicia com um diagnóstico cuja finalidade é capturar as condições físicas, socioeconômicas, culturais e ambientais do município, seguido de análise dessas condições e concluído com um conjunto de propostas de curto, médio e longo prazos, que disciplinam e regulamentam a futura organização da cidade, as redes de infraestrutura e elementos centrais da estrutura urbana e a futura organização socioeconômica.

A interface dessas lógicas gera cidades injustas, desiguais e degradadas em termos socioambientais, territoriais e raciais. A capital soteropolitana reflete esta situação, (vide Quadro 1), ratificada no estudo de Pereira e Carvalho (2014 *apud* PINHO, 2017, p. 3) que revela Salvador enquanto uma combinação de 03 (três) diferentes cidades.

Quadro 1
Cidades de Salvador

Cidade tradicional	centro antigo e histórico de Salvador
Cidade moderna	“população branca” região da orla atlântica, onde estão concentrados os recursos de infraestrutura, os serviços públicos, amenidades e os pontos turísticos
Cidade precária, ou popular	bairros situados no “miolo” e Subúrbio Ferroviário. concentra-se a maior parte da população negra e pobre; expressivo déficit de infraestrutura, estrutura, serviços, escolas, áreas verdes, de lazer etc.

Fonte: Pinho (2017).

Neste contexto, há de se esperar “[...] um profundo descolamento entre a ordem legal e a cidade informal. Há um profundo desconhecimento social sobre a cidade concreta” (MARICATO, 1996, p. 11).

É, portanto, do reconhecimento da cidade segregada social e espacialmente que surgem os conceitos norteadores dessa análise: a cidade informal, que se constitui como resultante de um processo de parcelamento do solo desordenado e assentamentos espontâneos, sem a aplicação dos parâmetros urbanísticos definidos em lei, em contraponto, à cidade formal, espacialmente regular e resultante da aplicação dos instrumentos legais em vigor. Essa segregação é perceptível a olhos nus, visto que a cidade formal normalmente abrange as parcelas do solo de maior valor agregado, enquanto a cidade informal está assentada sobre áreas economicamente inviáveis, dentre elas, áreas de risco, periféricas ou de preservação de áreas verdes.

O plano diretor se constitui como um instrumento de lei de extrema importância para a política de desenvolvimento e expansão urbana do território de um município. Sua obrigatoriedade de implementação foi instituída a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990), no capítulo relativo à Política Urbana, abrangendo inclusive municípios acima de 20 mil habitantes.

Em Salvador, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município (PDDU), atualmente em vigor, foi aprovado pela Lei Municipal nº 9.069 e se constitui como o instrumento legal que define as diretrizes para o planejamento urbano da cidade (SALVADOR, 2016).

Desta forma, este artigo propõe como principal objetivo compreender a aplicação da legislação de planejamento urbano *versus* a dinâmica da cidade informal, tendo como recorte espacial o bairro do Lobato, no Subúrbio Ferroviário da cidade do Salvador, utilizando-se dados primários produzidos pela pesquisa Cidades Internas, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da UNIFACS, cujo objetivo foi produzir um diagnóstico socioeconômico e ambiental do Subúrbio Ferroviário durante o primeiro semestre de 2019.

As lideranças comunitárias tiveram um papel de extrema importância para a penetração dos entrevistadores junto à comunidade, visto que estes auxiliaram e conduziram aos pontos de maior frequência pelos moradores

No que tange à metodologia adotada para esta pesquisa, para coleta dos dados primários, definiu-se uma amostra de 387 questionários a partir do universo de 29.169 (vinte e nove mil cento e sessenta e nove) habitantes do bairro do Lobato. O nível de confiança foi de 95%, a fim de obter-se resultados mais fidedignos à realidade local. Esses dados subsidiaram a análise da cidade informal, ao passo que a análise da cidade formal utilizou como parâmetro a Lei Municipal nº 9.069/2016 referente ao Plano Diretor de Salvador.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o bairro do Lobato é constituído por 36 (trinta e seis) setores censitários, os quais possuem uma configuração espacial e geomorfológica bem distinta. Os questionários foram aplicados em 50% desses setores censitários, isto é, em 18 (dezoito) deles. Os setores foram selecionados tomando como base sua configuração espacial e geomorfológica do bairro apoiado em algumas variáveis, tais como: relevo, tipologia das construções, infraestrutura, dentre outros.

A despeito da amostragem mínima de 387 (trezentos e oitenta e sete) questionários para atingir 95% de nível de confiança, foram aplicados 419 (quatrocentos e dezenove) questionários nos setores censitários selecionados previamente, ao longo de 03 (três) semanas, no período de 11/06 a 22/06/2019.

As lideranças comunitárias tiveram um papel de extrema importância para a penetração dos entrevistadores junto à comunidade, visto que estes auxiliaram e conduziram aos pontos de maior frequência pelos moradores, além de identificar as áreas de risco, de controle do tráfico de drogas, às quais era impedido o acesso.

Foi utilizado o programa Epiinfo versão 7 para elaboração do questionário, tabulação e análise dos dados.

O Lobato está situado na Cidade Baixa, na área central da cidade de Salvador (Figura 01). Junto com o bairro, a baía de Itapagipe e o seu entorno formam uma das mais antigas áreas ocupadas da cidade. Região de importância histórica, cultural, ambiental, econômica e social, vem sendo palco de um crescimento urbano desordenado.

Figura 1

Localização do bairro do Subúrbio Ferroviário no município de Salvador (BA)

Localização do bairro do Lobato no Subúrbio Ferroviário



Fonte: Conder (2016).

O bairro do Lobato ficou conhecido como o local onde foi descoberto o primeiro poço de petróleo do Brasil, nos anos de 1940, durante o governo Getúlio Vargas, e está situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, na falha geológica de Salvador ao norte de São Caetano. Possui uma população de 29.169 habitantes, representando 1,01% da população do município, e concentra 0,94% dos domicílios da cidade. Seus limites iniciam-se na linha de costa e englobam a Travessa Antônio Peixoto do Joanes, a Avenida Afrânio Peixoto até as áreas de encosta (SANTOS *et al.*, 2010, p. 369).

Um elemento de destaque na história do bairro do Lobato foi a descoberta de um poço de petróleo, em 21 de janeiro de 1939, durante a campanha do governo federal brasileiro “O petróleo é nosso”

O espaço ocupado do Lobato possui uma concentração de ocupações residenciais, e os setores de serviços e comércio têm sido relevantes no processo de ocupação das áreas. A zona industrial exibe um traçado linear que no passado acompanhou o traçado da linha férrea (REGIS, 2007, p. 69) e que atualmente se constituem em estruturas vazias e abandonadas no cenário do subúrbio.

Ocupado inicialmente por tribos indígenas nos primórdios da colonização e, posteriormente, por fazendas, tem seu perfil modificado a partir da implantação da linha férrea Calçada-Paripe, em 1850, a qual foi responsável pelo processo de intensificação do comércio e dos serviços na região, acrescido dos benefícios de infraestrutura como energia elétrica e transporte.

Nesse local, se instalou a fábrica de tecidos São Brás, que favoreceu o processo de ocupação do bairro, inclusive com a formação de uma vila operária. Posteriormente o processo se intensificou com a presença de loteamentos regulares e irregulares, juntamente com as ocupações espontâneas (REGIS, 2007).

Um elemento de destaque na história do bairro do Lobato foi a descoberta de um poço de petróleo, em 21 de janeiro de 1939, durante a campanha do governo federal brasileiro “O petróleo é nosso”. O escritor Monteiro Lobato foi responsável na década de 1930 por empreender um conjunto de ações de incentivo a pesquisa sobre o petróleo no Brasil. Quando o primeiro poço de petróleo foi descoberto, o bairro recebeu esse nome em sua homenagem (SANTOS *et al.*, 2010).

A principal via de penetração do bairro, Avenida Afrânio Peixoto, conhecida como Av. Suburbana, foi inaugurada em 1971 e se desenvolve ao longo da linha ferroviária.

De acordo com o censo de 2010 (IBGE), o bairro do Lobato possuía o total de 9.142 domicílios, sendo 9.131 particulares permanentes, sete particulares improvisados e quatro coletivos. Além destes, registra-se a existência de mais 5.227 domicílios subnormais (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010 *apud* COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

De acordo com a CONDER (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 2016) “os domicílios em aglomerados subnormais não fazem parte do cálculo para o total de domicílios, que se constitui na soma entre o total de domicílios particulares (permanentes + improvisados) e

o total de domicílios coletivos”. Dessa forma, o bairro possui um dos maiores percentuais de domicílios subnormais da Prefeitura-bairro da Cidade Baixa, totalizando 57,18%.

Os domicílios particulares permanentes do Lobato recebem os serviços de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo: em 99,27 % dos domicílios verificou-se cobertura de abastecimento de água, em 90,01%, de rede de esgoto e 96,83%, para coleta de lixo (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010 *apud* COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 2016). A despeito dessa ampla cobertura, vale ressaltar que não se incluem domicílios subnormais no cálculo de domicílios totais, feito pelo IBGE, gerando dessa forma, uma distorção da realidade.

Os domicílios subnormais se distribuem predominantemente em áreas de risco (encostas) e ao longo da linha de borda marítima do bairro. Este cenário dificulta à implantação de infraestrutura adequada, primeiro por conta das condições topográficas, grande declive na área e, segundo, pela proximidade com o mar, a variação da maré.

É o Estatuto da Cidade que inclui as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pela primeira vez em legislação federal, como instrumento de execução da Função Social da Propriedade. No âmbito Federal, pela Lei nº 11.977/2009 e mais recentemente a Lei nº 13.465/2017, as ZEIS são definidas como parcela da área urbana destinada à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de uso e ocupação do solo (BRASIL, 2017).

A Prefeitura-bairro V – Cidade Baixa, possui seis ZEIS com o total de 128.259 habitantes, somando 61,71% da renda média da prefeitura-bairro. No bairro do Lobato está localizada uma das seis ZEIS da prefeitura-bairro, conforme definido pelo plano diretor, com 6.393 habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, e uma renda média mensal de R\$ 1.029,34 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010 *apud* COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

Atualmente, o bairro do Lobato passa pela implantação de dois sistemas viários estruturantes que modificarão significativamente a dinâmica local, além de incrementar a mobilidade urbana do bairro: o transporte de Veículo Leve sobre Trilho (VLT), em substituição ao trem urbano, e a ligação viária Lobato – Patamares, Linha Azul.

Esses sistemas tendem a gerar e ampliar fluxos, injetando uma nova dinâmica local. A implantação do VLT, integrado aos demais modais de transporte

No âmbito Federal, pela Lei nº 11.977/2009 e mais recentemente a Lei nº 13.465/2017, as ZEIS são definidas como parcela da área urbana destinada à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de uso e ocupação do solo

A aplicação de contrapartidas físicas e sociais é muito comum entre obras de grande porte e que suscitarão impacto de igual proporção à dinâmica do bairro e, portanto, devem ser cobrados para estruturar o desenvolvimento físico e urbano local

existentes, bem como a Linha Azul, conectarão o Subúrbio Ferroviário à Orla Atlântica e aos outros bairros, diminuindo consideravelmente o tempo de deslocamento entre os extremos da cidade.

Como é notório, a proximidade com esses dois novos sistemas estruturantes, repercutirá no desenvolvimento local, com a valorização dos imóveis lindeiros e o surgimento de novos estabelecimentos comerciais e de serviços. Contudo, esse crescimento pode ser negativo, intensificando e estimulando ainda mais o alto índice de ocupação desordenada do bairro, caso não haja monitoramento e controle por parte dos órgãos competentes do município.

Acrescenta-se ainda a especulação imobiliária, que pode contribuir definitivamente para a instalação de um agressivo processo de gentrificação da área, apesar das proteções legais estabelecidas pelo PDDU e, sobretudo, no exposto nos instrumentos da ZEIS.

É determinante, nesse processo, que se aplique com eficiência um monitoramento social e os instrumentos legais, de forma a acatá-los, a fim de proteger não apenas o ordenamento e uso do solo, mas sobretudo a população ali residente. É premente garantir a implantação de equipamentos urbanos que proporcionem alguma autonomia ao bairro e seus residentes.

Empreendimentos de grande impacto proporcionam, como contrapartida, a implantação de equipamentos urbanos de desenvolvimento social que permitam autonomia ao bairro e seus residentes, elevando a qualidade de vida da população local, ao evitar deslocamentos desnecessários. A aplicação de contrapartidas físicas e sociais é muito comum entre obras de grande porte e que suscitarão impacto de igual proporção à dinâmica do bairro e, portanto, devem ser cobrados para estruturar o desenvolvimento físico e urbano local.

Ademais, o bairro do Lobato, assim como outros bairros que compõem a região do Subúrbio Ferroviário, é desprovido de equipamentos de esporte, cultura e lazer, característica das áreas onde a ausência do estado se perpetuou historicamente e nutre, por conseguinte, nas ocupações informais, o cenário favorável ao crescimento do tráfico de drogas, incrementando a condição de vulnerabilidade social, especialmente da população mais jovem.

O PLANO DIRETOR (CIDADE FORMAL)

No PDDU de 2016, dentre os artigos que legislam especificamente sobre o bairro do Lobato, destaca-se o artigo 145 (SALVADOR, 2016), que institui a Macroárea de Reestruturação da Borda da Baía de Todos-os-Santos, que definem instrumentos legais para o uso estratégico das áreas litorâneas da baía para o desenvolvimento de atividades náuticas, portuárias e outras relacionadas ao mar, de modo a refletir economicamente de forma positiva na população de baixa renda residente no bairro.

Os artigos 146 e 147 também desempenham papel de extrema importância no Subúrbio Ferroviário, que engloba o bairro do Lobato relativo à implementação de investimentos em infraestrutura urbana, regularização fundiária, habitação de interesse social, dentre outros que impulsionem o desenvolvimento local (SALVADOR, 2016, p. 75).

Ademais, sob o ponto de vista da habitação, o bairro do Lobato, de acordo com o PDDU, se enquadra como ZEIS 1, que abrange assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares onde destaca-se o artigo 67º, que institui sobre a urbanização de assentamentos precários e definem uma série de obrigações ao setor público no tocante à implantação de infraestrutura, oferta de serviços públicos e condições de mobilidade e acessibilidade adequados. Quando necessário, prevê o reassentamento das famílias a serem removidas a habitação de interesse social (SALVADOR, 2016, p. 34).

O PDDU (SALVADOR, 2016), portanto, tal como exposto nos artigos citados, dispõe de uma série de instrumentos legais que possibilitam a mudança da atual realidade do bairro do Lobato, mediante a implementação de urbanização em conjunto com infraestrutura adequada, assim como o incremento da economia com a potencialização de atividades náuticas e portuárias, de modo a atingir o princípio norteador e constitucional do plano: melhoria da qualidade de vida do cidadão soteropolitano e, nesse caso, dos moradores do bairro do Lobato.

O bairro do Lobato foi constituído originalmente por assentamentos e loteamentos regulares e, ao longo dos anos do processo de ocupação urbana, instalou-se ao seu redor e, sobretudo, sobre a área limítrofe da baía, mediante aterros irregulares, uma série de assentamentos espontâneos, desprovida de infraestrutura urbana adequada, tais como esgotamento sanitário e drenagem urbana. Essa ocupação se deu, principalmente, pela região não se constituir

O bairro do Lobato, de acordo com o PDDU, se enquadra como ZEIS 1, que abrange assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares onde destaca-se o artigo 67º

como uma área nobre ou de valor paisagístico, chegando, atualmente, a um ponto atual crítico perceptível através do alto adensamento, da pouca permeabilidade, inexistência de infraestrutura adequada e de equipamentos de cultura, esporte e espaços de lazer e de convivência.

Verifica-se que, apesar do Plano Diretor de Salvador, assim como outras leis municipais que legislam sobre o ordenamento do solo, a exemplo da Legislação de Ordenamento e de Uso e Ocupação do Solo de Salvador (LOUOS), possuírem um conjunto de instrumentos de lei, muitos, inclusive, fundamentados no próprio Estatuto das Cidades, e com base nos dados coletados, evidenciou-se a pouca aplicabilidade dessas ferramentas para garantir uma melhor qualidade de vida para seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lobato se constitui, como pode ser observado no diagnóstico apresentado, com grande densidade urbana, predominantemente residencial, constituída por população de baixa renda, 57,18% de ocupações subnormais, desprovido de equipamentos urbanos e de convivência de qualidade, com atividades comerciais e de serviços de pouca expressão e que convive assim como outras localidades com o “poder paralelo” do tráfico de drogas enraizado em parte de suas ruas e rotinas diárias. E, apesar dos altos índices de cobertura do saneamento básico no bairro, estes se restringem somente às ocupações regularizadas (domicílios permanentes), desconsiderando os domicílios subnormais e, que por sua vez denotam uma característica de infraestrutura urbana deficiente, por causa dos aspectos geomorfológicos negativos do bairro.

Sendo assim, de modo a reverter esse cenário atual, verifica-se que o bairro suscita urgentemente a construção de uma série de medidas e ações de modo a aproveitar para reverter um potencial problema numa oportunidade de desenvolvimento local, mediante a minimização dos impactos trazidos com os empreendimentos estruturantes previstos na sua área, visto que o plano diretor tem pouca efetividade para a mudança e melhoria desse cenário sob a ótica da implementação.

Para tanto, o Lobato necessita de uma atuação das gestões municipal e estadual mais próxima daquela comunidade, de forma a construir algo sólido, sustentável e adequado à realidade, visto que estes possuem os

instrumentos, ferramentas e, mediante a aplicação de sanções aos empreendimentos, os recursos necessários para mudar a realidade local e possibilitar a essa comunidade uma melhoria de sua qualidade de vida.

Compreende-se que o plano diretor de 2016, embora tenha trazido uma série de instrumentos de lei e, em sintonia com o Estatuto das Cidades assim como, elaborado em consonância à participação popular e à realidade de Salvador, existem circunstâncias que impedem uma maior eficiência de sua aplicabilidade no bairro do Lobato. Dentre essas circunstâncias que reduzem a efetividade da aplicação dos parâmetros e diretrizes urbanísticos definidos na construção do espaço urbano pelo plano diretor, podemos concluir que a localização do mesmo em área periférica, ou seja: menor visibilidade; baixa fiscalização por parte dos órgãos competentes; baixo investimento na infraestrutura urbana, associados à baixa renda da maior parte da população local, suscitam na ocupação desordenada de grande parte do território do bairro do Lobato, denotando assim ainda uma grande distância a ser percorrida para trazer essa “cidade informal” aos parâmetros estabelecidos da “cidade formal”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. *Estatuto da Cidade*: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. (Série legislação, 90).

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 jul. 2017.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia. *Painel de informações*: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. 5. ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

CORSO, Gilberto; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. As "cidades" de Salvador. In: CORSO, Gilberto; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de (org.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. p. 81-107. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/36d/pdf/carvalho-9788523209094-04.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

FERNANDES, Ana. O EPUCS e a Cidade do Salvador nos anos 40: urbanismo e interesse público. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Malha de setores censitários*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 7 jan. 2020.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. (Estudos Urbanos. Série Arte e Vida).

PINHO, Hortência Gomes. O PDM de Salvador e a apropriação empresarial do planejamento, gestão e governança da cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.3/ST%2010.3-03.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

REGIS, Imaira Santa Rita. *Lobato e Paripe no contexto da Avenida Suburbana*: uma análise socioespacial. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. *Katálisis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6501/6309>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SALVADOR. Lei nº 9.069, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, 30 jun. 2016. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SANTOS, Elisabete *et al.* *O caminho das águas em Salvador*: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA: SEMA, 2010.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Dilemas do plano diretor. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. *O município no século XXI*: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999. p. 237-247.

VON HAUENSCHILD, Carl. Salvador do ponto de vista de planejamento urbano. In: SEMINÁRIO PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL, 1., 2011, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: Movimento Vozes de Salvador: Rede de Profissionais Solidários, 2011. Disponível em: <http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/salvador/texos/salvador-do-ponto-de-vista-de-planejamento-urbano>. Acesso em: 11 set. 2017.



UMA NOVA DÉCADA PERDIDA

Gustavo Casseb Pessoa
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG estadual. Desde 2009 é diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Em 2014, 2015 e 2017 foi presidente e atualmente (2020) é vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA).

Os economistas da minha geração foram formados para, entre outras coisas, compreender os motivos que levaram o Brasil do “milagre econômico” a um período obscuro (*the dark side of the force*), que foi estigmatizado como década perdida. Mesmo com toda a revolução cultural e musical e a redemocratização política, com o fim da ditadura militar, foi o campo da economia que produziu esse significado aos saudosos anos 80 do século XX.

As explicações para essa denominação estavam ancoradas em quatro pilares principais: 1 – o estrangulamento externo, ainda como consequência do segundo choque do petróleo, com diminuição dos financiamentos internacionais e das exportações para os EUA, à época principal parceiro comercial do Brasil; 2 – crise fiscal e financeira do Estado, provocando elevação do endividamento externo e dificuldades de pagamento dos serviços da dívida; 3 - queda da formação bruta de capital fixo em proporção ao PIB do país, contribuindo para a redução do nível da atividade interna, e, 4 - elevado processo inflacionário, que assumiu contornos catastróficos devido, principalmente, ao seu componente inercial e à incapacidade do governo em estancá-lo.

À época, renomados economistas do país foram convidados para o Ministério da Fazenda com o objetivo de reverter esse quadro de “estagflação” e recolocar o país nos trilhos do crescimento. Mas, com remédios mais ou menos parecidos, os vários planos de estabilização macroeconômica (Cruzado I e II, Bresser, Verão e “Feijão com Arroz”) pioraram o ambiente de negócios, utilizaram instrumentos heterodoxos e apenas conseguiram gerar expectativas de novas intervenções nos preços para refrear o processo inflacionário que chegava a dois dígitos mensalmente (em 1989, a taxa de inflação acumulada medida pelo IPCA foi de 1.782,86%). Nesse ambiente macroeconômico, três efeitos adversos podem ser destacados. A queda da

formação bruta de capital fixo, de 25% em finais dos anos 1970 para 21% em 1989, e uma taxa média de crescimento do PIB ao longo da década de 1980, de aproximadamente 1,6%. A taxa de desemprego do país atingiu no pior ano da série, 7,9% da população economicamente ativa em 1981 e 3,3% no melhor ano em 1989, mesmo com o surto inflacionário vivido à época. Na Tabela 1 são exibidos alguns indicadores econômicos das décadas de 1980 e 2010.

Tabela 1
Indicadores econômicos das décadas de 1980 e 2010 (em %)

Anos	Desemprego	Inflação	PIB	Anos	Desemprego	Inflação	PIB
1981	7,9	95,2	-4,3	2011	7,3	6,5	4,0
1982	6,3	99,7	0,8	2012	6,7	5,8	1,9
1983	6,7	211,0	-2,9	2013	7,1	5,9	3,0
1984	7,1	223,8	5,4	2014	7,5	6,4	0,5
1985	5,3	235,1	7,9	2015	8,3	10,7	-3,5
1986	3,6	65,0	7,5	2016	11,3	6,3	-3,3
1987	3,7	415,8	3,6	2017	12,8	3,0	1,3
1988	3,8	1037,6	-0,1	2018	12,3	3,8	1,3
1989	3,3	1782,9	3,2	2019	11,9	4,3	1,1
1990	4,3	1476,7	-5,1	2020 ⁽¹⁾	15,0	2,5	-3,0
Média	5,2	564,3	1,6	Média	10,0	5,5	0,3

Fonte: Para os anos 1980 utilizou-se a Revista Conjuntura Econômica da FGV.

Para os anos 2010 foram utilizados dados do SIDRA-IBGE.

Nota: (1) Para 2020 foram utilizadas as projeções feitas pelo autor do texto com base nas expectativas das principais instituições do mercado brasileiro e do Ministério da Economia, do governo federal, realizadas no final do mês de abril.

Os dados da Tabela 1 não permitem a comparação temporal em função da utilização de procedimentos metodológicos diferentes para o cálculo destes indicadores, mas eles refletem uma realidade que à sua época era possível observar. O conceito de década perdida estava, ao seu tempo, identificado mais fortemente ao processo inflacionário e à impossibilidade de revertê-lo com o receituário dos economistas da época e com os planos de estabilização frustrados pelas expectativas inflacionárias que eles mesmos retroalimentavam. E, claro, em função da queda na taxa de crescimento do PIB em relação aos anos 1970, quando a economia brasileira apresentou uma expansão média anual de 8,6%.

O Brasil parece ter perdido a mão nas ações de planejamento para uma retomada do crescimento econômico. É inequívoco o processo de estabilidade de preços alcançado no bojo das transformações trazidas pelo Plano Real. Mas, mesmo com uma inflação relativamente baixa se comparada aos padrões do passado, igualmente estamos reféns de medidas macroeconômicas que sejam capazes de elevar novamente a participação da formação bruta de capital fixo no PIB, atualmente no seu pior patamar histórico, de aproximadamente 15% (em 2019, segundo as contas nacionais do IBGE) e com isso reverter às baixas taxas de crescimento da economia brasileira,

até mesmo pelos efeitos multiplicadores que os investimentos proporcionam ao emprego, renda e consumo.

Apesar dos claros desequilíbrios da primeira década perdida, a taxa de desemprego na segunda metade dos anos 1980 atingiu patamares que todos os brasileiros gostariam de reviver atualmente. Mas, com a economia em um “estado estacionário”, crescendo apenas 0,3% em média na década de 2010, será difícil reverter essas estatísticas, até mesmo porque o padrão tecnológico em curso vai gradativamente utilizar menos mão de obra para cada nível de produto.

Estamos diante de uma nova década perdida. Valem para esse período praticamente os mesmos pilares de outrora. Crise fiscal e financeira do Estado, manifestada pela baixa arrecadação e incapacidade de reverter o déficit público, dificuldades externas advindas das instabilidades na geopolítica internacional, que provocaram oscilações nas relações comerciais brasileiras e, porque não dizer, inexpressiva taxa de formação bruta de capital fixo em proporção do PIB, além da elevada taxa de desemprego, talvez a maior mudança na comparação entre os dois períodos. Nos anos 1980, a conturbação do ambiente externo foi muito mais exacerbada. A crise dos 2010 é mais interna. Mesmo com oscilações na corrente de comércio internacional, não houve nesta última década semelhante desajuste no balanço de pagamentos como durante a “primeira década perdida”.

Novamente temos a dificuldade de perceber a orquestração de ações econômicas necessárias para uma retomada do crescimento que resolvam dois problemas de uma só vez: aumentar a arrecadação de impostos indiretos, com a qual se financia o déficit público, e gerar postos de trabalhos formais, com salários mais altos e estáveis para expandir o consumo das famílias, que todos sabem é o componente mais importante da demanda agregada, em termos de sua representatividade no PIB do país. A diferença é que no passado os economistas criavam os planos econômicos, combinando medidas fiscais, monetárias e cambiais para recolocar a economia nos trilhos. Ainda que essas experiências tenham trazido mais insucesso do que resultados efetivos, era possível perceber o Estado planejando as ações de curto, médio e longo prazos na economia brasileira.

Parece que nós desaprendemos com os legados da história econômica do país. Em 2013, em um documentário feito por Mailson da Nóbrega, o ex-ministro do governo José Sarney afirmou que “estávamos condenados a dar certo”. E, semelhante ao que aconteceu quando o então ministro da Fazenda tentou estabilizar a economia brasileira do final dos anos 80 (sem sucesso), a taxa de crescimento do PIB do Brasil a partir do ano de 2014

pôs “por terra” toda a expansão vivida naquele início de década, novamente trazendo para nossas mentes a alusão de uma nova década perdida. Tomara que dessa vez o início de um novo período decenal traga mais alento para o país e que seja bem diferente do que aconteceu no início dos anos 1990, quando se buscou um receituário muito parecido com as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro para resolver os problemas do baixo crescimento econômico do Brasil.

Apesar da total ausência de um plano econômico, com ações explícitas de curto prazo e uma visão de longo prazo, a equipe econômica que comanda agora o Ministério da Economia (em substituição ao do Planejamento e Fazenda), desde o finalzinho da década de 2010, afirma ter encontrado a “fórmula” para a retomada do crescimento do PIB brasileiro. Privatizações, ajuste fiscal, reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária), diminuição progressiva de qualquer gasto público e desaparecimento do Estado estão entre as medidas centrais. No lado monetário, um corte abrupto na taxa de juros, com a Selic atingindo o menor patamar de sua história (3,75% ao ano) e no lado cambial uma desvalorização da moeda nacional, claramente não coordenada pela equipe econômica, mas pelas condições vigentes dessa época (conflitos entre China, EUA, Arábia Saudita, Rússia, além da pandemia do coronavírus). Não se trata de uma crítica ao modelo neoliberal, mas uma constatação à luz das evidências: o problema do Brasil ao longo da década de 2010 não era de oferta e sim de insuficiência de demanda. Em um contexto como esse, a queda na taxa de juros tem pouca capacidade de alavancar a economia e por isso a política fiscal expansionista acaba assumindo um papel não apenas estratégico, mas necessário.

Além disso, não há no curso atual da economia brasileira um plano para a efetiva retomada do crescimento econômico, para aumentar a competitividade dos setores produtivos ou para a elevação da produção industrial (que em dezembro de 2019 ainda registrava um patamar 12% menor que o de 2014, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física do IBGE), mas, uma crença de que o orçamento público superavitário e a ausência do Estado nas ações econômicas serão suficientes para a reversão nas tendências declinantes do crescimento do PIB e do emprego.

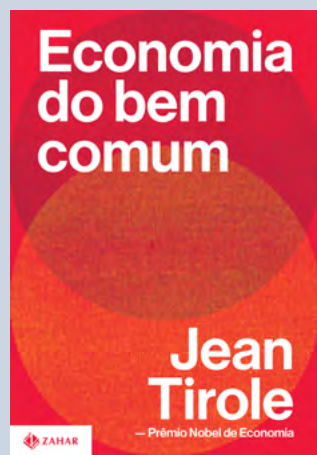
O primeiro resultado dessas medidas em conjunto apresentou baixo crescimento (apenas 1,1% na comparação entre 2019/2018, segundo os dados das contas trimestrais do IBGE) e uma alta taxa de desemprego (11,9% da PEA, ou 11,6 milhões de pessoas. E, ainda falando desse resultado para o mercado de trabalho brasileiro, nesse mesmo período, a informalidade atingiu 41,1% da população ocupada, maior taxa desde o ano 2016, ambas informações segundo a PNAD Contínua do IBGE). Vamos esperar e torcer

que as condições que não permitiram ao governo Collor lograr resultados mais positivos nos anos 1990 não se repitam e que a nova década, de 2020, comece com uma taxa de crescimento que suplante as expectativas de mercado (segundo o Boletim Focus, do Banco Central, divulgado em 20 de abril, a taxa de crescimento do PIB brasileiro esperada para 2021 deverá ser de 3,1% aproximadamente). Mas, infelizmente isso não nos parece crível até mesmo pelas incertezas provocadas pelo alastramento do coronavírus, que vai provocar mais restrições e adversidades para uma economia já bastante debilitada.

A esse respeito, é importante fazer uma pontuação para evitar que essa análise seja considerada tendenciosa. A pandemia acontecida em 2020 por conta do coronavírus provocou uma queda vertiginosa da economia mundial, com reflexos negativos em todos os países. No momento em que este texto foi escrito (final de abril do corrente ano), as estimativas globais davam conta de quedas acentuadas em praticamente todas as economias, sobretudo na China, EUA, zona do euro e em toda América Latina. Embora a magnitude desta crise não seja possível de ser calculada (ainda), até mesmo pela falta de bases de dados estatísticos, todas as projeções de PIB foram revistas para baixo, indicando uma recessão global que não pode ser menosprezada para efeito desta análise. Ainda assim, caso esse pesadelo não tivesse acontecido, o sonho também não seria colorido. Se levada em consideração a estimativa feita pela equipe econômica antes de conhecidos os efeitos desta epidemia mundial, a taxa de evolução do PIB brasileiro em 2020 seria de 2,1%, em relação ao ano imediatamente anterior. Caso esse resultado fosse alcançado com precisão, a taxa média de crescimento entre 2011 e 2020 mudaria de 0,33% para 0,81% ao ano. Mesmo que o resultado ao final seja muito mais baixo do que a queda de 3,0% projetada para o PIB brasileiro em 2020, um único ano não cria uma tendência para uma década, por pior que ele seja.

Um grande cantor dos anos 1980 dizia em uma de suas belas letras musicais “eu vejo o futuro repetir o passado”. Eu não gostaria de endossar tais palavras, mas, realmente estamos vivendo no presente algo muito parecido com essa realidade do passado recente do Brasil. É preciso não ignorar os fatos e o curso já contado pela história. Em geral, os países ao redor do mundo que realizaram reformas em que se retirou o Estado de suas funções precípuas, diminuindo o fluxo monetário, arrochando salários de trabalhadores, enfrentaram crises sérias e dificuldades sociais irreparáveis. E não apresentaram taxas de crescimento do PIB que refletissem uma inversão de tendência.

O importante agora é a melhoria nas expectativas, a retomada dos investimentos e do crescimento do PIB para o início de uma nova década. Mas isso não vai acontecer sem aumentar a geração de empregos, a distribuição de renda e a competitividade dos setores produtivos do país (segundo a FINEP, o percentual de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico atingiu apenas 1,3% do PIB brasileiro em 2017). Eu reforço que depósito grande fé nos processos históricos. Espero que ao atualizar esse texto daqui a dez anos tenhamos muitas novidades para contar, sobretudo que conseguimos enfrentar os percalços e voltar a registrar taxas elevadas no crescimento econômico do Brasil.



ECONOMIA DO BEM COMUM

Jean Tirole

Economia do bem comum é uma obra em que o Prêmio Nobel de Economia, Jean Tirole, estabelece uma nova agenda para o papel da economia na sociedade. Escrito para um público abrangente, trata-se de um manifesto apaixonado em defesa de um mundo no qual a economia se veja como uma força que pode e deve trabalhar para o bem comum, para o interesse geral, para melhorar o quinhão comum das sociedades e da humanidade. A fim de mostrar como isso é possível, o autor discute vários assuntos que afetam o cotidiano hoje: a crise financeira de 2008, mudanças climáticas, economia digital, desemprego, inovação, impostos, previdência etc.

Economia do bem comum é uma obra importante, apontada como um título que ficará entre os principais da área, ao lado de *O capital*, no século XXI, de Piketty. Muito lúcida, mesmo na abordagem de temas espinhosos, é uma aula elegante de economia, que irá atrair profissionais, estudantes, professores e interessados em domínios como economia, administração e negócios.



EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

Rodrigo Caetano e Pedro Paro

Empreendedorismo Consciente é uma obra traz histórias e casos reais de empreendedores brasileiros que buscam reinventar a forma de fazer negócios no país. O objetivo da obra é ampliar as perspectivas sobre o mundo dos negócios e ajudar a consolidar um modelo atualizado de empreendedorismo. Procura-se apresentar uma nova narrativa de futuro para a atividade empresarial e fazer um contraponto ao clima de desesperança que tomou conta do Brasil em decorrência da crise econômica e dos escândalos de corrupção evidenciados pela Operação Lava Jato. Apolítico e apartidário, este livro tem como ponto de partida a pesquisa Empresas Humanizadas do Brasil (2018/19), realizada pelos pesquisadores Pedro Paro e Mateus Gerolamo, da Universidade de São Paulo (EESC-USP). É inspirado na metodologia desenvolvida pelo professor Raj Sisodia, da Babson College (EUA), um dos fundadores do movimento Capitalismo Consciente. O trabalho identificou as 22 empresas mais humanizadas do país, de acordo com critérios acadêmicos, a partir de uma base de 1.115 companhias, recorte que representa mais de 50% do PIB brasileiro.



GÊNERO E FEMINISMO

Orgs.: Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar e Patrícia Rangel

Este livro dá continuidade aos debates apresentados em *50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. É o resultado das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto temático 50 Anos de Feminismo (1965-2015): Avanços e Desafios. Argentina, Brasil e Chile procuraram avaliar e comparar os processos de transformação da condição de gênero nos três países, que iniciaram o século XXI elegendo mulheres para Presidência da República. Este volume se dedica a analisar as políticas públicas para as mulheres, desde as demandas até sua consolidação ou rejeição, passando pelo processo de *policy-making* e de debate público. As pesquisadoras acadêmicas, estudantes de graduação e pós-graduação, militantes feministas e formuladoras de políticas públicas, discutem temas como justiça de gênero, violência de gênero e direitos humanos, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, finalizando com um capítulo dedicado ao mandato das presidentas de Argentina, Brasil e Chile.

ENTRE A REVOLUÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Jean Rodrigues Sales

O livro *Entre a revolução e a institucionalização*. Uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) analisa a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desde o seu surgimento, em 1962, até a sua chegada ao poder, em 2002, na coalizão que elegeu presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Recorrendo a uma ampla bibliografia sobre a história dos partidos comunistas e das esquerdas brasileiras, além de documentos do partido e entrevistas realizadas com militantes e ex-militantes, Jean Rodrigues Sales estabelece um diálogo de suas fontes com a história do PCdoB, a sociedade brasileira e o movimento comunista internacional. Ao analisar documentos partidários, o autor evidencia ainda as tensões em sua elaboração, as dificuldades e os êxitos na aplicação dos dois projetos políticos desenvolvidos pelo partido em sua longa trajetória, marcada pelo constante dilema entre a revolução e a institucionalização.



O BRASIL EM TRANSIÇÃO

Anita Kon

O Brasil em Transição, de Anita Kon, trata de tópicos selecionados de pesquisa que priorizam temas essenciais para a retomada do desenvolvimento econômico, em uma perspectiva de médio e longo prazos, em que se destacam abordagens macro, meso e microeconômicas. Os trabalhos desta publicação foram organizados pelo Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia da PUC-SP.

A reflexão sobre os diferentes caminhos que podem vir pela frente mostra que a consecução da sustentabilidade deste crescimento está a serviço de uma nova fase de desenvolvimento, a ser originada a partir de um novo modelo baseado em uma visão reformulada sobre as prioridades de ação pública e privada. Destacam-se, nessa obra, enfoques teóricos e empíricos sobre o estudo da dinâmica dos setores produtivos, da regulamentação voltada à produção e ao emprego, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental associada à provisão de energia limpa, à questão da segurança e do seguro nas empresas, bem como as políticas públicas pertinentes.



CAPITALISMO EM DEBATE

Nancy Fraser e Rahel Jaegg

Construída de modo não ortodoxo, a obra *Capitalismo em Debate*, de Nancy Fraser e Rahel Jaegg, se apresenta como um verdadeiro debate em torno do contexto atual do capitalismo, levando em conta problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Ao estruturar a sua obra em quatro capítulos – “Conceitualizando o capitalismo”, “Historicizando o capitalismo”, “Criticando o capitalismo” e, finalmente, “Contestando o capitalismo” –, as autoras induzem o leitor a refletir sobre o que define o capitalismo, sobre as transformações e as permanências desse modelo ao longo da história, sobre como criticá-lo e como se contrapor a ele.

Ao abordar temas de tamanha complexidade de forma acessível, sem abrir mão do rigor conceitual, as autoras se permitem aprofundamentos teóricos e críticos ao mesmo tempo em que se abrem a novos públicos.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

A aceleração das exportações baianas e da indústria entre janeiro e março de 2020, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, não segue a mesma tendência das atividades de Comércio varejista e Serviços. Com a geração de empregos em baixa e a inflação controlada, as perspectivas de expansão do nível de atividade econômica para o ano de 2020 não são favoráveis, pois a partir do mês de março o mundo desacelerou em função da Covid-19.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial baiana acumulou, entre janeiro e março de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior, aumento de 7,1%. Dos 12 segmentos da Indústria de transformação, quatro contribuíram positivamente no período, com destaque para *Derivados de petróleo* (43,0%) que apresentou a principal influência positiva no período, seguido por *Celulose, papel e produtos de papel* (18,3%), *Produtos alimentícios* (6,3%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (27,6%). Em sentido oposto, destacou-se *Metalurgia* (-29,3%), *Veículos* (-7,2%), *Couro, artigos para viagem e calçados* (-11,2%), *Minerais não metálicos* (-14,3%), *Extrativas* (-6,9%), *Produtos químicos* (-2,1%), *Borracha e material plástico* (-1,4%) e *Bebidas* (-1,8%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o comércio varejista teve, entre janeiro e março de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior, decréscimo de 2,3%. As principais contribuições negativas por ordem de magnitude vieram de *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-21,3%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-12,1%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-10,9%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-3,2%). Por outro lado, *Combustíveis* foi a atividade que mais cresceu (3,2%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, o volume de serviços entre janeiro e março de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior, retraiu 6,8%. Nesta análise, por ordem de magnitude, a atividade de Outros serviços (-17,4%), apontou a mais expressiva variação negativa, seguida por Serviços prestados às famílias (-9,1%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (-8,0%), Serviços de informação e comunicação (-7,3%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-3,7%).

No mesmo período, a balança comercial registrou superávit. As exportações tiveram avanço de 1,6% e as importações, queda de 30,0% de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dentre os segmentos que exerceram pressões significativas para o resultado do indicador no acumulado no ano, destacam-se, expansão nas vendas externas, *Petróleo e Derivados* (122,9%), *Papel e celulose* (8,1%), *Algodão e seus subprodutos* (60,0%). Já os segmentos que se sobressaíram pelo desempenho negativo foram *Químicos e Petroquímicos* (-33,2%), *Metalúrgicos* (47,8%) e *Automotivo* (-42,3%).

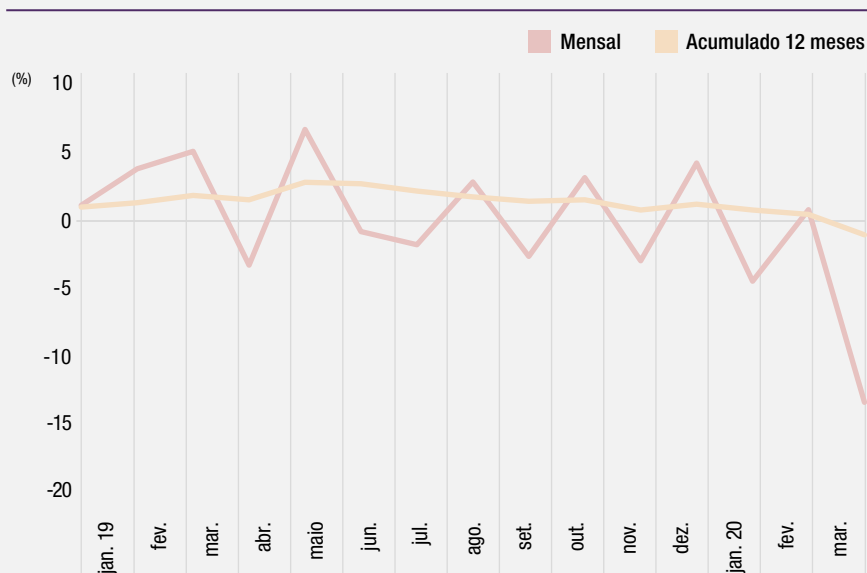
Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) entre janeiro e março 2020, apresentou variação de 2,71%, revelando-se superior a 1,68% registrado no mesmo período de 2019. O índice foi impulsionado por todos os grupos, com destaque para *Artigos de residência* (9,84%), *Vestuário* (9,01%), *Alimentos e bebidas* (3,23%), e *Transporte e comunicação* (3,00%) e *Habitação e encargos* (2,44%).

De acordo com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sistematizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), nos três primeiros meses do ano de 2020, a Bahia fechou 5.056 postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo.

Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses referentes aos dados apurados até o 1º trimestre de 2020.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou decréscimo de 14,9% em março de 2020 na comparação com o mesmo mês de 2019. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram aeroporto (-36,1%), energia elétrica (-8,4%) e combustíveis (-14,8%). Em sentido oposto, a contribuição positiva veio apenas de carga portuária (16,0%). No acumulado de 12 meses, o indicador despencou de 1,2%.

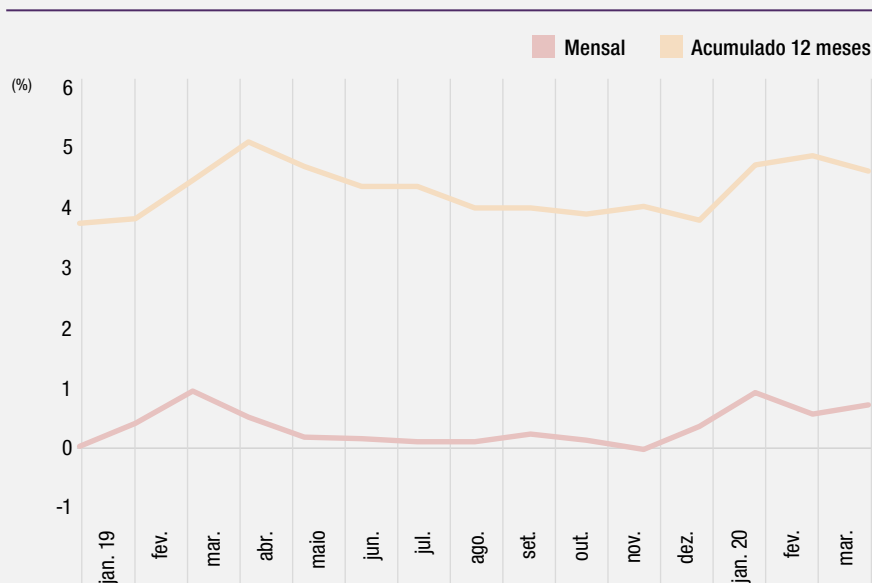
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2019-mar. 2020



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

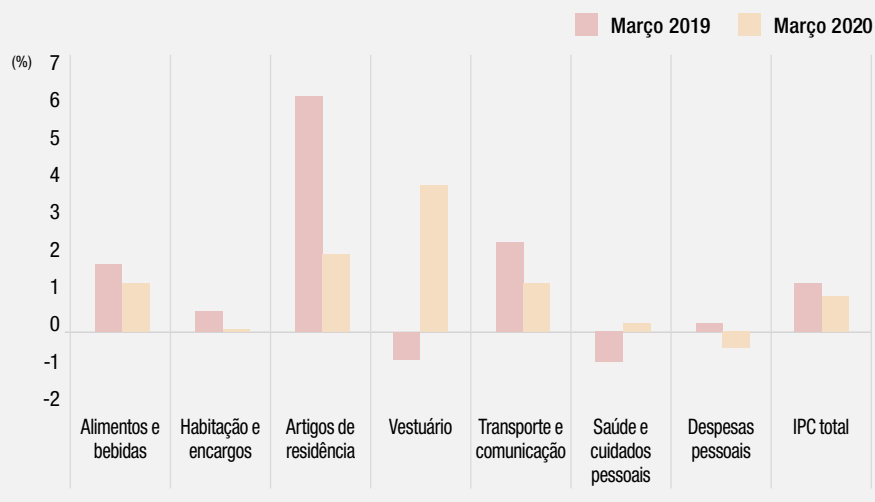
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Salvador apresentou em março taxa de 0,87%, inferior à apurada em março de 2019 (1,17%), segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa foram: Aparelho de som (42,92%), Tarifa de transporte coletivo (3,75%), Gasolina (2,95%), Tênis adulto (16,36%) e Bijuteria (20,07%). Por outro lado, os produtos e serviços que tiveram maiores contribuições negativas foram: Microcomputador e impressora (-22,94%) e Roupas de cama (-16,08%). Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente pela SEI, 173 apresentaram acréscimos, 83 não tiveram alterações e 119 registraram redução nos preços.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Jan. 2019-mar. 2020



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

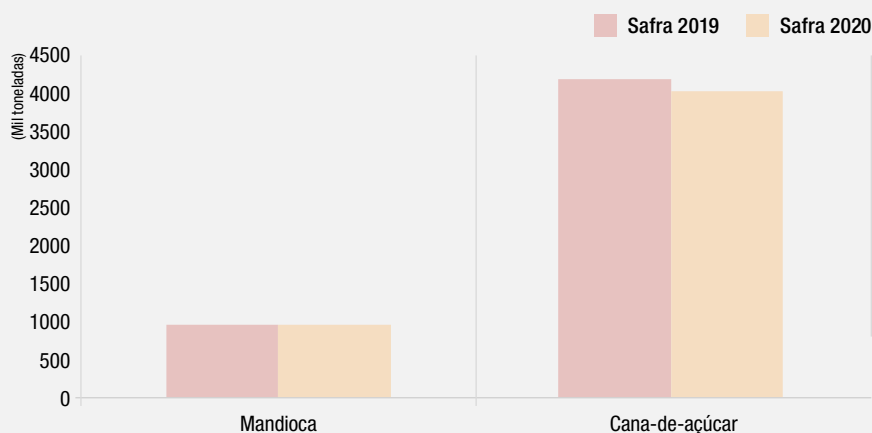
Gráfico 3
Taxa de variação do IPC–SEI: grupos selecionados – Salvador – Mar. 2019/mar. 2020



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Vestuário (3,57%) e Artigos de residência (1,88%) foram os grupos que mais contribuíram para a inflação em Salvador no mês de março de 2020. No primeiro grupo, os itens que puxaram os preços para cima foram roupa de praia feminina (20,14%), bijuteria (20,07%) e meia masculina (19,71%). Já no grupo Artigos de residência houve acréscimo em itens como aparelho de som (42,92%), freezer (26,49%) e talheres (25,86%),

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Mar. 2019-mar. 2020



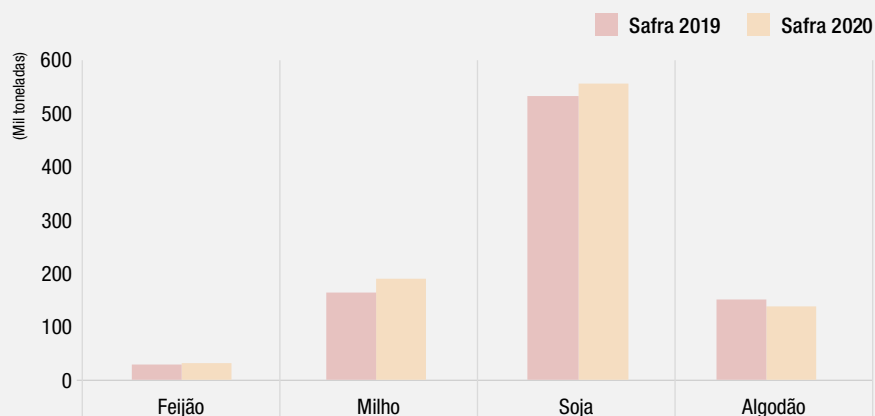
Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em março de 2020 as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar, em andamento no estado, tiveram rendimentos opostos. A primeira apontou estabilidade relativa enquanto a segunda decresceu 3,9%. O desempenho da mandioca foi oriundo da estabilidade da área plantada e da área colhida. Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, houve estabilidade relativa nas áreas plantadas e colhidas, porém, com redução no rendimento médio (-3,9%) em relação à safra de 2019.

O LSPA apresentou estimativa de crescimento da produção de feijão, milho e soja em relação a 2019, com taxas de 10,7%, 14,8% e 4,0%, respectivamente. Em sentido contrário, a cultura de algodão apresentou queda de 7,6%. Estima-se expansão no rendimento médio para o feijão (12,9%), para o milho (14,7%), para a soja (2,7%) e queda para o algodão (-2,6%).

Gráfico 5

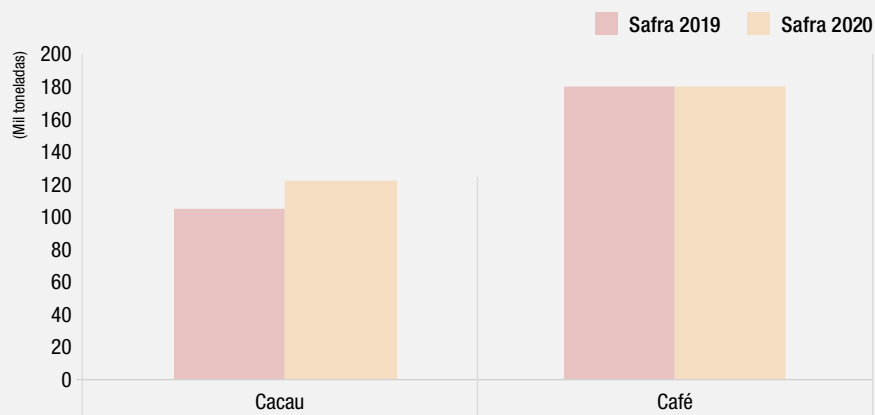
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Mar. 2019-mar. 2020



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 6

Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Mar. 2019-mar. 2020

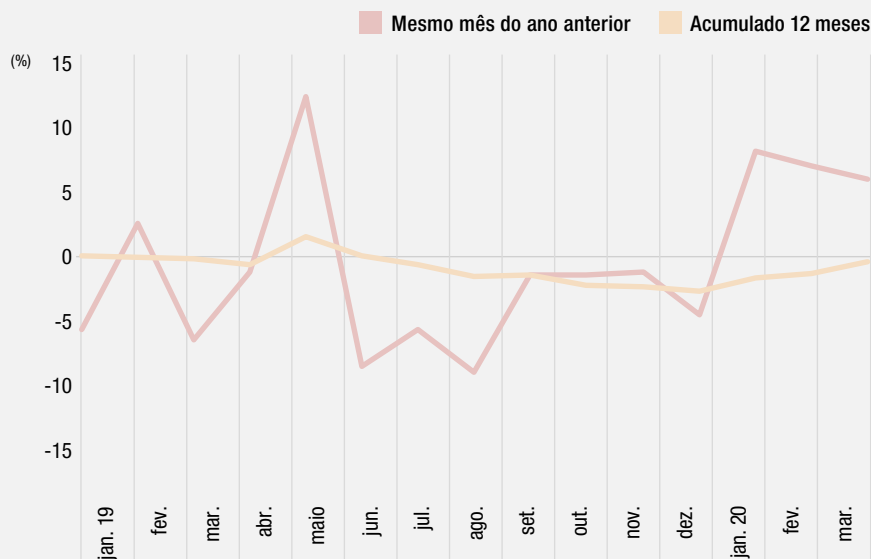


Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram o mesmo comportamento em 2020. Em relação ao cacau, também em fase de colheita, indicaram decréscimo na produção (16,2%), com ampliação do rendimento médio (14,8%). Seguindo a mesma tendência, o café, em fase de colheita, constatou-se acréscimo na produção (0,2%), com redução no rendimento médio de 18,5%.

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020

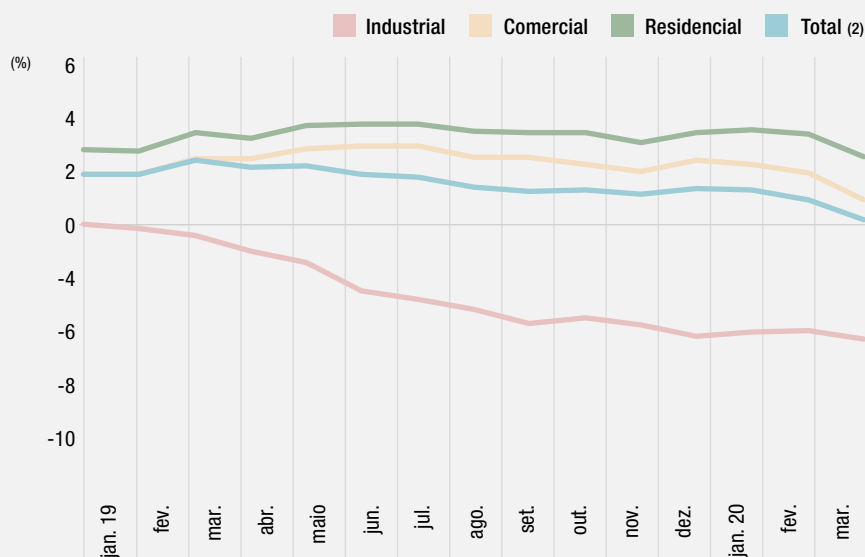


Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana, avançaram 5,8% no mês de março de 2020 na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos do segmento de Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (46,6%), Produtos Alimentícios (11,1%) e Equipamentos de Informática, produtos eletrônicos e outros (73,4%). Por outro lado, os principais impactos negativos vieram de Metalurgia (-26,8%) e Couro, Artigos para Viagem e Calçados (-27,8%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou queda de 0,4%.

Gráfico 8

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020



Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.
Notas: (1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

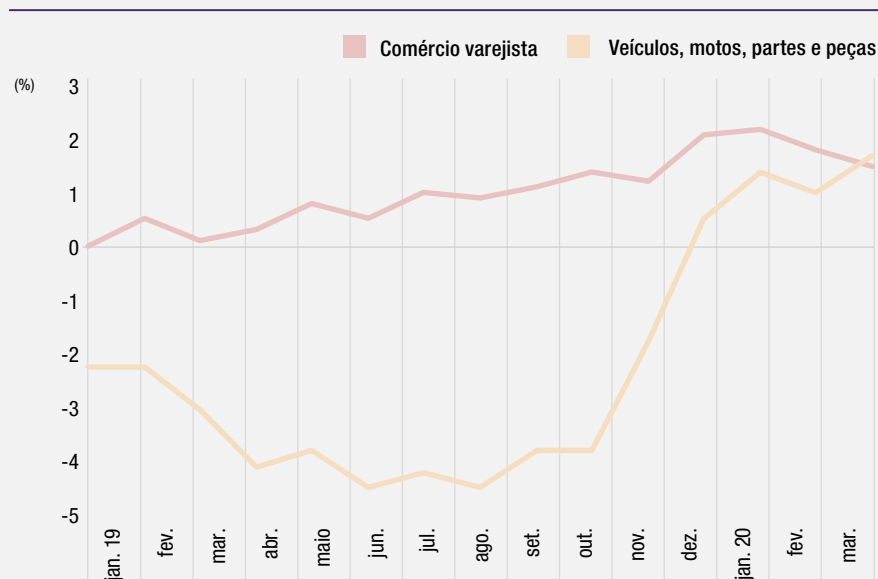
O consumo de energia elétrica no estado variou negativamente 9,1% em março de 2020 na comparação com o mesmo mês de 2019. No acumulado de 12 meses, notou-se recuo de 1,2% no consumo total, impulsionado pela classe industrial, que caiu 8,7%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano teve queda de 7,6% nas vendas no mês de março de 2020, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas negativas em março, com as maiores influências, foram Tecidos, vestuário e calçados (-40,8%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-21,8%) e Móveis e Eletrodomésticos (-19,9%). Em sentido contrário, destaca-se a variação positiva em Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,0%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (7,3%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 1,5%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até março de 2020, os principais segmentos que contribuíram para a ampliação no volume do comércio varejista foram Combustíveis e lubrificantes (8,4%), Móveis e eletrodomésticos (7,2%) e Tecidos (1,8%). Por sua vez, os segmentos que marcaram as principais quedas foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-36,9%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-12,6%).

Gráfico 9

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020



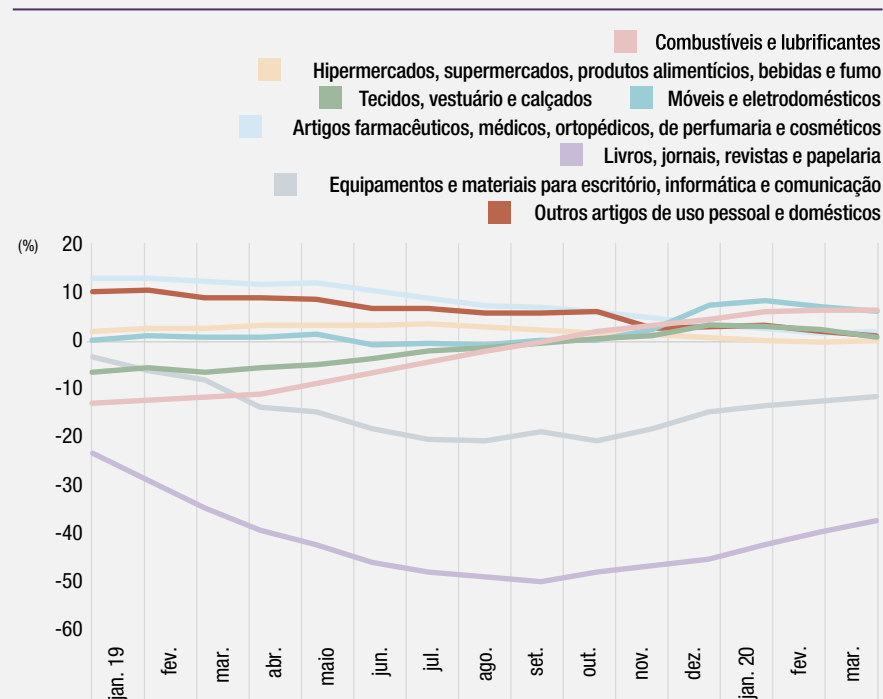
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 10

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020

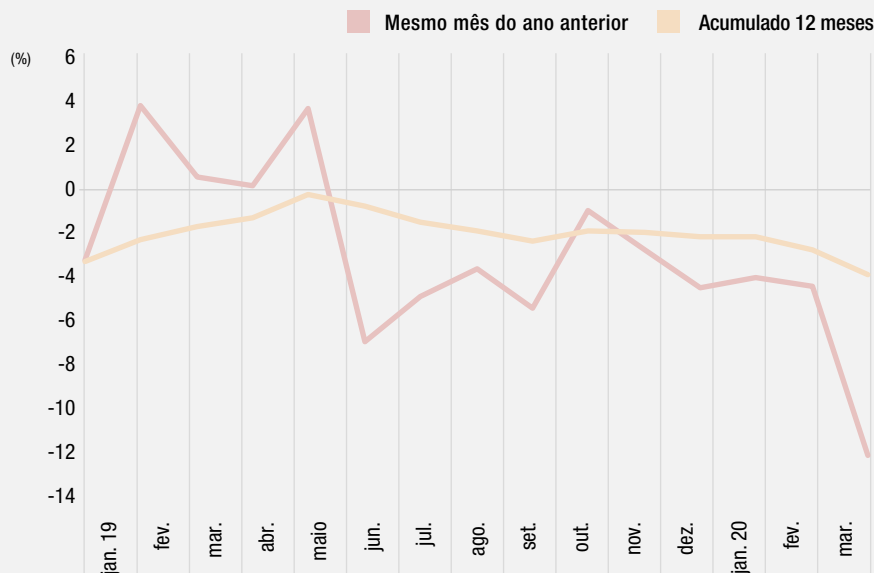


Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

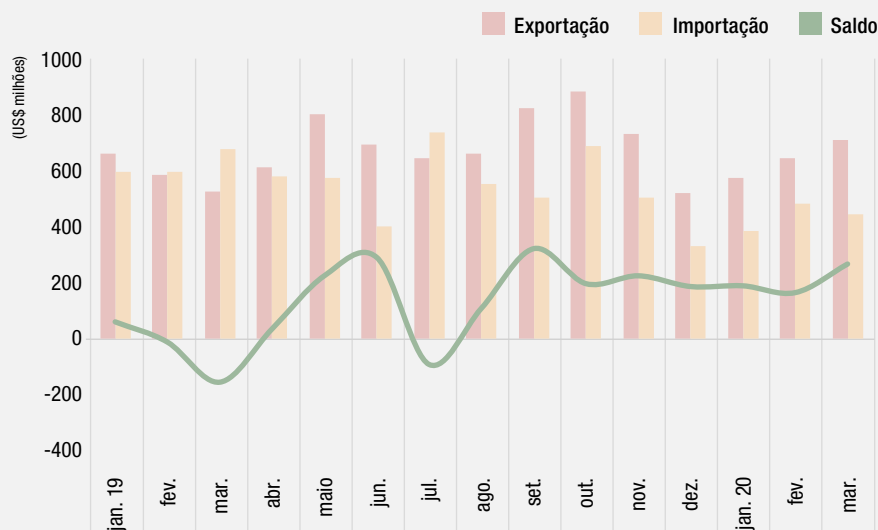
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

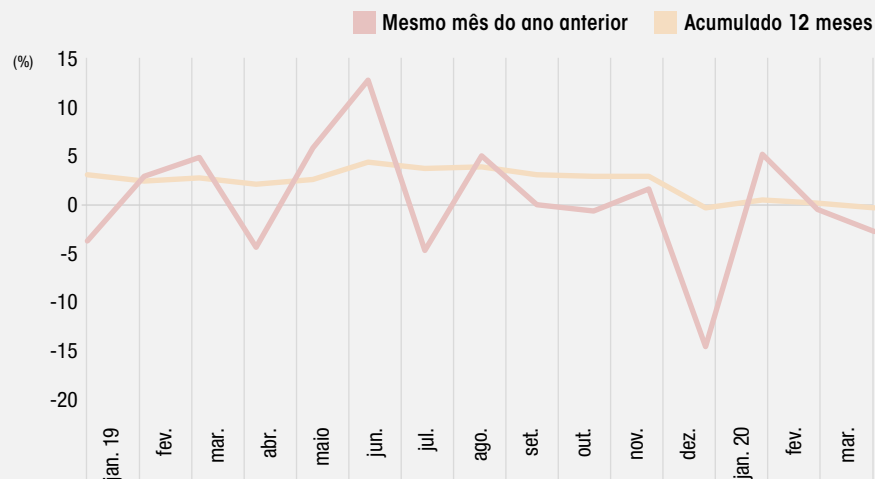
O volume de serviços apresentou, em março de 2020, queda de 12,0% em relação ao mesmo mês de 2019. O resultado do volume de serviços, em março, deveu-se, principalmente, aos arrefecimentos nas atividades de nas atividades Serviços profissionais, administrativos e complementares (-9,8%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (-8,0%) e Serviços prestados às famílias (-35,8%). No acumulado de 12 meses, o volume apresentou redução de 3,9%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 569 milhões em março de 2020, com queda de 8,3% em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2019. As importações registraram também queda (-34,7%), com volume de US\$ 445 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador, destacam-se, a retração das vendas externas de Papel e Celulose (21,1%), Soja e derivados (28,9%) e Petróleo e derivados (57,0%). Já entre os segmentos que registraram queda nas exportações, ressaltam-se químicos e petroquímicos (-27,3%), Metalúrgicos (-39,5%) e Algodão e seus subprodutos (-17,2%).

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões em março de 2020, queda real de 2,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou redução real de 0,5% em 12 meses.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020



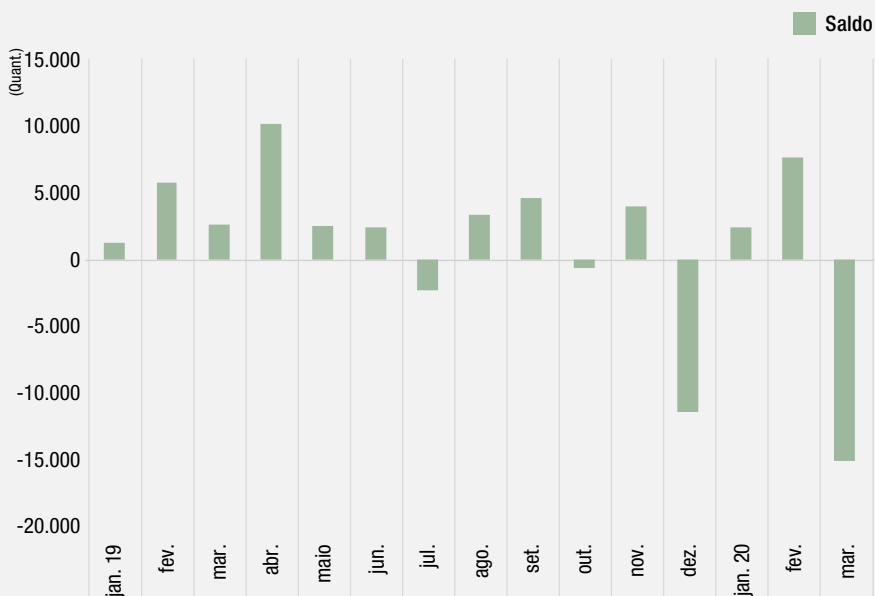
Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Deflator IGP-DI.

Gráfico 14

Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020



Fonte: Caged.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Sem ajustes.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia fechou 15.074 postos de trabalho, em março de 2020.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ⁽¹⁾ – Salvador – Mar. 2020

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)	
	Mar. 2019	Mar. 2020	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾
Alimentos e bebidas	1,63	1,19	7,60	4,41
Habitação e encargos	0,50	0,07	8,54	4,53
Artigos de residência	5,74	1,88	12,93	8,61
Vestuário	-0,67	3,57	3,95	9,52
Transporte e comunicação	2,17	1,17	2,52	4,85
Saúde e cuidados pessoais	-0,75	0,22	3,28	1,36
Despesas pessoais	0,22	-0,38	-0,18	3,88
Geral	1,17	0,87	4,55	4,75

Fonte: SEI.

Notas: (1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Mar. 2020

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ⁽¹⁾ (%)	Variação acumulada (%) no ano ⁽²⁾	Porcentagem do salário mínimo
Rio de Janeiro	533,65	5,56	3,24	55,21
São Paulo	518,50	-0,24	2,37	53,64
Florianópolis	517,13	4,86	1,06	53,50
Vitória	504,78	5,16	1,11	52,22
Porto Alegre	497,88	1,02	-1,66	51,51
Brasília	484,15	0,49	2,16	50,09
Fortaleza	475,11	2,62	9,56	49,15
Campo Grande	474,53	6,54	5,43	49,09
Curitiba	465,47	3,92	1,44	48,15
Belo Horizonte	461,28	0,47	3,68	47,72
Goiânia	456,18	1,69	0,31	47,19
Recife	433,28	3,10	10,03	44,82
Natal	426,00	4,96	11,01	44,07
Belém	418,80	-3,27	1,13	43,33
João Pessoa	414,05	2,49	10,84	42,83
Salvador	408,06	3,18	13,19	42,21
Aracaju	390,20	5,11	10,86	40,37

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2019/2020

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2019 (1)	2020 (2)	Variação (%)	2019 (1)	2020 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.494.000	1.380.000	-7,6	332.000	315.000	-5,1
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	2.880	2.880	0,0	3.000	3.000	0,0
Arroz total	-	-	0,0	-	-	0,0
Batata-inglesa (2º safra)	72.000	72.000	0,0	1.800	1.800	0,0
Cana-de-açúcar	4.206.000	4.042.000	-3,9	61.000	61.000	0,0
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	290.400	321.480	10,7	465.000	456.000	-1,9
Feijão 1ª safra	172.800	137.280	-20,6	245.000	246.000	0,4
Feijão 2ª safra	117.600	184.200	56,6	220.000	210.000	-4,5
Fumo	6.500	7.140	9,8	6.500	7.000	7,7
Mamona	27.000	27.000	0,0	45.000	45.000	0,0
Mandioca	963.000	963.000	0,0	133.000	133.000	0,0
Milho total	1.641.600	1.884.000	14,8	593.300	593.500	0,0
Milho 1ª safra	1.365.600	1.525.200	11,7	363.300	363.500	0,1
Milho 2ª safra	276.000	358.800	30,0	230.000	230.000	0,0
Soja	5.309.400	5.522.000	4,0	1.580.000	1.600.600	1,3
Sorgo granífero	69.660	85.460	22,7	105.350	90.350	-14,2
Tomate	275.800	284.800	3,3	6.740	6.740	0,0
Pernamentes						
Banana (4)	1.040.000	905.750	-12,9	88.000	88.000	0,0
Cacau	105.018	122.018	16,2	450.045	450.045	0,0
Café total	180.510	180.840	0,2	113.300	123.500	9,0
Café arábica	72.420	74.280	2,6	71.500	75.500	5,6
Café cenephora	108.090	106.560	-1,4	41.800	48.000	14,8
Castanha-de-cajú	3.000	3.450	15,0	20.000	20.000	0,0
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	637.500	633.000	-0,7	57.500	61.500	7,0
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	74.142	57.942	-21,8	2.069	2.069	0,0

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2019.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), março de 2020 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2019/2020

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2019 (1)	2020 (2)	Variação (%)	2019 (1)	2020 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	332.000	315.000	-5,1	4.500	4.381	-2,6
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	3.000	3.000	0,0	960	960	0,0
Arroz total	0	0	0,0	0	0	0,0
Batata-inglesa	1.800	1.800	0,0	40.000	40.000	0,0
Cana-de-açúcar	61.000	61.000	0,0	68.951	66.262	-3,9
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	465.000	456.000	-1,9	625	705	12,9
Feijão 1ª safra	245.000	246.000	0,4	705	558	-20,9
Feijão 2ª safra	220.000	210.000	-4,5	535	877	64,1
Fumo	6.500	7.000	7,7	1.000	1.020	2,0
Mamona	45.000	45.000	0,0	600	600	0,0
Mandioca	107.000	107.000	0,0	9.000	9.000	0,0
Milho total	593.300	593.500	0,0	2.767	3.174	14,7
Milho 1ª safra	363.300	363.500	0,1	3.759	4.196	11,6
Milho 2ª safra	230.000	230.000	0,0	1.200	1.560	30,0
Soja	1.580.000	1.600.600	1,3	3.360	3.450	2,7
Sorgo granífero	105.350	90.350	-14,2	661	946	43,0
Tomate	6.740	6.740	0,0	40.920	42.255	3,3
Pernamentes						
Banana (4)	63.000	63.000	0,0	16.508	14.377	-12,9
Cacau	420.045	425.045	1,2	250	287	14,8
Café total	100.500	123.500	22,9	1.796	1.464	-18,5
Café arábica	62.000	75.500	21,8	1.168	984	-15,8
Café cenephora	38.500	48.000	24,7	2.808	2.220	-20,9
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	200	230	15,0
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	51.500	51.500	0,0	12.379	12.291	-0,7
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.819	1.819	0,0	40.760	31.854	-21,8

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2018.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), março 2020 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Mar. 2020

(%)

Classes e Gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	5,8	6,9	-0,5
Indústrias extrativas	-20,2	-6,9	-5,4
Indústrias de transformação	7,3	7,7	-0,2
Produtos alimentícios	10,9	6,2	0,3
Bebidas	-17,4	-1,8	10,5
Couros, artigos para viagem e calçados	-27,8	-11,2	-3,9
Celulose, papel e produtos de papel	0,7	18,3	-0,3
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	46,6	43,0	13,2
Outros produtos químicos	-2,6	-2,2	-15,9
Produtos de borracha e de material plástico	-1,3	-1,5	0,5
Produtos de minerais não-metálicos	-13,7	-14,3	0,3
Metalurgia	-26,8	-31,1	-5,7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	73,4	27,6	12,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-2,2	-7,1	-4,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2019	-5,8	-5,8	-0,1
Fevereiro	1,8	-2,2	-0,3
Março	-7,3	-3,9	-0,4
Abril	-1,9	-3,4	-1,0
Maio	12,7	-0,3	1,2
Junho	-8,4	-1,7	-0,3
Julho	-5,6	-2,3	-0,9
Agosto	-9,2	-3,3	-1,8
Setembro	-1,5	-3,1	-1,7
Outubro	-1,5	-2,9	-2,5
Novembro	-0,9	-2,7	-2,5
Dezembro	-4,2	-2,8	-2,8
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,8
Fevereiro	7,8	7,9	-1,3
Março	7,3	7,7	-0,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Mar. 2020

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)	12 meses (5)
Rural	-16,3	-18,5	2,4
Residencial	-3,4	0,3	2,5
Industrial (1)	-13,9	-7,7	-8,7
Comercial	-9,3	-5,3	0,3
Utilidades públicas (2)	-7,3	-5,5	1,6
Setor público	-15,9	-3,4	2,3
Concessionária	-5,6	0,2	7,0
Total	-9,1	-5,2	-1,2

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à COELBA e CHESF.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Mar. 2020

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	-7,6	-2,3	1,5
Combustíveis e lubrificantes	-5,8	3,2	8,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,0	-0,7	-0,3
Hipermercados e supermercados	3,5	-1,1	-1,0
Tecidos, vestuário e calçados	-40,8	-12,1	1,8
Móveis e eletrodomésticos	-19,9	-3,2	7,2
Móveis	-21,5	-8,1	1,1
Eletrodomésticos	-19,3	-1,0	9,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,3	0,5	0,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-40,9	-21,3	-36,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-17,8	-10,9	-12,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-21,8	-6,5	-0,3
Comércio Varejista Ampliado	-12,8	-4,6	1,3
Veículos, Motos, Partes e Peças	-31,4	-12,2	0,5
Material de construção	-2,1	-0,2	1,8

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-mar. 2019/2020

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % preço médio
	2019	2020			
Petróleo e Derivados	187.173	417.260	122,93	23,19	22,15
Papel e Celulose	260.905	281.891	8,04	15,67	-23,51
Químicos e Petroquímicos	323.120	215.961	-33,16	12,00	-15,11
Algodão e Seus Subprodutos	91.697	146.826	60,12	8,16	-7,94
Soja e Derivados	203.760	119.980	-41,12	6,67	-10,26
Metais Preciosos	119.901	115.029	-4,06	6,39	15,73
Metalúrgicos	208.374	108.747	-47,81	6,04	-42,96
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	7.791	63.785	718,69	3,54	-42,42
Minerais	60.788	58.381	-3,96	3,24	-25,73
Cacau e Derivados	50.873	49.171	-3,35	2,73	9,57
Automotivo	75.949	46.812	-38,36	2,60	-2,55
Borracha e Suas Obras	45.485	39.067	-14,11	2,17	1,38
Café e Especiarias	32.989	33.737	2,27	1,87	7,03
Frutas e Suas Preparações	25.450	22.962	-9,78	1,28	-8,63
Sisal e Derivados	24.188	21.502	-11,10	1,19	-0,97
Couros e Peles	19.207	15.657	-18,48	0,87	-33,22
Fumo e Derivados	9.071	12.809	41,21	0,71	79,89
Calçados e Suas Partes	9.783	9.410	-3,82	0,52	-18,48
Carne e Miudezas de Aves	3.216	5.240	62,95	0,29	14,73
Demais Segmentos	11.492	15.205	32,31	0,85	-56,09
Total	1.771.211	1.799.432	1,59	100,00	-16,14

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 05/03/2020.

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-mar. 2019/2020

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2019	2020		2019	2020		
Cingapura	195.935	796.307	306,41	79.373	388.853	389,90	21,61
China	583.484	759.686	30,20	371.459	331.027	-10,88	18,40
Estados Unidos	190.780	159.402	-16,45	197.199	222.537	12,85	12,37
Argentina	62.335	42.016	-32,60	134.763	100.129	-25,70	5,56
Suíça	1.376	1.238	-10,08	59.933	72.389	20,78	4,02
Países Baixos (Holanda)	170.773	53.354	-68,76	136.073	51.109	-62,44	2,84
Alemanha	128.166	111.956	-12,65	66.180	46.463	-29,79	2,58
Turquia	5.027	50.484	904,24	6.240	41.950	572,28	2,33
Canadá	3.215	3.755	16,78	73.342	39.477	-46,17	2,19
Colômbia	8.313	9.766	17,48	34.484	39.435	14,36	2,19
Bélgica	82.198	68.797	-16,30	40.877	38.176	-6,61	2,12
Itália	14.034	81.729	482,37	20.348	36.800	80,85	2,05
França	120.379	87.416	-27,38	55.422	35.118	-36,64	1,95
Paquistão	2.065	20.514	893,61	3.562	29.580	730,38	1,64
Coreia do Sul	77.775	46.105	-40,72	50.267	27.472	-45,35	1,53
México	30.697	23.157	-24,56	32.234	24.868	-22,85	1,38
Indonésia	15.770	14.728	-6,61	33.145	24.359	-26,51	1,35
Espanha	11.764	18.897	60,63	13.907	22.917	64,79	1,27
Costa Rica	5.169	4.480	-13,32	28.032	20.236	-27,81	1,12
Chile	8.587	7.469	-13,02	24.764	15.398	-37,82	0,86
Bangladesh	9.624	14.325	48,85	12.179	13.865	13,85	0,77
Vietnã	8.542	9.145	7,06	9.176	13.817	50,58	0,77
Índia	16.154	14.546	-9,95	16.593	13.812	-16,76	0,77
Japão	11.038	8.700	-21,18	25.019	11.359	-54,60	0,63
Malásia	2.080	5.250	152,43	4.568	8.968	96,31	0,50
Portugal	39.461	8.185	-79,26	23.985	8.826	-63,20	0,49
Peru	3.699	3.815	3,12	5.662	8.344	47,38	0,46
Equador	4.326	2.880	-33,42	10.762	8.327	-22,62	0,46
Reino Unido	12.977	8.619	-33,58	11.967	8.227	-31,25	0,46
Emirados Árabes Unidos	94.285	4.624	-95,10	39.333	8.212	-79,12	0,46
Demais países	189.768	114.489	-39,67	150.361	87.381	-41,89	4,86
Total	2.109.798	2.555.835	21,14	1.771.211	1.799.432	1,59	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 05/03/2020.

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

INDICADORES SOCIAIS

EMPREGO

Tabela 11

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2018	1.994	133	1.495	136	499	125	1.403	146	59	25	3.803
Fevereiro	2.001	134	1.491	136	510	128	1.402	146	59	26	3.808
Março	1.997	133	1.484	135	513	129	1.411	147	59	26	3.812
Abril	2.017	135	1.509	137	508	128	1.396	146	59	25	3.816
Maio	2.013	134	1.506	137	507	127	1.405	147	59	25	3.821
Junho	2.033	136	1.523	139	510	128	1.390	145	59	25	3.825
Julho	2.019	135	1.500	136	519	130	1.409	147	59	26	3.829
Agosto	2.036	136	1.519	138	517	130	1.397	146	59	25	3.833
Setembro	2.039	136	1.495	136	544	137	1.399	146	59	27	3.838
Outubro	2.032	136	1.490	136	542	136	1.412	147	59	27	3.842
Novembro	2.031	136	1.499	136	532	134	1.417	148	59	26	3.846
Dezembro	2.014	135	1.503	137	511	128	1.440	150	58	25	3.850
Janeiro 2019	2.020	135	1.515	138	505	127	1.439	150	58	25	3.855
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	1.963	131	1.474	134	489	123	1.517	158	56	25	3.872
Variação no Ano (%)		-3		-2		-4		5	-3	-2	
Maio 2019/dez. 2018											
Variação anual (%)		-2		-2		-4		8	-4	-1	
Maio 2019/maio 2018											

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego – Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2018	25,0	18,3	6,7	6,0	(1)	23,8	17,5	6,4	29,0	21,4	7,6
Fevereiro	25,5	18,8	6,7	5,9	(1)	24,7	18,4	6,4	28,0	20,1	7,8
Março	25,7	18,7	7,0	6,0	(1)	25,1	18,3	6,8	28,0	20,2	7,8
Abril	25,2	18,1	7,1	6,0	(1)	24,5	17,6	6,9	27,8	20,1	7,8
Maio	25,2	17,9	7,2	6,3	(1)	24,5	17,4	7,1	27,9	20,0	7,9
Junho	25,1	17,7	7,3	6,4	(1)	24,0	16,8	7,3	29,1	21,5	7,5
Julho	25,7	18,1	7,5	6,7	(1)	24,3	17,1	7,2	30,9	22,2	8,8
Agosto	25,4	17,7	7,6	6,7	(1)	24,5	16,8	7,7	28,7	21,5	(1)
Setembro	26,7	18,2	8,4	7,6	(1)	25,8	17,4	8,5	30,1	21,8	8,3
Outubro	26,7	17,5	9,2	8,3	(1)	26,1	16,9	9,3	28,8	20,0	8,7
Novembro	26,2	17,0	9,3	8,4	(1)	25,0	16,1	8,9	31,0	20,5	10,5
Dezembro	25,4	16,7	8,7	8,0	(1)	24,5	16,1	8,4	29,0	18,9	10,1
Janeiro 2019	25,0	16,7	8,4	7,6	(1)	24,4	16,4	8,0	27,4	17,7	9,7
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	24,9	18,2	6,7	6,1	(1)	24,9	18,1	6,8	25,1	18,7	(1)
Variação no ano (%)											
Maio 2019/dez. 2018	-2,0	9,0	-23,0	-23,8	—	1,6	12,4	-19,0	-13,4	-1,1	—
Variação anual (%)											
Maio 2019/maio 2018	-1,2	1,7	-6,9	-3,2	—	1,6	4,0	-4,2	-10,0	-6,5	—

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar											
Períodos	Serviços										
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e	Atividades	Administração	Alojamento e	Serviços domésticos (11)
							comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	administrativas e serviços complementares (8)	pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	
Janeiro 2018	100	7,6	7,3	21,6	61,5	6,9	5,4	7,8	18,8	14,5	7,5
Fevereiro	100,0	7,6	7,6	21,9	60,7	6,3	5,3	7,6	18,2	15,0	7,6
Março	100,0	7,7	7,6	20,3	62,2	6,7	5,8	7,8	18,3	15,4	7,7
Abril	100,0	7,4	7,4	19,5	63,5	6,6	5,9	8,3	19,0	15,5	7,6
Maio	100,0	6,9	7,5	19,7	64,3	6,7	6,5	8,1	20,0	15,1	7,2
Junho	100,0	6,5	7,5	20,3	64,0	6,1	6,6	8,3	20,7	14,5	7,1
Julho	100,0	6,2	7,6	20,8	63,5	6,3	6,4	7,5	20,5	14,9	7,3
Agosto	100,0	6,6	7,1	20,8	63,3	6,2	6,2	7,9	20,0	14,6	7,9
Setembro	100,0	7,1	6,8	20,4	63,4	6,2	6,0	8,3	19,9	14,7	8,0
Outubro	100,0	7,6	6,5	20,0	63,7	6,0	6,6	8,5	19,9	14,5	7,9
Novembro	100,0	7,3	6,4	19,7	64,5	6,1	7,0	8,7	19,9	14,9	7,6
Dezembro	100,0	7,5	6,7	19,5	64,5	6,2	7,2	8,0	19,8	15,1	7,6
Janeiro 2019	100	7,2	7	19,9	64,1	6,7	6,8	8,2	19,3	14,8	7,9
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	100,0	6,7	7,0	20,5	63,9	7,1	6,0	8,4	19,4	15,0	7,7

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

Notas: (-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E);

(2) Setor C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Setor F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Setor G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Setor H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Setores J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Setor N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Setores O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Setores I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Setor T da CNAE 2.0 domiciliar.

Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/ carteira assin.	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2018	63,4	47,6	7,2	8,6	23,2	21,6	(3)	(3)	7,5	3,6
Fevereiro	63,1	47,8	7,8	7,6	23,2	21,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Março	62,6	47,1	8,0	7,5	23,2	22,1	(3)	(3)	7,7	4,2
Abril	63,4	47,3	7,9	8,2	22,3	21,4	(3)	(3)	7,6	4,4
Maior	64,0	46,5	7,8	9,7	21,5	20,6	(3)	(3)	7,2	4,6
Junho	64,6	46,9	7,7	9,9	21,0	19,8	(3)	2,8	7,1	4,5
Julho	64,2	46,6	7,9	9,7	21,6	20,3	(3)	(3)	7,3	4,0
Agosto	63,6	46,8	7,7	9,1	21,9	20,5	(3)	(3)	7,9	3,8
Setembro	64,0	47,4	7,5	9,2	21,5	20,1	(3)	(3)	8,0	3,8
Outubro	64,4	47,2	7,9	9,4	21,4	19,8	(3)	(3)	7,9	3,7
Novembro	64,5	47,9	7,6	8,9	21,2	19,7	(3)	(3)	7,6	4,3
Dezembro	63,7	47,1	7,6	8,9	21,6	20,3	(3)	(3)	7,6	4,5
Janeiro 2019	63,2	48,0	6,8	8,5	21,2	20,0	(3)	(3)	7,9	5,1
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maior	62,6	46,8	6,6	9,2	23,3	21,9	(3)	(3)	7,7	4,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2018	1.427	85,5	1.551	84,1	1.028	91,0
Fevereiro	1.440	86,3	1.558	84,4	1.028	91,0
Março	1.424	85,4	1.544	83,7	1.012	89,6
Abril	1.489	89,2	1.584	85,8	1.016	90,0
Maio	1.515	90,8	1.586	85,9	1.053	93,2
Junho	1.524	91,3	1.589	86,1	1.055	93,4
Julho	1.526	91,4	1.602	86,8	1.051	93,0
Agosto	1.528	91,6	1.603	86,8	1.034	91,6
Setembro	1.553	93,1	1.614	87,5	1.080	95,7
Outubro	1.581	94,7	1.574	85,3	1.119	99,1
Novembro	1.618	97,0	1.596	86,5	1.152	102,0
Dezembro	1.648	98,8	1.591	86,2	1.136	100,6
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-
Abril	1.464	87,7	1.538	83,3	1.052	93,2
Variação no ano (%)						
Abr. 2019/dez. 2018		-11,2		-3,3		-7,4
Variação anual (%)						
Abr. 2019/abr. 2018		-1,6		-2,9		3,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2018	1.427	(3)	1.037	1.021	1.410	2.982
Fevereiro	1.440	(3)	1.040	1.045	1.375	3.150
Março	1.424	(3)	999	1.056	1.346	3.161
Abril	1.489	(3)	1.009	1.045	1.336	3.514
Maio	1.515	(3)	1.020	1.043	1.368	3.475
Junho	1.524	(3)	1.037	1.009	1.387	3.538
Julho	1.526	(3)	1.008	994	1.393	3.569
Agosto	1.528	(3)	990	996	1.355	3.801
Setembro	1.553	(3)	967	1.031	1.335	3.916
Outubro	1.581	(3)	970	1.059	1.334	4.071
Novembro	1.618	(3)	984	1.079	1.349	4.201
Dezembro	1.648	(3)	1.039	1.069	1.354	4.372
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-
Abril	1.464	(3)	1.006	1.030	1.331	3.553
Varição no ano (%)	-11,2	-	-3,1	-3,7	-1,7	-18,7
Ab. 2019/dez. 2018	-	-	-	-	-	-
Varição anual (%)	-1,6	-	-0,3	-1,4	-0,4	1,1
Abr. 2019/abr. 2018	-	-	-	-	-	-

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾ – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-Assinada	
Janeiro 2018	1.551	1.432	1.781	1.248	1.421	1.527	863	2.737
Fevereiro	1.558	1.424	1.800	1.270	1.409	1.521	869	2.900
Março	1.544	1.410	1.767	1.312	1.383	1.504	862	2.736
Abril	1.584	1.422	1.750	1.330	1.409	1.524	840	2.852
Maio	1.586	1.430	1.815	1.288	1.435	1.535	825	2.791
Junho	1.589	1.422	1.748	1.233	1.451	1.532	825	2.936
Julho	1.602	1.427	1.643	1.250	1.458	1.512	927	3.078
Agosto	1.603	1.418	1.678	1.252	1.431	1.500	911	3.084
Setembro	1.614	1.425	1.737	1.256	1.432	1.507	955	3.195
Outubro	1.574	1.407	1.784	1.173	1.440	1.498	874	3.030
Novembro	1.596	1.436	1.666	1.200	1.482	1.530	906	2.985
Dezembro	1.591	1.440	1.740	1.220	1.472	1.526	866	2.894
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	1.538	1.370	1.593	1.183	1.397	1.452	846	2.848
Varição no ano (%)								
Abr. 2019/dez. 2018	-3,3	-4,9	-8,5	-3,0	-5,1	-4,8	-2,4	-1,6
Varição anual (%)								
Abr. 2019/abr. 2018	-2,9	-3,7	-9,0	-11,0	-0,9	-4,7	0,6	-0,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Notas: (-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2018	531	996	1.071	1.594	2.651	996	1.012	1.275	1.700	2.656
Fevereiro	530	998	1.145	1.590	2.651	998	1.011	1.267	1.690	2.654
Março	526	1.002	1.066	1.578	2.630	1.002	1.011	1.262	1.590	2.630
Abril	526	1.003	1.126	1.581	2.956	1.003	1.006	1.262	1.583	2.951
Maio	525	998	1.135	1.578	3.012	998	1.004	1.253	1.580	2.867
Junho	520	992	1.140	1.580	3.121	992	1.005	1.248	1.664	3.121
Julho	520	992	1.143	1.569	3.119	992	998	1.247	1.664	3.121
Agosto	519	986	1.137	1.560	3.101	986	992	1.247	1.662	3.118
Setembro	516	984	1.135	1.559	3.097	984	991	1.240	1.649	3.101
Outubro	516	980	1.133	1.550	3.101	980	986	1.234	1.550	2.982
Novembro	515	980	1.134	1.546	3.877	980	983	1.237	1.546	3.092
Dezembro	515	980	1.130	1.546	3.923	976	983	1.234	1.546	3.069
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	500	998	1.106	1.500	2.544	998	1.015	1.207	1.509	2.500
Variação no ano (%)										
Abr. 2019/dez. 2018	-2,8	1,8	-2,2	-3,0	-35,2	2,3	3,2	-2,2	-2,4	-18,5
Variação anual (%)										
Abr. 2019/abr. 2018	-4,9	-0,5	-1,8	-5,1	-13,9	-0,5	0,8	-4,3	-4,7	-15,3

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

Notas: (-) Dados não disponíveis.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

EMPREGO FORMAL

Tabela 19
Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – Jan. 2019-mar. 2020

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. Geral	Const. civil	Comércio	Serviços
2019 (1)	30.858	2.353	11.551	5.297	10.046
Janeiro	2.591	594	2.378	-1.633	834
Fevereiro	8.014	627	1.660	266	4.783
Março	2.991	871	1.639	-1.631	1.092
Abril	11.358	2.464	1.635	967	2.588
Maio	3.437	-936	1.201	-340	-499
Junho	3.386	211	1.630	519	1.711
Julho	-1.729	1.227	675	-1.237	-1.117
Agosto	4.072	910	2.427	405	1.099
Setembro	4.745	420	1.979	1.331	1.072
Outubro	-869	453	1	1.369	-2.157
Novembro	4.236	-1.918	1.662	4.698	1.935
Dezembro	-11.374	-2.570	-5.336	583	-1.295
2020 (1)	-3.716	1.590	-62	-2.951	-3.020
Janeiro	2.464	1.216	746	-599	278
Fevereiro	8.001	1.396	694	1.236	4.791
Março	-14.181	-1.022	-1.502	-3.588	-8.089

Fonte: MTE – Cadastro de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

Notas: Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(1) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(Continua)

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2020	
	Jan.-fev.	Mar-abr.
RECEITA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (I)	430.124.388	308.476.897
RECEITAS CORRENTES	303.028.373	214.315.197
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	113.965.183	82.522.581
Impostos	112.835.074	81.563.745
Taxas	1.130	959
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	150.807.555	108.694.844
Contribuições Sociais	147.972.224	106.087.008
Contribuições Econômicas	2.835.331	2.607.837
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	19591882	15172393
RECEITA PATRIMONIAL	260	240
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.918.385	2.766.551
Valores Mobiliários	222	277
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	14.630.127	10.789.018
Exploração de Recursos Naturais	0	19
Exploração do Patrimônio Intangível	558	627
Cessão de Direitos	3	474
Demais Receitas Patrimoniais	2	3
RECEITA AGROPECUÁRIA	249	145
RECEITA INDUSTRIAL	11.431.352	4.011.424
RECEITA DE SERVIÇOS	484	514
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	763	409
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	323	360
Serviços e Atividades referentes à Saúde	9.855.550	2.723.276
Serviços e Atividades Financeiras	6	5
Outros Serviços	103	91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	90	85
Transferências da União e de suas Entidades	1.590	4
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	216	247
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	13	-1
Transferências de Instituições Privadas	-1	0
Transferências do Exterior	142	321
Transferências de Pessoas Físicas	0	3
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	6.877.979	3.675.466
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.150	750
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.483.729	1.513
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	170	196
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	3.244.303	1.217
Demais Receitas Correntes	0	3
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR		
RECEITAS DE CAPITAL	127.096.015	94.161.700
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	102.065.988	54.069.956
Operações de Crédito Internas	101.933.389	53.994.126
Operações de Crédito Externas	133	76
ALIENAÇÃO DE BENS	1.133.398	77
Alienação de Bens Móveis	1.131.570	65

(Continuação)

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Alienação de Bens Imóveis	9	12
Alienação de Bens Intangíveis	7.021.432	6.312.864
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	510,669	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	-502
Transferências da União e de suas Entidades	0	0
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	509,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0	-487
Transferências de Instituições Privadas	1,67	0,00
Transferências do Exterior	16832619	7,015
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	16.832.429,00	33.695.174,00
Integralização do Capital Social	0	0
Resultado do Banco Central	0	0
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	16.832.429,00	22.288.681
Resgate de Títulos do Tesouro	190	11.406.493
Demais receitas de Capital		
RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	434.360.914	314.875.654
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	39.739.810	82.268.606
Operações de Crédito Internas	39.739.810	82.268.606
Mobiliária	39.739.810	82.268.606
Operações de Crédito Externas	0	0
Mobiliária	0	0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	474.100.722	397.144.260
DÉFICIT (VI)		
TOTAL (VII) = (V + VI)	474.100.722	397.144.260

Receita realizada	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITA (INTRAORÇAMENTÁRIA) (II)	4.236.525	6.398.756
RECEITAS CORRENTES	4.236.525	6.398.756
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	567	452
Impostos	531	120
Taxas	114	332
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.919.505	3.475.645
Contribuições Sociais	2.919.303	3.475.260
Contribuições Econômicas	202	384
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	183	105
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	181	105
Valores Mobiliários		0
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	2	13,898
RECEITA INDUSTRIAL	8,183	21,852
RECEITA DE SERVIÇOS	29,89	11
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	18	10
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		2.265.668
Serviços e Atividades referentes à Saúde	12	74

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Serviços e Atividades Financeiras		43
Outros Serviços		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.304	2.265.634
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	14	74
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	85	0
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos p/ Comp. ao RGPS	0	43
Demais Receitas Correntes	1302,33	2.265.634
RECEITAS DE CAPITAL	0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0
Operações de Crédito Internas	0	0
Operações de Crédito Externas	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
Integralização do Capital Social	0	0
Resultado do Banco Central	0	0
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0	0
Resgate de Títulos do Tesouro	0	0
Demais receitas de Capital	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Tabela 21

Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (VIII)	378.495.619	435.708.190
DESPESAS CORRENTES	345.161.478	350.678.441
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.395.778	48.215.681
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.534.428	39.104.331
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.231.273	263.358.430
Transferência a Estados, DF e Municípios	58.058.899	62.199.740
Benefícios Previdenciários	102.507.642	125.392.056
Demais Despesas Correntes	34.664.731	75.766.634
DESPESAS DE CAPITAL	33.334.140	85.029.749
INVESTIMENTOS	200	1.074.390
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.406.584	22.219.415
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	26.711.333	60.833.935
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	4.652.170	7.171.222
DESPESAS CORRENTES	4.652.163	7.171.122
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.237.328	4.093.958
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.415	2.366.190
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.415	2.366.190
Demais Despesas Correntes	7	100
DESPESAS DE CAPITAL	7	100
INVESTIMENTOS	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	383.147.790	442.879.411
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	94.369.835	243.719.471
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	93.226.566	243.032.885
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	92.528.909	242.303.311
Amortização da Dívida Interna	698	730
Dívida Mobiliária	1.143	687
Outras Dívidas	361	-
Amortização da Dívida Externa	783	687
Dívida Mobiliária	477.517.624	686.598.881
Outras Dívidas	-	-
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	477.517.624	686.598.881
Superávit (XIII)	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	477.517.624	686.598.881

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.691.204.333,72	6.961.395.325,52
RECEITAS CORRENTES	7.621.253.493,65	6.776.876.160,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.475.416.597,24	3.901.862.744,02
Impostos	4.270.586.885,76	3.727.432.893,97
Taxas	204.829.711,48	174.429.850,05
Contribuição de Melhoria	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	434.670.489,67	406.306.228,33
Contribuições Sociais	434.670.489,67	406.306.228,33
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	36.466.503,04	40.036.792,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7.226.248,90	11.290.232,34
Valores Mobiliários	19.582.548,49	19.258.912,85
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-
Exploração de Recursos Naturais	495.075,15	482.687,94
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-
Cessão de Direitos	9.162.630,50	9.004.959,44
Demais Receitas Patrimoniais	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	19.162,75	39.348,00
RECEITA INDUSTRIAL	35,4	7.700,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.174.313,23	26.632.075,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	16.035.303,45	13.404.253,18
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	200.910,00	100.567,50
Serviços e Atividades referentes à Saúde	-	139.227,67
Serviços e Atividades Financeiras	-	11.280.731,48
Outros Serviços	715,44	1.707.295,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.937.384,34	2.214.414.520,67
Transferências da União e de suas Entidades	2.563.820.909,53	2.214.414.520,67
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.146.713.896,20	1.792.361.451,64
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	19.200,00	30.435,30
Transferências de Instituições Privadas	5.330.549,64	839.937,03
Transferências de Outras Instituições Públicas	411.757.263,69	421.176.486,70
Transferências do Exterior	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	6.210,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.685.482,79	187.576.751,53
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.240.279,42	10.171.739,49
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11.300.673,41	80.780.139,16
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	5.626.759,57
Demais Receitas Correntes	66.144.529,96	90.998.113,31
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 69.950.840,07	R\$ 184.519.165,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50.936.497,95	31.709.160,82
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	6.358.528,02
Operações de Crédito - Mercado Externo	50.936.497,95	25.350.632,80
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-

(Conclusão)

Tabela 22

Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Alienação de Bens Imóveis	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2.056.950,28	28.426.852,20
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.957.391,84	124.383.152,11
Transferências da União e de suas Entidades	16.957.391,84	77.142.709,53
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	50.000,00
Transferências de Instituições Privadas	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	47.190.442,58
Transferências do Exterior	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-
Integralização do Capital Social	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	433.889.705,61	346.711.076,57
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	R\$ 8.125.094.039,33	R\$ 7.308.106.402,09
	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (V) = (III + IV)	R\$ 8.125.094.039,33	R\$ 7.308.106.402,09
DÉFICIT (VI)		
TOTAL (VII) = (V + VI)	R\$ 8.125.094.039,33	R\$ 7.308.106.402,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		

Receita intraorçamentária	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	433.889.705,61	346.711.076,57
RECEITAS CORRENTES	433.889.705,61	346.711.076,57
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	354.593.551,23	-
Contribuições Sociais	354.593.551,23	-
RECEITA DE SERVIÇOS	4.588.528,53	4.914.904,40
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		768.625,75
Serviços e Atividades referentes à Saúde		4.146.278,65
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		
Outros Serviços		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	74.707.625,85	75.924.490,26
Demais Receitas Correntes	74.707.625,85	75.924.490,26
TOTAL	R\$ 433.889.705,61	R\$ 346.711.076,57

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 23

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Receita executada	2020	
	Jan.-Fev.	Mar-Abr
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.383.738.427,13	7.295.460.759,81
DESPESAS CORRENTES	5.947.896.841,78	6.619.693.905,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.602.305.113,36	3.549.063.308,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	41.110.425,99	143.033.583,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.304.481.302,43	2.927.597.013,59
Transferências a Municípios	1.153.868.606,01	978.635.728
Demais Despesas Correntes	1.150.612.696,42	1.948.961.285,45
DESPESAS DE CAPITAL	435.841.585,35	675.766.854,35
INVESTIMENTOS	181.467.720,90	335.713.529
INVERSÕES FINANCEIRAS	154.147.205,05	76.065.296
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.226.659,40	263.988.029,48
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	381.892.088,18	399.109.180,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I + II)	6.765.630.515,31	7.694.569.940,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IV)	-	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	
Dívida Mobiliária	-	
Outras Dívidas	-	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	
Dívida Mobiliária	-	
Outras Dívidas	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	6.765.630.515,31	7.694.569.940,41
SUPERÁVIT (VI)		
TOTAL (VII) = (V + VI)	6.765.630.515,31	7.694.569.940,41

Receita intraorçamentária	2020	
	Jan.-Fev.	Mar-Abr
DESPESAS CORRENTES	381.892.088,18	399.109.180,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	265.603.491,66	275.012.118,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	116.288.596,52	124.097.062,53
DESPESAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS		
TOTAL	381.892.088,18	399.109.180,60

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 24
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Maio-dez. 2019

(R\$1,00)

Unidade da Federação	2019											
	Maio	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado			
NORTE	2.331.302 (1)	536.917 (1)	2.469.035,00	2.552.689,00	2.591.643,00	2.648.496,00	2.696.640,00	2.799.175,00	25.169.139,00			
Acre	99.986,00	91.882,00	113.691,00	111.935,00	108.081,00	117.663,00	120.496,00	246.149,00	1.413.088,00			
Amazonas	763.895,00	0,00	719.074,00	762.993,00	813.683,00	778.394,00	844.617,00	815.059,00	8.549.630,00			
Pará	839.771,00	0,00	920.868,00	986.680,00	977.414,00	999.639,00	957.386,00	998.569,00	10.074.536,00			
Rorônia	271.986 (1)	308.067 (1)	316.942,00	306.282,00	302.078,00	340.879,00	338.619,00	327.545 (1)	1.604.800,00			
Amapá	69.888,00	67.114,00	68.910,00	73.768,00	69.248,00	86.184,00	77.357,00	79.064,00	855.272,00			
Roraima	68.229,00	69.852,00	76.939,00	67.090,00	72.020,00	83.961,00	88.889,00	80.821 (1)	798.720,00			
Tocantins	217.543,00	0,00	252.609,00	243.939,00	249.116,00	241.784,00	269.272,00	251.965,00	2.635.654,00			
NORDESTE	5.838.772,00	5.899.353,00	6.829.126,00	6.907.269,00	7.493.310,00	7.173.617 (1)	7.246.098 (1)	8.151.801 (1)	51.017.089,00			
Maranhão	502.560,00	617.342,00	602.705,00	652.456,00	673.411,00	589.291,00	693.810,00	647.514,00	7.022.343,00			
Piauí	321.066,00	373.595,00	397.633,00	382.988,00	368.337,00	487.325,00	358.320,00	475.889,00	4.487.125,00			
Ceará	928.067,00	861.326,00	975.031,00	1.076.776,00	1.051.456,00	1.044.426,00	1.071.379,00	1.156.746,00	11.978.956,00			
Rio Grande do Norte	429.303,00	417.545,00	470.268,00	484.896,00	485.800,00	486.615,00	501.935,00	512.158,00	5.672.105,00			
Paraíba	443.700,00	398.933,00	468.701,00	457.522,00	513.557,00	501.414,00	497.840,00	581.302,00	5.167.041,00			
Pernambuco	1.202.465,00	1.262.454,00	1.321.493,00	1.279.811,00	1.491.791,00	1.382.385 (1)	1.360.946 (1)	1.460.271,00	13.156.978,00			
Alagoas	0,00	0,00	330.996,00	310.874,00	337.160,00	354.166,00	360.237 (1)	374.713 (1)	2.046.371,00			
Sergipe	269.251,00	247.895,00	281.231,00	279.446,00	425.345,00	274.487,00	313.988,00	304.918,00	3.506.237,00			
Bahia	1.742.358,00	1.710.260,00	1.981.064,00	1.982.498,00	2.146.448,00	2.053.504,00	2.087.640,00	2.638.286 (1)	20.929.869,00			
SUDESTE	19.282.771,00	18.032.818 (1)	20.124.277 (1)	20.172.562 (1)	20.703.186,00	19.996.828 (1)	21.168.902,00	20.108.178,00	119.347.573,00			
Minas Gerais	4.058.467,00	3.500.787 (1)	4.103.470,00	4.236.538,00	5.086.379,00	4.353.863,00	3.955.763,00	4.093.093,00	37.455.630,00			
Espírito Santo	814.861,00	767.041,00	856.256,00	846.139,00	898.201,00	863.227,00	936.318,00	901.998,00	10.214.180,00			
Rio de Janeiro	2.988.242,00	2.728.014 (1)	3.400.196 (1)	3.228.952 (1)	2.873.691,00	2.694.165 (1)	4.479.663,00	2.867.019,00	24.665.703,00			
São Paulo	11.421.200,00	11.036.974,00	11.764.355,00	11.860.932,00	11.844.913,00	12.085.571,00	11.797.157,00	12.246.067,00	139.809.443,00			
SUL	5.230.228,00	4.812.924,00	7.039.835,00	7.163.881 (1)	7.673.561 (1)	7.449.465 (1)	7.661.391,00	8.544.502 (1)	45.549.685,00			
Paraná	2.562.116,00	2.325.155,00	2.411.160,00	2.581.705,00	2.579.350,00	2.549.371,00	2.712.796,00	2.728.830,00	30.177.998,00			
Santa Catarina	0,00	0,00	1.700.720,00	1.701.902 (1)	1.967.796 (1)	1.973.427 (1)	1.901.269,00	1.965.195 (1)	8.766.750,00			
Rio Grande do Sul	2.668.112,00	2.487.769,00	2.927.953,00	2.880.273,00	3.126.414,00	2.926.666,00	3.047.325,00	3.850.477,00	34.804.641,00			
CENTRO-OESTE	2.664.578,00	2.657.484,00	4.057.461,00	3.985.648,00	4.037.771,00	3.891.537,00	4.034.104,00	4.031.985 (1)	36.988.663,00			
Mato Grosso	0,00	0,00	1.111.828,00	1.136.478,00	1.146.634,00	1.040.599,00	1.027.315,00	968.093 (1)	6.352.389,00			
Mato Grosso do Sul	766.379,00	747.253,00	856.430,00	824.818,00	829.346,00	787.592,00	867.844,00	832.444,00	9.591.814,00			
Goiás	1.260.556,00	1.250.816,00	1.363.540,00	1.328.233,00	1.332.249,00	1.368.572,00	1.397.463,00	1.483.223,00	15.754.647,00			
Distrito Federal	637.643,00	659.413,00	725.662,00	696.117,00	729.542,00	694.772,00	741.481,00	748.223,00	8.353.689,00			
BRASIL	35.347.653,00	31.929.497,00	40.519.736,00	40.762.051,00	42.499.473,00	41.159.944,00	42.807.136,00	43.635.644,00	468.492.592,00			

Fonte: Confaz – Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Corf.

Notas: Última Atualização: 18/06/2019.

(1) valor provisório.

Tabela 25
Arrecadação mensal – Bahia – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Janeiro	2.239.860.573,35	2.002.566.552	297.315.445	229.867.251	2.537.176.018	2.232.433.802
Fevereiro	2.057.313.940,71	1.950.940.865	322.220.619	294.668.398	2.379.534.560	2.245.609.262
Março	1.948.788.735,89	1.869.602.544	271.096.471	265.313.193	2.219.885.207	2.134.915.737
Abril	1.803.877.326,81	1.988.019.928	260.673.282	279.600.181	2.064.550.609	2.267.620.109
Maio		2.021.567.179		325.612.852		2.347.180.030
Junho		1.989.015.453		372.466.417		2.361.481.870
Julho		1.928.742.362		366.591.726		2.295.334.089
Agosto		2.202.912.144		296.021.077		2.498.933.221
Setembro		2.158.979.754		354.054.552		2.513.034.306
Outubro		1.994.622.060		380.554.411		2.375.176.471
Novembro		2.220.067.374		281.051.651		2.501.119.025
Dezembro		2.390.036.663		472.550.130		2.862.586.793
TOTAL	8.049.840.577	24.717.072.877	1.151.305.817	3.918.351.839	9.201.146.394	28.635.424.716

Fonte: Sefaz – Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 26

Balanço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2020	
	Jan.-Fev.	Mar-Abr
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.275.236.335,06	1.175.140.537,15
RECEITAS CORRENTES	1.223.100.557,28	954.676.241,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	622.064.226,01	345.972.931,61
Impostos	544.412.002,89	319.753.434,97
Taxas	77.652.223,12	26.219.496,64
Contribuição de Melhoria	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	59.138.245,82	57.523.152,18
Contribuições Sociais	24.820.607,36	24.700.451,85
Contribuições Econômicas	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	34.317.638,46	32.822.700,33
RECEITA PATRIMONIAL	22.508.559,43	13.425.100,07
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9.990.305,82	3.357.750,65
Valores Mobiliários	12.518.253,61	10.067.349,30
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-
Cessão de Direitos	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	0,12
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	12.501,37	-
Receita da Indústria de Construção	5.588.507,47	-
RECEITA DE SERVIÇOS	15.126,28	5.880.825,12
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	37.122,36
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-
Serviços e Atividades referentes à Saúde	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-
Outros Serviços	5.573.381,19	5.843.702,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	495.629.358,54	515.598.407,53
Transferências da União e de suas Entidades	300.048.475,54	335.026.137,01
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	119.382.216,69	109.806.309,18
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-
Transferências de Instituições Privadas	400	35.900,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	76.197.486,31	70.718.342,43
Transferências do Exterior	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	11.718,91
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	780	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.159.158,64	16.275.824,64
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	9.432.544,73	5.431.382,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.490.448,99	192.861,46
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-
Demais Receitas Correntes	7.236.164,92	10.651.581,07
RECEITAS DE CAPITAL	52.135.777,78	220.464.296,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	46.850.627,49	217.501.245,88

(Conclusão)

Tabela 26

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2020	
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.
Operações de Crédito - Mercado Interno	32.943.840,00	2.392.852,95
Operações de Crédito - Mercado Externo	13.906.787,49	215.108.392,93
ALIENAÇÃO DE BENS	2.644.818,99	1.970.593,51
Alienação de Bens Móveis	3.016,00	3.221,51
Alienação de Bens Imóveis	2.641.802,99	1.967.372,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.640.331,30	992.456,61
Transferências da União e de suas Entidades	2.640.331,30	992.456,61
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-
Integralização do Capital Social	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	50.841.252,57	51.958.876,94
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	1.326.077.587,63	1.227.099.414,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.326.077.587,63	1.227.099.414,09
DÉFICIT (VI)		
TOTAL (VII) = (V+ VI)	1.326.077.587,63	1.227.099.414,09

Receita intraorçamentária	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
RECEITAS CORRENTES	50.841.252,57	51.958.876,94
CONTRIBUIÇÕES	50.781.100,98	51.895.578,54
Contribuições Sociais	50.781.100,98	51.895.578,54
RECEITA PATRIMONIAL	60.151,59	63.298,40
Demais Receitas Patrimoniais	60.151,59	63.298,40
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-
Outros Serviços	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-
TOTAL DE RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
TOTAL	50.841.252,57	51.958.876,94

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 27

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2020

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	736.784.347,68	1.179.497.607,26
DESPESAS CORRENTES	700.873.446,04	1.052.991.092,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	408.157.249,84	430.076.677,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.407.542,05	4.037.955,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	288.308.654,15	618.876.460,05
DESPESAS DE CAPITAL	35.910.901,64	126.506.514,35
INVESTIMENTOS	25.321.764,40	119.701.244,43
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.589.137,24	6.805.269,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	50.851.848,12	51.949.197,89
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I+II)	787.636.195,80	1.231.446.805,15
SUPERÁVIT(IV)	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	787.636.195,80	1.231.446.805,15

Despesa intraorçamentária	2020	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
DESPESAS CORRENTES	50.561.964,52	51.658.171,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.501.812,93	51.594.873,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.151,59	63.298,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	289.883,60	291.025,94
INVESTIMENTOS	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	289.883,60	291.025,94
TOTAL	50.851.848,12	51.949.197,89

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu "Publicações".

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "Publicações".

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO



ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

[publicações.sei.ba.gov.br
/conjunturaeplanejamento](http://publicações.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento)



INFORMAÇÕES

71 3115-4711 71 3115-4771
In english: 55 71 3115-4795
En español 55 71 3115-4795



COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto Correia
Rosangela Ferreira Conceição

w w w . s e i . b a . g o v . b r



/seibahia



SEI

25
65

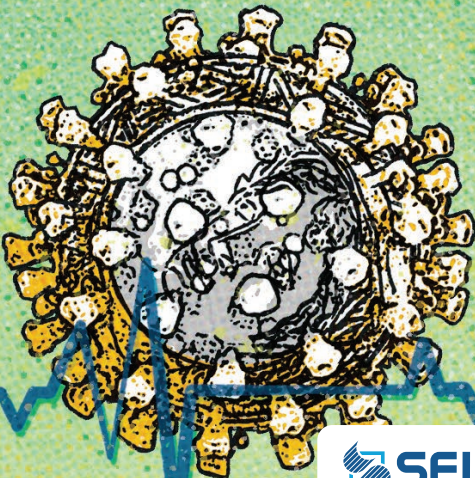
25 ANOS DE SEI
65 ANOS DE HISTÓRIA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



SEI



25 ANOS DE SEI
65 ANOS DE HISTÓRIA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



**GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536



9 771413 153607